

DA FAVELA AO ALPHAVILLE

MÃE MARIA LÚCIA DE IANSÃ



**DA FAVELA
AO ALPHAVILLE**

DA FAVELA AO ALPHAVILLE

MÃE MARIA LÚCIA DE IANSÃ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Vice-Reitor

Edmilson Miranda de Moura

Superintendente de Comunicação Social

Jacqueline Lima Dourado

Coordenadora da EDUFPI

Olivia Cristina Perez

Coordenador da Gráfica Universitária da UFPI

Renan da Silva Marques

EDUFPI - Conselho Editorial

Jacqueline Lima Dourado (presidente)

Olivia Cristina Perez (vice-presidente)

Carlos Herold Junior

César Ricardo Siqueira Bolaño

Fernanda Antônia da Fonseca Sobral

Jasmine Soares Ribeiro Malta

João Batista Lopes

Kássio Fernando da Silva Gomes

Maria do Socorro Rios Magalhães

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Equipe Técnica

Projeto Gráfico

Sérgio Donato – SUPERFREAK Creative Lab

Diagramação, Capa e Finalização

Lídia Araújo dos M. Moura Fé

Ilustração da Capa

"Ancestrais da Esperança", Artista: Luciana de Lima Lopes Leite

Avaliação Técnica Editorial

Ariane Cavalcante Lima

Jasmine Ribeiro Malta

Revisão Geral

Beatriz Rodrigues

Ariane Cavalcante Lima

Assistente Editorial

Tayrla Kelly Gomes Carvalho

Impressão

Gráfica Universitária da UFPI

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Divisão de Representação da Informação

II1f Iansã, Mãe Maria Lúcia de.
Da Favela Ao Alphaville / Mãe Maria Lúcia de Iansã -
Teresina: EDUFPI, 2026.
144 p.

ISBN: 978-65-5904-471-9 (EBOOK)

1. Ancestralidade. 2. Comunidades Tradicionais. 3.
Oralidade. 4. Racismo Ambiental. 5. Resistência. 6.
Território. I. Título.

CDD 305.908

Bibliotecária: Jociede da Silva Reis - Bibliotecária - CRB 3/1001



Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI – Brasil



Agradecimentos

Da Favela Ao Alphaville, somos nascente e não enchente

Agradeço ao Pai Velho de Aruanda por toda orientação espiritual, agradeço a toda ancestralidade viva que compartilhamos em nossos campos sagrados. Nesta escrevivência trago memórias, oralidades, ciências ancestrais, materialidades e pessoas – de trajetórias germinantes – com quem convivi e vivenciei de sua potência existencial.

A herança originária e quilombola deste território até a invenção da cidade de Teresina, capital do Piauí, nos mostra na prática que “é a cidade que está dentro do quilombo, e não o quilombo que está dentro da cidade” como afirma Nêgo Bispo.

Graças a toda tradição oral e cultural da pesca, do barro, da terra e da criação de animais que chegamos até aqui. Maria Sueli Rodrigues nos afirma “é preciso construir os nossos museus”. E assim é feito em nossas comunidades, porque potência está no fazer. O Museu Vivo da Resistência Boa Esperança, entre outras iniciativas comunitárias orgânicas, carrega em sua existência esse propósito de proteger nossas vidas-culturas, territórios, maretórios e todo legado que nos foi entregue.

Somos nascentes, viemos da terra, nos refazemos na correnteza das águas, na fertilidade da terra, no moldar da argila, do barro, no canto dos vaqueiros, no toque do atabaque,

na roda de capoeira, nos fuxicos na calçada, comendo feijão amassado com farinha regado com caldo de piaba, pescado no rio Parnaíba e no Poty.

Todas as comunidades ribeirinhas desta confluência constroem moradia e relações a partir das águas dos rios, da interação em equilíbrio com este território e suas culturas. O título “Da favela ao Alphaville” foi dado pelo grande amigo e mestre Nêgo Bispo, quem conheci na década de 90 por meio da professora e amiga Sueli Rodrigues. Ele disse “Nega, escreve”. Bispo se preparava para lançar o livro “Quatro Cantos” (2022) que reúne Nêgo Bispo, Maria Sueli Rodrigues, Luiz Rufino e Ana Mumbuca sobre vivência contra colonial e ancestralidade quilombola. Não pude concluir para participar. Depois em outro encontro, ele me presenteou com este título.

Ele disse: “Essa história você pode fazer trazendo pra história de Teresina, contar a história da Zona Norte e da Zona Leste” com suas vacarias e vilas que passaram por um processo agressivo de favelização e posteriormente um processo de especulação imobiliária. Quando o inalcançável “desenvolvimento” adentra as comunidades tradicionais, ele tira sua população original, muda suas relações com o território, modifica sua cara e coloca outros sentidos à natureza que passa a ser apenas fonte de recursos.

Sob a lógica colonial, os gestores desta província “favelizam” os bairros, as pessoas, transformam em “periferia” quem nunca esteve no centro e poder das decisões. Nós somos uma comunidade tradicional ribeirinha, e agora nós viramos favela.

“Da favela ao Alphaville” evidencia dois projetos antagônicos de cidade. “Favela”, aqui, não é usada como estigma, mas como categoria histórica e política, que denuncia a forma como o Estado e o capital classificam e marginalizam territórios populares. “Alphaville” simboliza o projeto de Teresina cristalina, elitizada, segregadora e excludente via “urbanização”, que se constrói na força da expulsão e do apagamento de comunidades tradicionais.

Sumário

Apresentação	9
Prefácio	15
Capítulo 1	21
Introdução	21
1.1 Princípio	21
1.2 Meio	30
1.3 Continuidade	33
Capítulo 2	35
Da aldeia ao quilombo	35
2.1 Partos e parteiras	35
2.2 Oralidade de Dona Davina e Seu Roxo	40
2.3 Olaria, barro e fogo	43
2.4 Uma bicicleta histórica	48
2.5 Aboios e vacarias	49
2.6 Barravento	52
2.7 Rastro da porca	57
2.8 A província dentro do quilombo	74
Capítulo 3	83
Lagoas do Norte pra quem?	83
3.1 Pannel de Inspeção do Banco Mundial	97
3.2 Museu da Resistência e Memorial Maria Sueli Rodrigues	112

Capítulo 4	115
Boa Esperança resiste	115
4.1 Dona Moça e suas filhas	115
4.2 O caso de Hera	117
4.3 Paloma da Silva	120
4.4 Julio Romão, de rio a rio	122
4.5 Ciência orgânica e Maniado sintético	123
Capítulo 5	133
Fundamento	133
Referências	139

Apresentação



Imagem 1: Mãe Lúcia de Iansã, 2024. Foto Digital. Acervo Pessoal.

Sou Maria Lúcia Oliveira Sousa. Sou filha de Dona Davina e de Seu Roxo. Mulher negra, quilombola ribeirinha do território Entre Rios Parnaíba–Poty, região de Teresina/PI e Timon/MA. Tenho 54 anos. Cabelo escuro, alguns grisalhos, cacheado na altura dos ombros. Olhos castanho-escuros, corpo mediano.

Também sou o que meus pais me ensinaram. Carrego no corpo a força do território. Minha história nasce dessas e de outras águas, dessas terras e dessas gentes. Cresci ouvindo

histórias na beira do fogo, pescando piaba com meu pai e minha mãe, vendo minhas tias e comadres lavarem roupa no rio, carregando tijolo quente nas olarias, amassando barro com as mãos, plantando nas vazantes, baiando no terreiro.

Minha primeira escola foi minha mãe e meu pai. Tudo que sei, aprendi na oralidade, na prática e na repetição — tecnologias ancestrais que o nosso povo utiliza para não esquecer o que é essencial. Este livro é feito de relatos, memórias e escrevivências, minhas, de pessoas da minha família e da comunidade Boa Esperança.

A narrativa se aproxima do relato memorialístico e da crônica, preservando o ritmo da oralidade como forma legítima de conhecimento. A escolha por esse estilo de escrita foi orientada pela minha espiritualidade. Nos terreiros, nossos saberes sempre circularam pela fala, pelo corpo, pelas práticas e pela convivência, muito antes da escrita formal.

Os textos que compõem esta obra nascem da oralidade. Muitos partiram de áudios, de lembranças que surgiram de repente, de conversas com meus irmãos, de memórias que saltaram pelos olhos enquanto passava um café, lavava roupa ou varria o terreiro. Não escrevo para enfeitar palavras. Escrevo do jeito que falo e fui orientada.

Os textos foram selecionados por sua importância histórica, comunitária e simbólica. Cada relato guarda uma experiência que ajuda a compreender como Teresina foi construída a partir do trabalho de corpos negros e indígenas, especialmente nas margens dos rios, nas olarias, nas vacarias, nas vazantes, brejos e terreiros.

A ordem dos capítulos segue uma lógica territorial e formativa, e não apenas cronológica. O livro se inicia pelo reconhecimento do lugar de onde falo, passa pela constituição familiar e comunitária, pelos modos de trabalho e de vida, pela espiritualidade como eixo de resistência, e avança até os con-

flitos contemporâneos envolvendo o território, os projetos de urbanização e a negação do direito à cidade. É um percurso que vai da experiência íntima à dimensão coletiva e política pelo direito ao território.

Esta escrita é uma oferta ao primeiro corpo preto que chegou traficado a este território. É também um gesto de resignificação desse corpo historicamente subjugado, por meio das práticas ancestrais que chegaram até mim. Oralidade e prática seguem vivas e férteis em todos os tempos e espaços onde nosso povo existe.

Vi minha mãe parindo em casa com a Madrinha Raimunda. Vi meu pai soltando foguete na rua quando o bebê nascia bem. Vi as comadres rezando o rosário por um bom parto. Vi gente trabalhando madrugada adentro nas olarias. Vi Teresina ser parida e nascer da beira do Parnaíba e do Poty.

Vi também o Estado negar nossos direitos e nossa existência. Negar nossa história, nossa terra, nossas ciências. Por isso escrevi. Para que não se perca. Para deixar registrado para os meus. Para que ninguém diga que não viu, que não ouviu, que não sabia. Para que as pessoas que vêm depois encontrem um caminho.

Estamos aqui graças ao território, e o território está aqui graças a nós. Boa Esperança é uma comunidade ribeirinha multiétnica, localizada na Zona Norte da capital piauiense, onde resistimos e permanecemos. Para sermos alimentados por esse território, precisamos aprender a respeitá-lo e a fazer trocas justas. Tudo envolve troca. Uma semente, quando lançada à terra, também envia energia. A energia que a terra recebe é a mesma que devolve ao germinar.

Esses saberes nos foram transmitidos pela ancestralidade: como plantar, cuidar, curar, cultivar relações, laços com a vizinhança e de amor pelo território que continua criando e compartilhando vida entre as gerações.

Esta escrita também nasce da espiritualidade. Foi o Pai Velho de Aruanda quem me orientou a escrever. “Escreva do jeito que você fala”, ele disse. Também me alertou sobre o cuidado com este território, afirmando que aqui habitam muitos encantados, mistérios presentes nas lagoas, nas matas, nos animais. “Não quero que se toque mais naquela região. Ela é de Nanã, a primeira orixá.”

A região à qual ele se refere é a comunidade ribeirinha Boa Esperança, que se estende por diversos bairros da Zona Norte de Teresina e localidades vizinhas em Timon, no Maranhão. A confluência Poty-Parnaíba é o berço dos indígenas Poty, primeiros habitantes dessa terra, posteriormente expulsos por bandeirantes no processo colonial.

Nesse território ancestral, aquilombaram-se povos nativos e povos negros em diáspora, em desobediência à escravidão euro cristã. Hoje somos tratados como uma comunidade empobrecida pelo capital exploratório, mas seguimos ricos em práticas, saberes e manifestações ancestrais afro-indígenas.

Por isso, é urgente salvaguardar as culturas vivas, materiais e imateriais da nossa região. Construir nossos museus, nossos memoriais, nossos registros. A oralidade que compartilho neste livro foi sendo escrita ao longo dos anos, atravessada pela espiritualidade da Umbanda Sagrada e por reflexões sobre território, comunidade, ancestralidade, resistência e quilombismo.

Pai velho quando vem do mirangá (2x)

Venha levantar os filhos para os filhos ajudar (2x)

Aprendemos a agradecer e a honrar nossos ancestrais. Nossa ciência de cura, nossa forma de viver e resistir, foram transmitidos pela oralidade e por estratégias comunitárias muito antigas. O cuidado com o território e com todas as for-

mas de vida que o habitam é o eixo central que reúne esses conhecimentos.

A gente precisa cuidar dos rios, cuidar das águas, das matas porque a gente não vive sem a natureza. Essa consciência de cuidar da natureza onde se vive é fundamental e ancestral. É um conhecimento muito forte, necessário que a gente sinta. E só se pode sentir vivenciando na prática.



Imagem 2: Soares, Wil. “Adinkrahene” do povo Akan. 2023.
Ilustração Digital. Acervo Pessoal.

Prefácio

Voz do Coração Ancestral

Da favela ao Alphaville, de Mãe Maria Lúcia de Iansã, é inspiração, do princípio ao começo. Sim, ao começo. Como nosso agora ancestral Nêgo Bispo, acredito na nossa história construída por nós, com começo, meio e começo. Estamos fadados nas diásporas a permanentes movimentos de (re)construções. O texto inspira pela sua força criadora originária que transcende limites, tempos e espaços, e ilumina corpos e caminhos. Cada palavra é um conselho, uma ideia, uma prática, de aceitação e de transformação. O texto é luz. Ainda que alguns olhos escolham permanecer vendados.

Na segura e fiel escrevivência de Mãe Lúcia – categoria perfeitamente ajustada à narrativa – descortina-se sua vida fundida a outras formas viventes. Nada é morto, nada é parte. Tudo é todo, tudo é vida. A totalidade integrada é tecida pelo respeito ao que é, ao que recebeu e a seu legado. Enraizada entre margens, Mãe Lúcia reafirma sua existência no chão da luta e da fé. Destes lugares brotam, como sementes germinadas, outras trajetórias regadas pelo afeto em vida comunitária na Boa Esperança. O que se tornou pedaço da capital do Piauí é um mundo há muito estabelecido pelo fio da ancestralidade.

Na confluência dos rios Poty e Parnaíba, um povo historicamente relegado firmou resistência. Do passado ao presen-

te, a força dele vem de sua relação com a natureza e com o território, de seu modo de viver e de ser. É deste lugar, de muitas histórias e vivências, que Mãe Lúcia lança, como a uma rede de pescar, percepções sobre relações externas, com ela e com o seu lugar, que desnorteiam porque, na verdade, a intenção é orientar. Não se trata de tentativa de convencimento, mas de um convite para reflexão sobre determinadas forças políticas.

Sua posição é firme sobre o Estado e suas alianças com as elites, seu histórico descaso e tentativa de expropriação do território. Sua visão do Estado me fez refletir sobre a ação estatal na Boa Esperança, notadamente dos tempos da democracia e dos direitos, que se revela desafeição com garantias constitucionais e desproteção se faz em equipamentos e serviços insuficientes e precários, disfarçada em modernização e maquiagens turísticas. Para os crentes em transformações sociais via Estado, segue uma sabedoria de Mãe Lúcia: o progresso que o Estado impõe não serve às nossas comunidades.

Sua visão da academia me fez refletir sobre conhecimentos teórico-práticos que invisibilizam sujeitos sociais e aprofundam o abissal fosso que separa ciência e populações vulneráveis. As artificialidades e ausências de compromissos sociais reforçam processos de dominação e subordinação. A organicidade de pesquisadores com a periferia tem se constituído movimento individual, mas tem fortalecido a luta por autonomia e o bem- viver, como fez na Boa Esperança Maria Sueli Rodrigues. Ali, Sueli fez escola.

Sua visão sobre partidos me fez refletir sobre esquerdas e direitas, que fazem desaparecer da centralidade o povo como ele é e suas reais necessidades. Progressistas pautam agendas transgressoras, mas ainda discursos se mostram vazios e práxis excludentes. Acolhimentos para diversidades parecem mais estratégia que compromisso substancial. No mundo político-partidário de homens cis, brancos e abastados, espaços para identidades subalternas são conquistados, mas aberturas ain-

da são frestas sociopolíticas, como, por exemplo, para mulheres.

Quanto aos movimentos sociais e falta de empatia nesses espaços, sua visão sobre organizações me fez refletir, curiosamente, sobre o não pertencimento em meio a iguais. O sentimento de não se ver refletido e representado não desqualifica interesses e objetivos de mudanças sociais dos movimentos, mas certamente enfraquece a força política. A distância entre movimentos e sujeitos tem crescido por afastamentos de lideranças de suas bases e interesses coletivos. Mãe Lúcia, forjada na luta, tornou-se líder e escolheu continuar liderança em sua comunidade sem fazer concessões.

Apressadas leituras podem inferir dos percursos de Mãe Lúcia intransigência, isolamento e fragilidade política. As linhas em verdade revelam Mãe Lúcia fortalecida em sistemáticos diálogos e circularidades, porque, sabiamente e de ceder, voltou-se para as relações com sua grande família. As narrativas sobre a vida no território mostram a força de sua legítima interpretação de exclusão e privações. Entretanto, salta de cada página abundância de sensibilidade como prática cotidiana. A solidariedade (ancestral) envolve a existência dos habitantes como tecnologia de constituição e reafirmação do lugar.

Em *Da favela ao Alphaville* é potente o discurso imagético e estético do trabalho diário. Desde tenra idade, mulheres e homens aprenderam, na relação com a natureza, a garantir a sobrevivência. A labuta e a fadiga aparecem companheiras, no dia e noite, do trato com barro, rio, animais, roças, vazantes e outras diversificadas atividades. Ainda que pareça contrassenso, há beleza nas formas duras e pesadas de fazer tarefas cultivando a instrução pela oralidade e prática, e ela, constituindo-se cooperação e responsabilidade coletiva no compartilhar aprendizagens e, quando necessário, resultados.

A produção da vida material aparece integrada à natureza onde mulheres e homens transformam a si próprios nas relações sociais. O processo é criativo, autodeterminado e de autoconhecimento no produto do trabalho. Oleiras/os, pescadoras/es, vazanteiras/os, vaqueiros, lavadeiras também aprenderam a enfrentar e a superar coletivamente sofrimentos e dores, que aparecem no texto sem idealizações e romantismos, ancorados em afetos familiares e comunitários. A relação de confiança, respeito e amorosidade de Mãe Lúcia com o pai e a mãe é co-movente. Dona Davina e Seu Roxo são o melhor do humano.

Mãe Lúcia domina a aprendizagem e ensina a compreensão do Território, mas sabe que compreender exige, no tempo, resiliência e paciência. Processo, para ela, marcado por vivência, oralidade e prática. Boa Esperança é apresentada como fundamento de trabalho material e imaterial, e este, o trabalho, elemento fundante da comunidade. Nesta unidade em movimento materialidade-imaterialidade, a base é física, é a terra. A terra constituiu-se o lugar da existência, ela deu o sentido e o significado à comunidade. Esta aprendizagem sustentou a resistência e a luta pela permanência onde sempre estiveram.

A defesa da terra fortaleceu vínculos comunitários e a valorização de seus patrimônios. A cultura imaterial, associada à sustentação de permanência no território, vem sendo zelosamente cuidada e impulsionada. A resistência, através de proteção e de preservação de referências culturais, consolida a cosmovisão ancestral afro-indígena no modo de viver e ser no território. Para Mãe Lúcia, investidas colonialistas sobre a cultura fragmentam, desmobilizam e descaracterizam identidades. Resistir, portanto, constitui-se tarefa política comunitária e envolve reforço e promoção de valores ancestrais.

Na Boa Esperança, a resistência se espalha entre as gerações, onde corpos diferentes se unem em rodas para aprender e ensinar sobre a potência de vida em comunidade. *Da favela ao Alphaville* apresenta estratégias comunitárias como o Mu-

seu Vivo da Resistência da Boa Esperança e o Memorial Casa Maria Sueli, que salvaguardam a história e a memória do território e realizam diversificadas atividades socioculturais. Um museu e um memorial, criados e mantidos pela comunidade, reafirmando as representações que configuram a identidade do lugar e seu povo.

Esta escrita nos revela também terreiros sagrados de Umbanda na Boa Esperança. Estes núcleos de matriz religiosa afro-indígena se constituem configurações socioespaciais, que do ponto de vista da vida social, apresentam-se como uma totalidade indivisível. Mostram articulações e dinâmica cultural relativamente homogênea pela constituição histórica, pelo modo de vida e pelos valores que reafirmam o fio da ancestralidade. Como assevera Mãe Lúcia, “todo terreiro é um quilombo”. Na Umbanda, Maria Lúcia de Oliveira Sousa sagrou-se Mãe de Santo e faz de sua fé trincheira e arma.

Seus passos seguem fielmente a espiritualidade. Suas ações são orientadas pelos seus guias, como a escrita deste livro que se sustenta na oralidade, do jeito que ela fala como recomendou Pai Velho. Protegida e abençoada, sua voz ressoa em *Da favela ao Alphaville* em fragmentos como verbetes contendo narrativas da memória e vivências sem linearidade. Informações e posicionamentos se repetem, e se repetem várias vezes como lhe ensinou seu pai carnal, para que possamos aprender. Também aparecem misturados, porque Mãe Lúcia domina as ciências de sua comunidade, lá nada é separado.

Da favela ao Alphaville trata da história de Mãe Lúcia e de seu povo enraizado no território Boa Esperança, em Teresina, capital do Piauí, e sendo deles é nossa, negras e negros piauienses.

Bênção, Mãe Maria Lúcia de Iansã.

Solimar Oliveira Lima

Capítulo 1

Introdução

Estas páginas não são o fim. São o princípio, o meio e a continuidade. O começo, meio e começo. São um convite para que outras pessoas da comunidade também contem as suas histórias. Reúnem relatos, memórias e escrevivências sobre o território. São histórias que ajudam a entender como vivemos, trabalhamos, resistimos e construímos nossas vidas. A maior parte desses relatos foi registrada na fala, por meio de áudios, conversas e lembranças que foram surgindo no dia a dia. Depois, fui transcrevendo tudo, do jeito que aprendi. A escrita segue o compasso da oralidade: volta, avança, reforça, repete o que precisa ser lembrado. Memória não é uma linha reta, é uma roda.

A comunidade Boa Esperança guarda ciências e saberes que não aparecem nos livros oficiais, e muito pouco na academia. Aqui nasceu parte do que sustenta Teresina até hoje: as olarias, as vazantes, a pesca artesanal, o plantio tradicional e o trabalho nos terreiros.

1.1 Princípio

Pai Velho me pediu para que fizesse um escrevedor. Indaguei: “Pai, eu nunca escrevi nada. Como vou escrever um livro?” Ele respondeu: “Do jeito que você fala”, me explicando

que a história da humanidade, sobretudo dos povos em diáspora, é um poço sem fundo. “Muito do que é dito são apenas suposições (ou invenções). Antes não havia escrita. Tudo era na fala. Tem gente que escreve muito, mas não sabe nem de onde veio”.

“De que adianta ter anel no dedo (formação acadêmica ocidental) e não ter sabedoria? De que adianta conhecer todos os planetas e suas luas se até agora não encontraram métodos científicos para resolver os problemas mais básicos da humanidade? As desigualdades, a fome, a falta de moradia, o preconceito, todas as formas de exclusão e de exploração cometida contra o nosso povo nesse processo histórico aqui no torrão (território) de vocês. Filha, essa história de homem ir à Lua. É o processo de uma longa caminhada parecido com o que aconteceu quando eles ocuparam outros territórios e disseram para essas comunidades que elas não tinham alma. Os homens de anel (colonialistas) se acham superiores aos outros seres, porém nunca vão dominar a natureza e agora querem buscar outras formas de sobreviver fora do torrão Terra”.

Durante esse diálogo com o Pai Velho, lembrei-me da música “Não Vadeia” da Clementina de Jesus, que diz “o homem é civilizado. A sociedade é que faz sua imagem, mas tem muito diplomado que é pior do que selvagem”.

A pedagogia de terreiro é muito assertiva, está para além de qualquer tentativa de explicação. Todo terreiro é uma escola de vida. Como minha mãe de santo dizia: “estou ensinando isso, é para a vida de vocês. Para que, quando chegar até vocês, uma situação que vocês não saibam resolver, chamem o guia que ele resolve”.

Vivi isso na prática. Inúmeras vezes. Quando estávamos em um momento de grande conflito na comunidade, a impre-

sa locada pelos empresários e pela gestão municipal de Teresina difundia mentiras (famigerada *fake news*), criminalizando nosso movimento, pondo a opinião pública da sociedade teresinense contra nós, que precisaríamos desocupar as margens do rio porque era “área de risco”, e que aqui só havia bandido e bandidagem.

Firmei meu pensamento. Entreguei uma taça enrolada em um jornal para a Dona Maria Mulambo. Ele olhou para mim e respondeu: “Vou lhe entregar, fique calma”. Quando anoiteceu, fizemos uma reunião na comunidade. A professora Lucineide sugeriu que fizéssemos faixas contra as remoções involuntárias da Prefeitura via Programa Lagoas do Norte e colocássemos nas portas das casas.

A pedagogia de terreiro ensina que é necessário paciência para alcançarmos os objetivos. Quando atrapalhamos o processo, perdemos a oportunidade de aprender. Trabalhar com ancestralidade é entender que o processo não acontece na hora da gente. Até mesmo para que possamos internalizar e materializar as orientações. Nossos passos vêm de longe.

Na espiritualidade, cada pessoa tem o seu processo e a sua forma de compreender e fazer uma leitura do mundo. O terreiro nos ensina, sobretudo com a prática. Antes, eu queria que as coisas acontecessem do meu jeito. Porém, aprendi que o tempo da espiritualidade é diferente do meu tempo. Os guias vão buscar a compreensão da nossa alma. E é por isso que a gente sente que os guias leem nossos pensamentos.

Em nossos terreiros existe a mãe criadeira. É ela que vai nos conduzindo para uma compreensão espiritual, fazendo com que a gente entenda. Também nos passa ensinamentos, nos ensina que nós não somos apartados do mundo e da natureza.

Minha mãe de santo sabiamente dizia: “a gente se junta, mas não se mistura”. A visão que o eurocentrismo cristão tem das sacerdotisas de terreiro é a de que nós somos pessoas para além do bem e do mal. Não é assim que nós aprendemos nos

terreiros. Nós somos, estamos e precisamos estar no meio do povo. Nós (sacerdotisas) somos o povo. E no contexto Brasil, somos mães para quem chega. Recebemos as energias dos nossos orixás. Os nossos orixás são guerreiros e feiticeiros. Temos as características do bem e do mal, então é necessário que haja um equilíbrio.

Tudo isso é de difícil compreensão para a direita conservadora cristã, e também para a dita esquerda, marxistas secos. Habitamos um mesmo território com nossas muitas diferenças. Muitas vezes alguns até dançam ao som do nosso tambor, bebem em nossas tecnologias, brincam, comemoram com a gente. Ninguém tem obrigação de seguir alguma cosmovisão afro ou indígena, mas seria interessante procurar conhecer um pouco melhor da nossa filosofia, das nossas práticas, dos nossos fundamentos, principalmente porque foram esses fundamentos e tecnologias os instrumentos de sobrevivência para nossas comunidades e povos ao redor do mundo.

Não vou mentir que tem horas que eu me choco. Eu penso: “Fulano está perto de mim, mas não compreende. Certa vez uma amiga me disse: “Amiga não tem como alguém compreender você se ela não pratica o que você pratica”.

Não me sentei nos bancos da universidade. Até fiz catequese, mas não fui catequizada. Apreendi com os meus, na luta no chão da comunidade. Um marxista me falou um dia que eu não tenho cara de mãe de santo e eu lhe respondi: “Mãe de santo não tem cara. Mãe de santo recebe um guia”.

É necessário compreender que o projeto colonial adoce e mutila a nossa alma. Nos terreiros aprendemos juntos e juntas, das crianças aos mais velhos. Quando nossos filhos chegam aos bancos de escola, a pedagogia eurocêntrica tenta mutilar os nossos valores, que as nossas crianças aprendem juntos nas nossas comunidades. Tomam sua autoestima.

Há um apagamento intencional de nossa história dentro do projeto colonial. É de doer e estremecer na alma a forma

como nossas crianças relatam como são tratadas nessas instituições supostamente educativas.

Todo terreiro é um quilombo. O quilombo nos conecta à nossa ancestralidade. Nos dias de festa, alimentamos toda a comunidade. Cada pessoa tem uma função, todo ensinamento é passado com amor, com fundamento e o babaçu (comida) que servimos faz parte daquela ritualística. Até os animais que são abatidos para que sejam servidos nas festas têm sua ciência e sentido de ser e fazer.

Todo alimento é sagrado. Antes do abate para servir o alimento tudo é explicado passo a passo. É através daquele alimento que a comunidade recebe a energia, o sustento e a prosperidade. Antes de servirmos o babaçu, primeiro se faz a entrega para orixá dono da festa. Quem desconhece faz críticas, mas para nós é abundância, fertilidade, compartilhar de uma força ancestral. Muito diferente do que fazem os grandes empresários que mutilam a natureza, expropriam o alimento da terra de um território e exportam para alimentar outras nações ricas.

Todas nossas práticas são ancestrais. Meu pai foi um grande criador de animais, gado porco e galinha. Nas festas que fazíamos nas comunidades, ele sempre abatia os melhores animais, os mais gordos para compartilhar com a comunidade

Nos nossos terreiros, muitas crianças baiam desde cedo, no colo ou no útero da mãe. Os idosos e as idosas são grandes referências, pois já passaram por várias experiências de vida em uma só. As Yabás têm a chave da vida, são elas que preparam o babaçu. Nos dias de festa, toda a comunidade participa, cada um e cada uma ajuda como pode. Na hierarquia de terreiro, todas as pessoas são respeitadas. Nossos pretos velhos proseiam com todos e todas, sem distinção de patentes ou de títulos.

Os nossos terreiros são lugares de acolhimento e partilha, e por isso mesmo lidamos com todos os tipos de situação. Muitas pessoas caminham por muitos lugares. E quando

procuram este espaço sagrado é porque não encontraram respostas para as suas questões. Quem faz desobsessão são pai e mãe de santo. Até os crentes nos procuram na calada da noite. Respeito muito as nossas sacerdotisas, um respeito ancestral.

Nossas mães de santo, quando têm função no terreiro ou vão entregar algum fundamento, abdicam de muita coisa, até mesmo da sua vida familiar, com seus filhos biológicos e familiares. Dependendo do fundamento, elas passam vários dias recolhidas, reclusas em um espaço. Assim também, quando é para fazer uma desobsessão.

Sou guiada e orientada pela minha ancestralidade, pelos meus guias, incorporados nos meus pretos velhos, erês, caboclos, boiadeiros, povo das águas. A minha visão de mundo é a minha espiritualidade. Os colonialistas tentaram a fogo tirar isso de nós, porém, não conseguiram. Nossa família espiritual é grande, forte, potente, são os nossos metrtons, presentes em todos os espaços da nossa existência nesse plano terreno.

Há uma grande contradição quando os colonialistas afirmam que a Bíblia foi escrita por homens que receberam o Espírito Santo. Eles dizem que Deus escolheu comunicar Sua Verdade ao mundo usando agentes humanos, por intermédio deste Espírito. Não se pode impor uma verdade pretensiosamente universal a todos.

Dizem que Exu é demônio. Sendo o demônio uma criatura da visão euro cristã, para nós, não existe demônio, porque nem mesmo faz parte da nossa cosmovisão. Exú é o orixá da comunicação. O meio. Aquele que leva a mensagem. Ele trabalha o “eu” dos encarnados. Os nossos defeitos de caráter. Demônio é invenção cristã.

A demonização que fazem dos nossos orixás é a continuidade do projeto colonial. Querem por força dominar os nossos corpos, domesticar a nossa alma e mente. Nós trabalhamos com energias, energias dos nossos ancestrais, aqueles que nos antecederam há milhares de anos.

A visão perturbada dos colonialistas é carregada de energia negativa, de suas práticas abusivas e preconceitos. Para eles é um direito natural impor sua visão acima de qualquer outra visão. Com a bula papal, tentaram se apropriar dos nossos corpos, de nossas terras, mentes, alma e espíritos. Religiosos ou não, falavam que a escravidão é o destino natural para um povo condenado, “sem alma”. E essa narrativa é usada até hoje.

É muito recente o reconhecimento da Umbanda como religião. Porém, ela é muito mais antiga que as próprias instituições, remonta a tempos imateriais. Umbanda é uma espiritualidade e filosofia de vida. Ela nos permite fazer uma releitura da nossa vida e existência, a partir da memória, da potência da oralidade e do cuidado. É uma árvore sagrada, africana e indígena, encruzilhada de histórias que criaram raízes aqui.

Para se tornar sacerdotisa de Umbanda, passei por um grande processo de aprendizagem e de reaprendizagem com os meus irmãos e irmãs. Foram 16 anos de caminhada e tinha hora que nem eu mesma compreendia o que me movia a fazer aquele desenvolvimento. Só sentia que a vontade vinha da minha alma. Hoje sei que era levada pelos meus guias, uma força muito maior. Por isso, respeito todas as mãezinhas de santo, minha avó, minhas irmãs, meus irmãos, meus tios e tias. Cada um sabe o que passa para receber seus fundamentos.

Todo esse processo foi muito importante para o meu desenvolvimento e para o meu equilíbrio espiritual, não tenho dúvida. Não titubeei quando colocada à prova. Foi no meu cruzo de força onde mais fui testada e também onde mais aprendi. Embora fôssemos sete de barco, tem hora que é você com você mesma. Passamos a entender as sedimentações formadas por todos os processos pelos quais passamos e passaram aqueles que vieram antes de nós. Nosso caminho é atravessado por preconceitos, por violências e pelo ímpeto do colonizador que

nega os nossos valores. Estamos em guerra e ela também se faz no mundo espiritual.

Quando eu falo que a Umbanda é um lugar de memória e salvaguarda das nossas vidas e nossos valores, quando repito que sou guiada pelos meus guias, que cultuamos e incorporamos espíritos ancestrais é porque foram (e ainda são) eles quem orientaram os nossos passos e nossas ações concretas.

Os processos de desterritorialização pelos quais temos passado fazem com que a gente fixe cada dia mais forte na nossa memória e compreenda como a cidade vem se desenvolvendo e perpetuando o que hoje a academia chama de racismo ambiental.

Quando se observa Teresina, olhando para a Zona Leste e a Zona Norte, fica evidente que o “projeto de desenvolvimento” não inclui a gente. Não cabemos nesse desenvolvimento, e somos vistos como aquele corpo que “enfeia” e que não serve para fazer parte da cidade. Esse processo é pensado e reconstruído sob o olhar colonial e visa intencionalmente matar não somente a nossa história, mas também a nossa cultura, nossa alma, a nossa estima e senso de comunidade.

O corpo preto, cujos braços construíram essa capital fazendo tijolos e levantando casas, não combina com a paisagem romântica da Teresina portuguesa e cristalina. Mas fomos nós, eu afirmo, povo preto e ribeirinho da Zona Norte e de outros rincões desta terra, quem verdadeiramente construiu essa cidade.

Essa história pouco se faz presente nos livros oficiais, mas facilmente acessada através da memória oral, da conversa e vivência com os mais velhos que aqui compartilho. Lembro de meu pai trabalhando na olaria, na vacaria, na vazante. Nos tempos de cheia, quando não havia trabalho nem na olaria e nem na vazante, meu pai partia para o interior do Maranhão para fazer roça para poder nos sustentar. A gente nunca precisou ou contou com o Estado. Sempre nos mantivemos por

meio do território com tudo que ele nos ofertava em uma labuta contínua, colaborativa e grata.

Eu e minha família trabalhávamos na olaria durante a semana. No final de semana, nosso lazer era o rio e suas coroas. Na semana, de manhã cedo minha mãe nos acordava e a gente ia para cacimba, onde pegávamos água, enchíamos os potes e partíamos para os espaços de trabalho. Aqueles que não iam para olaria iam para vazante ou para escola.

Na escola tradicional que eu frequentava, mais de uma vez me deparei com violências ao perceber que a história que nos era ensinada também negava o legado e existência do meu povo. No pensamento da colonialidade, somos povos escravos trazidos de África. Não ensinam que muitas em muitos dos nossos eram rainhas, reis, príncipes e princesas que foram destituídos de seus direitos, sequestrados e escravizados. Não falam das riquezas e diversidade da mãe África e de como nosso trabalho foi difícil e é fundamental para o funcionamento deste país.

É fundamental que a gente absorva e transmita a prática da oralidade ancestral, inclusive pela repetição. Lembro que meus pais diziam: “vou falar várias vezes para que vocês aprendam”! Foi escutando atenta as narrativas dos meus que acabei internalizando e sendo atravessada por valores de afeto e da vida em comunidade.

Nossa consciência foi potencializada, a partir das décadas de 1980 e 1990, com a chegada na comunidade de um grupo de professoras que passaram a nos ensinar uma educação pautada no método Paulo Freire. Agora éramos produtores de conhecimento e de saberes tanto quanto de tijolos. O colonialismo sempre tenta nos dominar pela mente, pelo medo, pela cabeça, mas, graças ao conhecimento de uma educação para a liberdade que nos foi transmitido, resistimos até hoje.

1.2 Meio

Somos uma família de nove irmãos, quatro homens e cinco mulheres. Eu sou a terceira. Meu pai tinha um cuidado especial com as mulheres. Ele nos colocava para fazer o trabalho como forma de passar o conhecimento. Durante todo o dia ele dizia: “Vocês têm que ser fortes e aprender o que eu estou ensinando, porque quem não aprende com o pai e a mãe, o mundo ensina”. Era algo que ele sempre falava e repetia mais tarde, nas nossas conversas da noite:

“Olha, quem muito se abaixa, mostra os fundos.” Ele ensinava fazendo, na prática — recurso que sustentou toda a sua trajetória. Alta tecnologia no compartilhar dos ensinamentos pela tradição oral e pelo exemplo, repetindo quantas vezes fosse necessário para a gente entender e gravar na memória o que ele estava dizendo.

Todo valor que damos à nossa terra e à nossa cultura não veio nas caravelas portuguesas, nem nas escolas, nem no academicismo cartesiano. Nossos modos de fazer e viver — do cultivo das vazantes às margens do rio, à pesca, às trocas, aos afetos, ao cuidado com as crianças e com os mais velhos — nos foram passados através da prática.

Algumas dessas práticas são nativas daqui; outras vieram de muito longe. Não com o colonizador, mas com as nossas e os nossos ancestrais, anciãos indígenas e griots africanas. E foram sendo compartilhadas pela oralidade, pelos ofícios e pelos conhecimentos repassados. Na minha família não foi diferente.

Nosso núcleo familiar foi construído com muito amor. Não tínhamos posses, mas tínhamos muito afeto e intenção. Meus pais nos levavam junto para tudo que iam fazer — e não como forma de exploração do trabalho infantil, como o capitalismo caucasiano faz.

A intenção dos meus pais era passar os conhecimentos e os modos de fazer na prática para que pudéssemos aprender e dar continuidade a essas culturas. Hoje entendemos que os ataques às nossas práticas tradicionais e à soberania comunitária, junto da contínua desterritorialização, são práticas coloniais de racismo ambiental aplicadas contra os nossos desde sempre.

A ação racista da Prefeitura Municipal de Teresina, seus programas urbanísticos e empreendimentos sobre nossos territórios, ataca diretamente nossas vidas, nossos modos, nossas mentes e nossos valores, para que a gente não se sinta pertencente. É nesse poço de sofrimento e subordinação constante que a elite e o capital colonial tentam nos acorrentar ao longo da sua história de dominação. Porém, nós resistimos.

Fomos ensinados com amor: observando, falando, fazendo, repetindo várias vezes para que entendêssemos o valor da prática e do compartilhamento daqueles ensinamentos que nos eram transmitidos.

Não somos “meio ambiente”: nós somos a própria natureza. Tudo que existe (ou se adapta) nela tem um porquê. Só compreendemos o sentido e a intenção de tudo que existe na natureza caminhando junto dela.

Nossas práticas não buscam justificativa na acumulação ou no lucro. Aprendemos que só retiramos de uma árvore o que precisamos para sobreviver — diferente do capital, que produz, acumula e queima “excedentes” num país absurdamente desigual, onde milhares passam fome e vivem sob condições precárias.

Aprendemos desde a infância, no chão batido, o valor real das coisas. Porque a gente entende que não se aparta da natureza. Defendemos e valorizamos o nosso território porque dele dependemos para bem viver. A árvore que plantamos aqui contribui para todo o ecossistema em que vivemos.

Nossos rios — esse pai e essa mãe ancestral que abastecem nossa comunidade — são inegociáveis. Deles vêm o sustento e o alimento. Para nós ribeirinhos, os rios têm valor, não têm preço. É diferente do que o capital pensa e do que a elite escravocrata pratica nesta cidade.

É num rio limpo que nossas mães de santo podem fazer um descarrego. O rio nos dá comida e água quando plantamos nas vazantes. É na várzea dos rios que sempre plantamos para colher alimento saudável, que não vai nos adoecer.

O alimento que cresce em terra envenenada também envenena o rio. A água dele não nos faz bem. Fazer parte da natureza é respeitar a terra — ancestral que nos dá tudo de que precisamos e ainda ensina a semear mais vida.

Nos entristece ver esta capital explorar e aterrar as nascentes, privatizar nossas águas, sujar e secar lagoas, sugar minerais, matar animais, acabar com as árvores e com a natureza. Sempre é assim: criminaliza, explora, rouba, destrói e depois parte para explorar outro lugar, outra comunidade, urbana ou rural.

O que acontece hoje com nossos povos tradicionais ribeirinhos não é diferente das práticas coloniais de 500 anos atrás. Apenas mudaram de nome. É o neocolonialismo, é o neoliberalismo que continua o trabalho sujo de subjugar e explorar territórios.

A prática da desterritorialização é constante na nossa e na vida dos nossos mais velhos. No entanto, graças aos valores que nos foram repassados pela oralidade e pela prática — os fazeres, os ofícios — aprendemos desde cedo a resistir. E seguimos como aprendemos: o que fazemos hoje nas nossas comunidades não é diferente do que nossos antepassados fizeram para permanecer vivos.



Imagem 3: Sousa, Idalina. Dona Davina, mãe de mãe Lúcia, no quintal.
Análogica digitalizada. Acervo Pessoal.

1.3 Continuidade

Os nativos Poty são os habitantes originais desta confluência Poty–Parnaíba. Pela história oficial colonial, naturalmente higienista, esses povos são considerados extintos. Teresina foi erguida pelas mãos de negros e indígenas subjugados. Nossa memória é negada. Nossas ciências e nossas tecnologias são folclorizadas, demonizadas, criminalizadas e roubadas. Os livros considerados cânones pelas sociedades ocidentais sempre me levaram a uma mesma pergunta: **onde está a história do meu povo nessa escrita?** Essa pergunta me atravessou profundamente — e segue atravessando — porque eu não encontrava nos cânones que lia a minha vivência, a vida do meu povo, as histórias desse território.

Quero contar a história de como Teresina foi parida, sob as orientações que tive a oportunidade de ouvir das minhas ancestrais. É necessário ecoar essas memórias e oralidades para que se conheçam outros lados sobre a construção da “primeira cidade planejada do Piauí”.

A primeira grande invasão colonial sobre este território começa com o interesse de Conselheiro Saraiva, presidente da Província do Piauí, em transferir a capital de Oeiras para Teresina, fundada em 1852. Nossos corpos eram mercadorias, presentes e moedas de troca. Nossos antepassados foram usados como recursos para alimentar um sistema insaciável — um sistema tão voraz a ponto de alterar a rota natural marítima de tubarões na travessia do Atlântico, porque eles passaram a seguir os navios dos traficantes europeus.

Para o capital, tudo é recurso e mercadoria: nossos corpos, nossos saberes, nossos territórios. Por outro lado, nós — comunidades tradicionais, ribeirinhas, originárias e quilombolas — temos uma visão de mundo completamente diferente. Nós compartilhamos tecnologias e vivências profundamente comunitárias para manter nosso povo vivo.

Capítulo 2

Da aldeia ao quilombo

As memórias a seguir narram um pouco das relações comunitárias da Boa Esperança. Relações de cuidado e solidariedade ancestral existentes entre as pessoas e o território, especialmente as mulheres, as mais velhas, as infâncias.

2.1 Partos e parteiras

Era fim de tarde, começo do inverno piauiense. A região fica ainda mais verde e bonita nessa época. As lagoas começam a exalar um cheiro de vida. Papai pergunta: “Davina, como estão os preparativos para o nascimento da criança?” E mamãe responde: “Roxo, estou juntando todos os trocados para comprar o que a criança vai necessitar e pagar o táxi se for preciso ir pra maternidade. E pagar o transporte para que a comadre Raimunda possa fazer o parto aqui em casa mesmo”.

Se não tinha dinheiro, ele dava um jeito. Pegava a bicicleta e ia na casa da vovó Raimunda, que era a parteira da comunidade. No dia seguinte, acordo com a minha mãe dizendo: “Roxo a criança vai nascer, corre vai buscar comadre Raimunda!” Então papai foi na casa do tio Ribamar e de lá chamou um táxi para trazer a comadre para fazer o parto da criança que minha mãe esperava.



Imagem 4: Sousa, Idalina. Madrinha Vó Raimunda, parteira na comunidade. Analógica digitalizada. Acervo Pessoal.

Em casa era feito um isolamento no quarto onde só podia ficar minha vó, minha mãe e duas mulheres da comunidade que auxiliavam no parto. Minha avó Raimunda fazia um caldo de caridade, colocava um gole de cachaça e dava para minha mãe beber.

Naquele momento todas as crianças eram afastadas da sala, levadas junto às mulheres mais velhas da família e vizinhança que na sala rezavam o rosário de nossa Senhora até a criança nascer, para que o parto não tivesse nenhum problema. No rosário se reflete a vida de Jesus, do nascimento até a crucificação. Eu, criança muito curiosa que era, ficava observando tudo, queria entender, queria entrar naquele quarto para ver como era aquele nascimento e tudo que acontecia ali. Infelizmente eu não podia.

Lembro-me bem que quando a criança nascia meu pai ia para a porta da rua e soltava um foguete em comemoração. Na

época eu não entendia tal ritual. Hoje, como mulher e mãe que já pariu dentro de um hospital, sei como é difícil um parto. Parir não é coisa fácil não! Minha mãe teve nove filhos, cinco mulheres e quatro homens. Cinco deles foram de parteiras. Então entendo a importância e o porquê de meu pai soltar aquele foguete, e entendo, sobretudo o motivo pelo qual aquelas mulheres rezavam na sala pedindo para que minha mãe tivesse um bom parto.

Eu, ainda pequena, acompanhava aquela aflição me questionando por que meu pai e minha mãe pareciam sentir tanto medo que acontecesse alguma coisa e que algum dos meus irmãos não viesse a nascer.

No entanto, a solidariedade dos vizinhos e da parteira, minha avó, se fazia tão presente, nos acolhia sempre e no final acabava dando tudo certo. Observar essas vivências e suas tensões me fez perceber como éramos – e ainda somos – tratados dentro dessa cidade. Meu pai, mesmo trabalhando muito, fosse na roça, na vazante, na olaria ou na vacaria, tinha seu corpo, junto ao de minha mãe, irmãs e irmãos, como corpos sem qualquer valor ou detentor de direitos nesse território.

O capitalismo sob esta cidade rouba nossas ciências e nos entrega suas mazelas, e cada ação individualista desse sistema vai tirando nossa autonomia, nossos modos de vida e valores. As mulheres, por exemplo, vão se sentindo cada vez mais sozinhas. Foi enfrentando diversas ações duras contra as nossas famílias, de desrespeito e violência que a nossa e as outras famílias da comunidade começamos a entender que, mesmo trabalhando tanto, pegando no pesado a vida toda, Teresina ainda nega nossa existência, nossos corpos e nossos direitos básicos como comida e moradia.

O relato a seguir foi feito pela Idalina, minha irmã, que também tirou essas fotos.



Imagem 5: Sousa, Idalina. Arnaldo, Miúda, Novim e o bezerro “panelada” na beira do rio Parnaíba, Teresina. Analógica digitalizada. Acervo Pessoal.

“No dia que tirei essa foto eu tinha recém chegado de viagem com minha mãe, que a gente tinha ido pra Canindé. Fui esvaziar o filtro aí tirei essa foto da vaca, tirei foto do papai, tirei foto da mamãe e dos canteiros dela.

Quem fez o parto dessa vaca foi a Miúda (irmã mais nova). Papai saiu para trabalhar. Quando foi de madrugada a vaca entrou em trabalho de parto. A bichinha chorava e a gente não sabia o que fazer. No escuro, eu segurava a vela, Arnaldo (irmão mais novo) sentou em cima da vaca e empurrava porque ela não tinha força para botar o bezerrinho para fora. Ela mugia o tempo todo por causa da dor. Como a Miúda era pequeninha, a mão dela era pequena, ela colocou as mãos lá dentro e assim puxou o bezerro.

Depois que terminou, a gente ficou tão feliz. Foi uma glória quando o pai chegou de manhã. Logo que chegava do trabalho ele ia olhar o quintal. Aí disseram “papai a gente tem uma surpresa pro senhor” quando chegou lá e viu, ele ficou tão feliz. Papai ficou muito satisfeito. Foi bom demais.

Ele botou a vaca com o bezerro ali na beira do rio, por onde hoje se faz as giras. Fez um cercado e colocou lá, separou das outras vacas. Todo dia ia lá dar comida para ela, era um tratamento especial. Ele cuidava dela com muito carinho e logo ela engordou e ficou muito bonita. Se papai tivesse estudado seria um grande médico veterinário e mamãe uma grande médica”.



Imagem 6: Sousa, Idalina. Boi, vaca e o bezerro sob uma árvore, na vazante do Seu Roxo, São Joaquim, Teresina. Analógica digitalizada.
Acervo Pessoal.

2.2 Oralidade de Dona Davina e Seu Roxo



Imagem 7: Moura, Ronald. Dona Davina e seu altar no terraço de casa.
Foto Digital. Acervo pessoal.

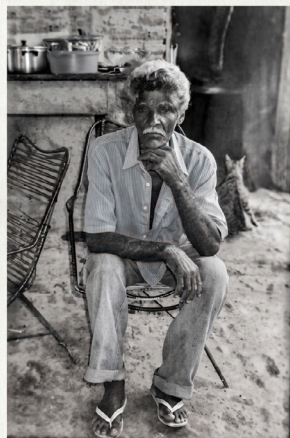


Imagem 8: Sousa, Idalina. Seu roxo após chegar da roça na vazante.
Análogica digitalizada. Acervo pessoal.

Nesta escrivência falo muito sobre dois grandes mestres: meu pai e minha mãe. Meus pais sempre foram pessoas de pouca posse, mas os valores que nos fizeram chegar até aqui são tão caros que não têm capital no mundo que compre. Éramos e somos uma família feliz. Lembro muito bem da labuta do meu pai e do seu cuidado para nos manter alimentados, unidos e protegidos.

Todo legado que carregamos em nosso coração nos foi passado através de grandes tecnologias, como a oralidade e a repetição, para que a gente não aceite o que vem pronto. Provavelmente não veremos em vida os frutos do que estamos plantando hoje, mas tenho certeza de que gerações futuras irão se alimentar desse fruto.

As aldeias Poty desta confluência, baixo Poty e médio Parnaíba, deram lugar a aldeamentos catequizados e imensas fazendas de gado, num movimento exploratório incentivado pelo Governo que roubava territórios, invadia e saqueava as vilas, comunidades e seus trabalhadores. Essa ação presente no interior, na capital até o litoral, ficou conhecida como devassamento do Piauí.

Meu pai, Seu Roxo, como era conhecido, foi um grande vaqueiro durante muitos anos na Zona Norte. Ele era encarregado de cuidar e tratar de toda a vacaria da portuguesa Dona Nezu e em troca a única garantia que recebia era uma moradia precária. Vivíamos numa situação de insalubridade, em uma casa humilde feita de taipa.

Minha mãe, D. Davina, tinha um cuidado muito grande com a higiene e assim conseguia nos proteger de toda intempérie que poderia ser provocada pela insalubridade do local. Havia muitas moscas e outros insetos, pois nas vacarias onde se tira leite elas se proliferam rapidamente. Uma mulher muito digna, muito limpa, sempre teve muito cuidado com os utensílios, pratos, talheres e um cuidado imenso conosco. Meu pai

estava sempre na labuta incessante debaixo de sol, preocupado em nos passar bons valores e conhecimentos.

Papai sempre foi um homem muito habilidoso no trato com a natureza, plantas e animais. De tudo um pouco ele sabia fazer, desde lavar roça no interior do Maranhão, na boca da mata, fazer tijolos, plantar cana nas vazantes. Ele também era um excelente pescador.

Nas pescarias com meu pai e minha mãe, ele pegava e dizia: “Minha filha engula essa piaba viva” e eu questionava: “Por que o senhor tá fazendo isso, papai?”. Ele me respondia: “Pra que ninguém nunca cale a sua voz”.

Na ciência de Umbanda, nós escolhemos a família que queremos reencarnar e isso faz muito sentido quando a gente bebe nessa ciência profunda de profunda sabedoria e ancestralidade. Entendemos que a potência do nosso povo irradia a partir do núcleo familiar. Meus pais eram e são um casal muito sábio. Oralidade e prática. Minha mãe ainda vive em nosso mucambo. Quanta força eles dois!

Todas as práticas que reproduzimos até hoje, como a pesca, o cultivo das vazantes, os rituais de terreiros, o trabalho com o barro, temos as mulheres como mestras fundamentais, especialmente nossas anciãs (chamada “geração avó” por Nego Bispo).

Lembro-me muito bem das comadres na comunidade, com quem as relações estavam para além das suas crenças, de religiões que elas praticavam, do estado civil, se eram casadas, solteiras, se eram mães solo ou viúvas.

As diferenças diminuía, por exemplo, quando iam lavar roupa no rio, as conversas que elas tinham e a solidariedade entre elas, que era muito grande, se concretizavam nas práticas de cuidado. Quando uma não tinha o que comer a outra dava, quando uma adoecia a outra ajudava a tratar, no cuidado com as crianças e idosos, dentre outras práticas que chegam até a gente e, por isso, temos hábitos dessa solidariedade ancestral

que é muito anterior ao nascimento do hoje denominado feminismo pelo ocidente.

Lembro-me de quando as comadres de minha mãe se juntavam e ajudavam a debulhar o feijão, a varrer a casa, a cuidar no almoço e a tratar enfermidades, e isso tudo era feito com muito prazer, faziam isso cantando, movidas por um senso de comunidade.

Esses são ensinamentos que nos atravessam profundamente até hoje. Não sei dizer se isso já era o que hoje é conhecido por feminismo, porque eu não tenho conhecimento sobre o feminismo, mas tenho conhecimento de uma relação de mulheres que sabiam muito bem ser solidárias na prática umas com as outras, sobretudo, no cuidado com a casa, com as crianças, quando uma saía a outra ficava cuidando das crianças que ficavam, as conversas que elas tinham falando dos relacionamentos que tinham com os companheiros, porque, mesmo naquele tempo que pouco se discutia, a gente já presenciava muito forte as agressões do machismo. Dentro da comunidade, se era solidária uma com a outra.

2.3 Olaria, barro e fogo

Não há como apartar a nossa vivência e relação com os rios e com as lagoas. Eram eles o nosso lazer no final de semana, depois de uma semana estressante de trabalho carregando tijolo e barro nas olarias.

Levávamos um quilo de farinha, uma panela e íamos pescar. Fazíamos o caldo das piabas para tomar, quebravam-se as tamboeiras de melancia e comíamos na beira do rio. Eu não entendo por qual razão Teresina trata os rios e sua população ribeirinha com tanta indiferença. Não sabem o que é viver em uma comunidade tradicional de contexto urbano.

Basta uma caminhada pela comunidade Boa Esperança para se observar, que todo esse legado e todas as potências entregues pelos nossos ancestrais continuam vivas nessa cidade. Ao ver um velhinho com cofo nas costas, uma jovem trançando rede de pesca na porta de casa ou jogando malhadeira no rio, são práticas que não podem ser descoladas da história de Teresina, isso existe e faz parte da nossa vivência comunitária.

É por isso que eu digo que não acredito em resgate, porque ninguém resgata o que tem vida. Acredito em potência. E nós que recebemos devemos potencializar tudo que nos foi entregue pelos nossos e nossas antepassados/as.

Tudo nos foi passado com muito fundamento e muita sabedoria. E isso não está escrito em livro algum, mas pode ser vivenciado em nossas famílias, suas tradições e modos de vida. Meu pai sempre dizia: “Só podemos ensinar o que a gente sabe e os nossos ofícios. É importante que vocês aprendam, porque alguém tem que levar isso pra frente”.

Lembro-me muito bem dos finais de tarde depois de um dia de trabalho cansativo nas olarias ou na vazante e as histórias que nos contavam na beira do fogo com muito carinho e muito afeto. Mamãe se dirigia para o fogareiro para preparar um café ou um chá e, tomando daquele chá ou daquele café, provamos muito afeto, muito amor e muita solidariedade. Nossos mais velhos tinham prazer de conversar, de nos passar as histórias, lições de como agir e de como se portar e da importância de se viver bem em comunidade.

Nas noites de verão, a gente fazia um cuscuz e uma garrafa de café e partia rumo às olarias para tirar tijolo quente. A temperatura era muito alta durante o dia e não tinha condições de trabalhar na tarde, tampouco pela manhã, se fosse pela manhã teria que ser muito cedo.

A gente fazia uma fogueira e durante aquele trabalho ouvia nossos pais e outros trabalhadores que contavam suas

histórias. Falavam sobre seus relacionamentos, penas e coisas bonitas que haviam visto ou passado, falavam de suas vivências no terreiro, e de um passado na infância.

E todas aquelas histórias compartilhadas ressoavam no ar, na mente e na memória, nos deixavam tão felizes que aquela labuta de carregar tijolo quente e estar ali caindo de sono ficava mais leve.

A gente ouvia de tudo, contavam histórias de lobisomem, aparições, falavam dos ritos de que eles participavam, de passagem, de nascimento e casamentos. E tudo isso fazia aquele momento ser feliz, porque reunidos, observávamos e internalizávamos tanto aquilo que a gente queria ouvir mais e quanto mais escutávamos, mais eles falavam e tínhamos vontade de ouvir e assim a noite acontecia, trazendo o clarão de um novo dia que trazia mais esperança.

Revisitando alguns companheiros meus do tempo de trabalho nas olarias, senti novamente um pouco da dor e também da alegria daquele trabalho pesado. Zé Lima foi meu amigo e mestre, um dos primeiros oleiros, que ainda vive em nossa comunidade, museu vivo da nossa resistência. Ele tem 80 anos, e por ser um dos primeiros oleiros teve uma trajetória muito mais dolorida que a minha geração. Aquele era um trabalho semi-escravo a labuta com barro e fogo.

Os mestres como Zé Lima chegavam por volta das cinco horas da manhã no buraco da olaria, para cavar o barro, amassar, jogar para fora e tratar. Na parte da tarde, retornavam para limpar o lastro e moldar os tijolos. É um trabalho que mexe com todos os nossos sentidos, mas mexe principalmente com o nosso coração e com o nosso útero. O calor do forno prejudica seriamente a saúde, o corpo e a fertilidade das mulheres.



Imagem 9 e 10: Autoria desconhecida. Os adobes e tijolos eram postos para secar ao sol, logo empilhados em pirâmide para a queima. Quadro do documentário “Olarias: Uma História Marcada”. Disponível no Youtube e Acervo Público do Estado do Piauí.

A gente que labutava nas olarias chamava aquilo de “pirâmide dores e risos”. Isso há muitos anos, confluindo profundamente com o que negro Bispo veio a dizer: “sorrindo nas tristezas”. Nessa época as coisas eram muito difíceis, mas em comunidade a gente sorria nas tristezas, e não vivia tanta perseguição e aflição com tantas invasões como temos vivido nos últimos tempos em nossas comunidades com programas de urbanização, como o programa Lagoa do Norte (PLN) e seu sucessor programa Periferia Viva, que vieram prontos, sendo aprovados sem consulta pública de verdade, recheados de racismo ambiental.

Falar sobre as olarias para mim é um misto de sentimentos, alegria e dor. É falar da história do nosso povo, que traz como herança ancestral a labuta de trabalhar com o barro, uma das profissões mais antigas do ser humano.

Teresina nunca indenizou justamente trabalhadores como o mestre Zé Lima, como eu, minhas irmãs, como a Mestre Idelvita e tantas outras mulheres que carregamos sequelas e dores em decorrência daquelas condições insalubres. A Prefeitura nunca se fez presente na nossa comunidade com uma política de assistência para fortalecer o que a gente faz e nossas

práticas. Quando ela adentra é de uma forma agressiva para nos intimidar e enfraquecer. Para nós, população preta e indígena, em resistência e diáspora neste território Brasil: nunca foi por dentro do Estado.

Os processos racistas que vivemos hoje nas comunidades são fruto daquele longo processo escravocrata das oligarquias teresinenses, que tratou (e quer tratar) nosso povo como uma sub-raça, seres “sem alma”. Quando eles falam dos nossos saberes, a nossa ciência é chamada de superstição, nossos Encantados, de folclore, nossos meios de vida são chamados de atrasados.

Prefeitos colonizadores deste território, brancos e eurocêntricos, não vão contar a história do nosso povo, porque ela deve ser contada por nós. Por isso sigo fiel a tudo que aprendi com meu pai e com minha mãe, aos valores e práticas que também receberam de seus antepassados.

O texto a seguir foi feito por pensadores orgânicos da comunidade Boa Esperança, geração neta de Seu Roxo e D. Davina sobre o principal meio de transporte daquela e de muitas famílias: uma bicicleta. Esta foi feita no período da Segunda Mundial, entregue como paga ao Seu Antônio Ferreira de Sousa (Seu Roxo) por uma família de militares piauienses a quem prestou seus serviços de vaqueiro. Fala de processos históricos de desterritorialização e retrata relações e paisagens da comunidade.

2.4 Uma bicicleta histórica



Imagem 11: Sousa, Idalina. Bicicleta transporte do seu Roxo, Teresina, PI. Foto Analógica. Acervo Pessoal.

“Sou uma bicicleta histórica, ahh, sou sim!” Porque a história, antes, e até mais do que ser feita dos nomes que ganham fama nos livros, é feita de suor, de lágrimas e de alegrias!

Carrego histórias. Em especial, carrego as do senhor Antônio Ferreira de Sousa, vaqueiro que saiu lá do Pernambuco, para vir fazer a vida aqui na nossa Teresina.

Fazer a vida. História é vida. História é labuta diária, que se confunde com o pedalar ligeiro, e com o pedalar cansado.

Pedalar que se infiltrava nas veredas ainda bem verdinhas que existiam entre a nossa tapera da Av. Boa Esperança até as olarias do Poty Velho. Percorri as veredas de chão, cheias de pedras no caminho, mas cheias de belezas, encantos e encantados. Depois veio o asfalto duro, liso pra correr... correr... correr... a vida correu mais, as mãos no meu guidão trabalharam mais, os pés calejaram mais. O asfalto não é tão fácil quanto dizem.

Carreguei histórias e mais coisas cheias de histórias, como os “jacar” trançados pela experiência de outras mãos também calejadas de trabalho.

Carreguei tijolos.

Tijolos.

Tijolos.

Tijolos um a um, um sobre o outro foram engrandecendo Teresina, construindo Teresina, “urbanizando” Teresina.

Eu também construí Teresina, saindo lá da minha Zona Norte, bem de onde essa cidade nasceu. Eu também alimentei Teresina. Seu Ferreira de Sousa levava o quiabo, o feijão - que era e ainda - é produzido às margens do Parnaíba, nos quintais da Av. Boa Esperança, para ser vendido lá no Mercado São Joaquim. E quando ele voltava, cansado de tanto pedalar, trabalhar, ainda tinha tempo para ser feliz! Colocava a criançada na minha garupa, para tirar sorriso infantil em cima das minhas rodas.

Pois é, roda, uma das primeiras grandes invenções desta tão afamada humanidade. Pois carrego duas! Duas rodas bem gastas de tanta história. Alguém aí duvida que não sou também patrimônio de museu?”.

Raimundo Filho e Jolina Freitas. Texto publicado no Museu Virtual da Boa Esperança. 2015.

2.5 Aboios e vacarias

Os caminhos dos que vieram antes de mim e os meus me fizeram chegar até aqui para contar uma história comunitária de desobediência e resistência. Meu pai sendo vaqueiro, minha mãe vivendo do ofício da vazante.

Lembro muito bem de quando meu pai saía de onde a gente morava no bairro Mafrense, Zona Norte, para trocar gado com senhor Plínio, um senhorzinho que tinha uma vacaria na região onde hoje fica o Teresina Shopping. Meu pai aboiava o boi até o outro lado do rio Poty e lá eles realizavam uma troca. Essa relação, que era distante geograficamente, os aproximava em afeto.

As distâncias são incertas porque naquela época não se tinha a mesma noção espacial de hoje e nem existiam os caminhos e avenidas que atualmente interligam as vias. Nosso povo sempre viveu e sobreviveu à margem da cidade cristalina.

Na década de 1970, meu pai teve que fazer a transferência da nossa família do Mafrense, onde a gente morava e ele trabalhava, para uma vacaria de propriedade de uma senhora portuguesa chamada Nezu. Essa vacaria foi dada como herança para portugueses amigos de Saraiva e quem tomou de conta foi a dona Nezu, que pertencia à família dos Afonsinhos, proprietários do colégio Pro Campus, Zona Sul de Teresina.

Recordo do dia em que meu pai conversava sobre política e a tal ditadura militar com um vizinho na porta de casa. Nossa casa foi invadida por policiais que imobilizaram e prenderam meu pai. Foi uma das primeiras violências que presenciei na minha vida, uma cena que nunca esquecerei. Ver os militares entrarem em nossa casa, algemarem e levarem meu pai com água escorrendo dos zóio até a delegacia, ainda me fere. Em outra situação, papai foi acusado de roubar gado na região.

Foi então que nos levou para viver na barraca da sua roça, na beira do rio Parnaíba, local em que vivemos até hoje e de onde ele também tirava nossa subsistência. Estas terras pertenciam à marinha, ele sempre muito esperto buscou se certificar de que poderia viver e plantar livremente. Foi a partir dessa mudança que comecei a vivenciar ferozmente este território.

Meu pai foi um dos primeiros moradores da região. Seu Roxo, como era chamado, sempre foi um homem muito valente, com grande consciência política, altruísta, afetuoso e solidário com qualquer pessoa que cruzava seu caminho.

Para você entender e conhecer Teresina verdadeiramente, é preciso ter a consciência de que ela nasce de uma projeção racista, principalmente, contra sua população negra e indígena. Escrachado naquele período, hoje os resquícios do racismo são altamente velados, sobretudo, através daquilo que se escreve e difunde, nas escolas, nos escritos acadêmicos, que reforcem a imagem colonialista de uma “Teresina cristalina”, “cidade menina”, quente, acolhedora, “capital do sol”, quando na realidade se trata de uma cidade brutal que nega a existência povo preto e indígena daqui.

Através dos ensinamentos de meu pai, da minha mãe e da comunidade, descobri que esse território era – e continua sendo – terra indígena. Um território onde viveu por muitos anos uma grande e próspera comunidade indígena antes da invasão do colonizador e do sequestro do povo preto de África.

É preciso pensar e saber sobre quem verdadeiramente somos. É necessário pressionar que o Estado reconheça a contribuição incalculável e fundamental que nós demos na criação dessa cidade, porque nesse processo histórico somos tratados, repetidas vezes, de maneira tão injusta e violenta.

Nós, quilombolas, somos um povo da vadiagem como os nossos malandros e malandras, que possuíam uma profunda consciência política, não aceitando jamais serem dominados pelos senhores. Nos terreiros brasileiros, temos a possibilidade de vivenciar e conversar com muitas dessas experiências. Recebemos um malandro que nos ensina a trabalhar na linha da vadiagem; uma pombagira que nos ensina o amor-próprio e nos brinda força vital; um preto velho com sua imensa força e sabedoria; um boiadeiro; uma cabocla que ensina a entrar na

mata. Toda a nossa ancestralidade vem na corrente espiritual dos nossos falangeiros, que são nossos ancestrais. Mesmo com tanto empenho, os colonialistas escravocratas não conseguiram nos destruir e nem mesmo as nossas ciências milenares. Essa força vital vem de muito longe.

Não existe sensibilidade em quem quer nos dominar. Todas as minhas experiências neste torrão me atestam. O Estado declarou-se nosso inimigo, desde sua invenção e invasão. As instituições estatais são todas, em sua pedra fundamental, alicerçadas em vícios eurocêntricos racistas. Essa forma de “organização social” jamais servirá para nós povos afro-originais. Contudo, o que nos move é a terra. Aramos o solo, o preparamos, plantamos nele e colhemos dele. Somos povos de festa, mas também guerreiros que combatem as ameaças e ataques que sofremos.

Na cultura iorubá, as diferenças, inclusive de credo, não são vistas como algo ruim porque entendemos que os saberes não se anulam, mas se completam como partes de um todo. Nossos povos são muito diversos e essa diversidade é muito perceptível a qualquer pessoa que caminhe por nossa comunidade.

2.6 Barravento

Acompanhada de meu pai tive o meu primeiro encontro com a espiritualidade. Pela primeira vez, pisei num campo sagrado, no chão de terreiro de Umbanda, não muito longe de casa.

Assim que entrei, eu senti a força como se o meu coração, os meus chacras e todos os meus poros me dissessem que ali era o meu lugar. O velho Cazunza, sacerdote daquele congá, se retirou dali por não suportar o preconceito e as violações

que o sistema colocava sobre a sua casa religiosa. Cazunza sempre fazia grandes festas e eu me sentia realizada em participar.

Em 2023, recebi minha bandeja e me formei mãe de santo. Durante a vida, tive muitas dúvidas porque fui ensinada primeiro a ser mulher, depois a ser mulher preta. Labutar nas olarias desde os 7 anos de idade, carregando tijolo para as construções de Teresina, limitava as expectativas.

Apesar de todas as dúvidas, quando adentrei novamente a um terreiro da Umbanda Sagrada, tive a certeza de que minha espiritualidade é viva, presente e pulsante. Disso eu não tenho dúvidas porque isso se materializa diariamente na prática.

Meu corpo-território, também é um corpo-templo, terreiro sagrado que precisa ser respeitado. Tudo que eu aprendi e aprendo dentro da Umbanda me afirma que não é preciso estar dentro de um terreiro necessariamente para nos conectar ao sagrado. É como África. África está fora, mas também está dentro, em cada templo em diáspora.

Em conversa com um guia espiritual, eu disse a ele que as chibatadas ainda doíam nas minhas costas, ele me respondeu que já não sentia mais isso na pele, mas que eu sentia no meu espírito encarnado na história recente deste país.

Ainda sinto muita dor. Mas também acredito que essa dor será curada. Se eu não alcançar a reparação histórica de toda injustiça feita contra o meu povo, os que virão depois de mim poderão alcançá-la. Eu não quero que as crianças da minha família, as crianças da minha comunidade, crianças negras e indígenas deste território em diáspora sofram todas as violações que o nosso povo vem sofrendo ao longo da história.

Por isso escrevo e faço, porque sei que somente a luta ajuda a curar essas feridas abertas pelos crimes cometidos contra nossos povos em diáspora. A contribuição forçada que o povo negro deu foi fundamental não apenas no nosso território

na Zona Norte de Teresina, mas no mundo todo afora, onde estamos presentes até hoje em diáspora desde o sequestro da colonização.

Forçados a lutar e resistir, um dos nossos pontos de força é a espiritualidade. A nossa ancestralidade, materializada na incorporação de homens e mulheres em nossos terreiros, nossos templos e lugares sagrados, nos guia historicamente contra os colonizadores.

Uma das principais estratégias do colonizador europeu foi (e é até hoje) nos privar da nossa própria cultura, dos nossos modos de fazer, espiritualidades e cultos à nossa ancestralidade, pois, quando se tira a cultura de um povo, também se tiram suas forças.

A nossa ancestralidade nos dá referência, a espiritualidade nos orienta, guia e nos ensina como resistir vivas e vivos, resguardar e compartilhar o nosso legado que outrora também nos foi entregue sabiamente através das tecnologias africanas.

O povo negro sempre teve uma relação muito íntima com a natureza. O legado de respeito ao território, ao corpo que nos cerca, o entendimento de ser corpo-território, corpo-terra, um corpo-natureza, veio com os nossos e as nossas ancestrais de África.

Viver às margens de rios, lidar com o barro, com a terra, com a planta é uma ciência muito antiga que nos foi entregue. Nós não somos apartados da natureza, da terra, das plantas, dos animais. Somos um eco só, somos conectados num sistema só.

Tudo que existe tem um sentido, uma intenção nesse grande ecossistema e, portanto, faz parte da nossa vida. Por mais insignificante que algo pareça ser, como diz Nego Bispo: “todas as vidas importam”.

Nossas palavras são fortes porque vêm do sentimento, do coração. Vindas do coração, elas vêm com muita força, muito amor e assim regamos as sementes que os nossos antepassados trouxeram e plantaram nesse território mundo.

Se os nossos e as nossas conseguiram nos entregar tudo que nós temos hoje, legados de tanta potência, nós também conseguiremos passar adiante. A nossa trajetória vem de longe. Beber nessa fonte materna é como um bálsamo de amor. Um bálsamo que perfuma por onde passamos.

Tudo isso me faz refletir sobre a minha vida como mulher negra que carrega esse legado ancestral que me foi entregue pelo meu pai e minha mãe, me motiva a alimentar a minha própria trajetória, pois, alimentando a minha trajetória, estou alimentando toda uma cadeia de vidas que me cercam.

Demorei em retornar a um terreiro de Umbanda, somente quando eu sofri uma das maiores injustiças e incompreensões dentro da comunidade foi que encontrei Mãe Suane de Iemanjá, sacerdotisa de Umbanda que alinhou a minha corrente espiritual.

Era 2009 quando fizemos uma retomada do direito à participação política através de uma associação chamada Nascente, e ajudamos a criar uma associação de mulheres. Nesse tempo eu sofri com muita incompreensão porque nas comunidades existem muitas contradições. Mesmo assim, nela também está o nosso ponto de força onde podemos encontrar as soluções para os nossos problemas.

Nesse caminho, demos de cara com interesses externos que queriam usar a luta do nosso povo para se promover politicamente. Batemos de frente. Foram muitos episódios em sequência de enfrentamentos que fizemos ao longo da nossa história. Não iríamos aceitar que forças externas se aproveitassem politicamente daquilo que estávamos construindo com tanto trabalho.

A Prefeitura de Teresina tira proveito das necessidades imediatas da comunidade para promover o assistencialismo, para minar a organização política da comunidade e conseguir votos. Eu bati de frente, não podia aceitar aquelas forças ex-

ternas tomando o nosso legado e, por isso, fui muito incompreendida. Inevitavelmente aquilo que eu estava denunciando aconteceu, a associação foi tomada pelas forças externas e não existe mais o sentimento de pertencimento pelas mulheres que fazem parte dessa associação, porque ela foi aparelhada e se tornou capital político. Uma velha estratégia dos colonizadores.

Não lembro o dia, mas foi num mês de dezembro em que lutávamos para que a comunidade não se dispersasse que eu encontrei a minha Mãe de Santo. Eu estava entregando ofícios, pedindo ajuda dos sindicatos para organizar um jantar comunitário.

Encontrei aquela bela mulher que sorriu para mim e me perguntou quem eu era e o que eu fazia. Foi a partir dali que comecei uma nova caminhada dentro da espiritualidade, que me fortaleceu muito para enfrentar os desafios impostos pela sociedade escravocrata atual, racista e machista que oprime o nosso povo, principalmente as mulheres negras.

Através da minha Mãe Suane tive o primeiro contato com o guia espiritual Pai Velho de Aruanda. Hoje o Pai Velho é o meu guia espiritual e me ajudou a significar toda a luta para permanecermos vivos e dando continuidade à história do nosso povo. Ele me perguntou: “Filha, você quer seguir?”. Naquele momento eu não tive dúvidas e comecei minha caminhada na Umbanda.

A princípio eu não compreendia como funcionava a organização daqueles rituais, mas eu conseguia sentir. O meu sentimento me levou a fazer o desenvolvimento dentro de um sagrado terreiro de Umbanda. Pai Velho de Aruanda foi muito carinhoso comigo e minha mãe de santo também, sempre me ensinando com amor. O que não quer dizer que não tivemos altos e baixos, eles fazem parte da nossa vida e do nosso desenvolvimento espiritual.

Passei a significar fortemente a luta e a caminhada dos meus ancestrais a partir das experiências que passei e das orientações que recebi e ainda recebo dessa entidade de luz, Pai Velho de Aruanda.

Quando eu cheguei ao terreiro da Mãe Suane, já havia outra irmã de santo, mas hoje sou a primeira filha, porque na Umbanda existe uma hierarquia e, quando alguém sai e retorna, vai para o final da corrente. Mesmo assim, considero a minha irmã Ecilene de Nanã (*in memoriam*) como a primeira filha do terreiro e a minha primeira irmã.

O relato a seguir conta um pouco dos caminhos e injustiças cometidas contra os modos de vida tradicionais da comunidade Boa Esperança, especialmente contra meus pais. Rastro da porca se refere a uma história de família, e também uma técnica utilizada para apagar pegadas humanas com rastro de outros animais, neste caso, uma porca.

2.7 Rastro da porca

A história do meu pai é uma história muito bonita, cheia de mistérios e também muito sofrida. Eu não conheci meus avós paternos, meus tios, não conheci ninguém da família do meu pai, mas, dentro do terreiro, eu sinto a energia forte da minha família ancestral quando me comunico com os pretos velhos.

O passado de meu pai segue sendo um grande mistério para mim. Espero um dia encontrar os meus tios e algum parente por parte do papai. Sem muitas explicações, ele relatava que veio de Pernambuco. Pode ser que nas nossas interpretações e pesquisas estejam erradas, mas, pelo que ele contava, dá a entender que meu avô (pai de meu pai) era cangaceiro.

Numa noite houve uma grande confusão durante uma festa, e meu avô para não colocar a vida dos filhos e netos em risco teve que fugir e deixar a família. Papai dizia que ele levou uma porca e disse: “Sigam-me pelo rastro da porca”, e assim a família se dispersou. Cada um foi para um lado. Infelizmente, uma das mazelas da herança da escravidão que acompanha o povo preto é separação dos nossos entes queridos.

Meu pai veio para o Piauí. Primeiro morou em Floriano, onde conheceu uma família de militares com quem foi trabalhar. É daí que entra a história da bicicleta. A bicicleta foi dada por esses militares para o meu pai. Segundo o professor Raimundo Novinho, historiador da família, só foram feitas 10 bicicletas daquelas, fabricadas para uso dos soldados durante a Segunda Guerra Mundial. Isso faz muito sentido, porque o papai trabalhou com essa família tradicional de militares.

Papai viveu com aquela família durante muito tempo e depois se mudou para Teresina, onde morou na região do Buenos Aires. Naquela época, o lugar chamava-se Caça e Pesca, hoje é chamado Parque da Cidade. Meu pai era uma pessoa que se relacionava bem com todo mundo, um homem de bom coração. Acredito que logo ele fez amizade com toda a vizinhança.

Minha mãe migrou para Teresina para morar com a irmã mais velha, também na região do bairro Buenos Aires, onde viria a conhecer e casar-se com meu pai. Ela veio de José de Freitas após ficar órfã muito nova e seu pai casar-se com outra mulher. Sua mãe, minha avó, havia falecido de parto. Não a conheci encarnada, mas minha mãe dizia que ela era uma grande rezadeira.

O Estado faz-se meu inimigo desde quando me entendi como mulher negra em diáspora, tendo a desobedecer aos governos e aos comandantes das instituições desse Estado. Quando você desobedece, como fizemos aqui para o Estado

não expropriar as nossas terras, você se torna um inimigo desse Estado.

Eu sou mais uma. Assim como meu pai que várias vezes teve que ir à porta de delegacias para responder quando era denunciado simplesmente por criar animais, no tempo do governo Wall Ferraz. Durante o governo municipal da época houve grande perseguição aos trabalhadores que criavam gado e outros animais na região da Zona Norte de Teresina. Meu pai foi afetado diretamente por essa política.

Diversas vezes ele foi à porta da delegacia do sétimo distrito. Como já falei, a polícia já chegou até invadir a nossa casa. Lembro que eu estava sozinha quando um grupo de homens chegou e invadiu a nossa residência. A mãe estava na vazante, os outros irmãos estavam na olaria e na escola. O papai tinha viajado para a Boca da Mata, no Maranhão, quatro léguas de Teresina, onde ele fazia roça.

Quando vi aquele monte de polícia, gritei a mamãe para me ajudar, enquanto dizia para os policiais que meu pai já havia retirado os animais. Minha mãe chegou e explicou para os policiais que já havia retirado o gado para outro lugar no Maranhão. Foi uma peleja muito grande para meu papai levar esses gados. Lembro que ele saiu aboiando na madrugada até chegar ao interior do Maranhão. Um dia e meio de viagem.

Depois dessa época, meu pai entrou num desgosto muito grande. Um estado de banzo, tristeza. Ele emagreceu. Ficou desgostoso. Disse que não ia mais criar gado, que não ia mais fazer nada. A criação dos animais era que sustentava a nossa família, assim como a roça, a vazante e a olaria.

Lembro que nessa época, a gente entrou num estado de escassez muito grande. Da gente passar até fome. Mas o papai se ergueu e foi para o Maranhão fazer roça.

A caminhada até a Boca da Mata era difícil, saímos de madrugada, papai sempre levava um dos irmãos, quando não

era eu, era a Idalina, Davi, Arnaldo, o Antônio ou o Chico. Acredito que só não foi a minha irmã Vera.

Atravessando o rio Parnaíba, até a linha do trem, papai me colocava na garupa da bicicleta e ia empurrando. Eram quatro léguas de Timon até a Boca da Mata. O motivo pelo qual ele empurrava a bicicleta era porque não dava para pedalar na linha do trem. Eu achava aquilo uma festa. Quando eu chegava lá, não parava os queixos. Tinha muita fruta, goiaba, melão, melancia, macaxeira, arroz, feijão. Meu pai plantava de tudo.

Quando papai se casou com a mamãe, ela trouxe dois irmãos dela mais velhos para morar com a gente. Eles tinham um respeito muito grande pelo papai, o tio Ribamar e o tio Arolino, que é meu padrinho.

Papai nunca perdeu a amizade com aquela família de militares. Certa vez, eles procuraram o papai para dizer que estavam precisando de dois servidores na Universidade Federal do Piauí, na Zona Leste. O papai indicou o tio Ribamar e o tio Arolino para serem servidores federais, um na universidade e o outro no INSS. Tinha que fazer uma prova para afirmar que sabia ler e escrever. Então meus tios passaram nesse teste. E começaram a trabalhar. Eles nunca perderam o laço de amizade com o papai, que ajudou muito os irmãos da mamãe, até na conquista de uma casa para eles. Chegou a dar uma casa que a gente tinha no Buenos Aires para o meu tio Arolino. Papai sempre foi uma pessoa muito desapegada.

Meu tio conhecia um mestre de obra, que hoje é padrinho da minha irmã Francisca, e esse mestre de obra conhecia um doutor engenheiro, o doutor Antônio, dono de uma escola privada, onde surgiu uma vaga de vigia nessa escola. Papai estava no interior, na Boca da Mata trabalhando. Não lembro como foi, mas eu sei que mandaram buscar o papai na Boca da Mata para ir trabalhar formalmente como vigilante naquela escola.

Ali foi outro golpe de infelicidade do meu pai. Ele dizia: “Quem seus quartos aluga não se senta a hora que quer”. Ele foi retirado da vacaria, da terra, da roça, para trabalhar “alugado”, como ele mesmo dizia.

A velha bicicleta sempre foi a companhia do papai em suas andanças. Quando ela quebrava, ele ia a pé, empurrando. Todo final de tarde, mamãe já ficava ali, na beira do fogareiro, para fazer a marmita do papai. Ele saía quatro horas da tarde, para chegar à escola às seis, e fazer o plantão noturno. Por ele ser uma pessoa de muita confiança, conseguia indicar pessoas conhecidas, pessoas da nossa família. Inclusive eu cheguei a trabalhar na mesma escola indicada por meu pai. E assim como outros irmãos, minha irmã Vera, que até hoje trabalha lá.

Contudo, o papai se mostrou muito insatisfeito com aquele serviço. Eu tinha uma preocupação muito grande, porque ele dizia que não dormia. E realmente ele não dormia. Mesmo trabalhando na escola, ele ainda insistia em trabalhar na vazante e também na olaria. Aquela escola foi um lugar de muita exploração, um subemprego para o meu pai.

Quando eu falo que eu conheço a nossa história, é porque eu vivi a história. Eu comecei a trabalhar em casa de família muito jovem. Trabalhei nas casas da alta burguesia de Teresina, ainda uma menina. Quando fui trabalhar naquela escola privada, me deparei com todo tipo de gente, da alta corte aristocrata de Teresina. Lá eu sofri vários preconceitos, porque queriam que eu alisasse meu cabelo, queriam que eu passasse batom e andasse arrumada. Como? Se o salário que eu ganhava lá mal dava para manter o meu filho e a mim. Eu vivia para trabalhar. Ganhava um salário-mínimo e risório. Nunca recebi horário extra. Aquele era um lugar de muita exploração.

Meu pai morreu trabalhando naquela escola. Eu acredito que também foi desgosto, depressão, banzo de tudo que o governo e o Estado fez acontecer com o meu pai e sua família

ao longo da sua história de vida. Meu pai nunca trabalhou para ninguém, a primeira vez que ele conseguiu trabalhar empregado foi naquela escola.

O Estado expropriou o meu pai do que ele mais gostava de fazer, que era trabalhar na roça, mexer com a terra, tirar o seu e o nosso sustento. Um trabalhador que tinha toda sua autonomia em mãos e foi saqueado pelas perseguições do governo Wall Ferraz, Alberto Silva, Miriam Portela e outros que comandavam o Estado naquela época.

O olhar avarento sobre o que é nosso e o desejo de dominação sobre nossos corpos foram tirando aos poucos a vida do meu pai. Meu pai não morreu de uma hora para a outra. Meu pai foi morrendo aos poucos, e a causa foi a perseguição estatal do governo.

Por essas razões que hoje eu dou minha vida pelo território. Eu lembro daquela manhã, não lembro o dia da semana, fui receber o plantão do meu pai. Nesse dia eu cheguei mais tarde, e a minha irmã Vera foi quem chegou primeiro e encontrou meu pai caído no chão daquela escola. Eu não tive mais coragem de trabalhar ali.

Dei graças a todos os meus guias quando me dispensaram porque eu não servia mais para trabalhar naquela escola. Saí de lá quase que soltando foguetes de alegria, porque de fato aquele espaço também me adoecia.

Tenho muito orgulho da família que eu tenho. Meu pai e minha mãe são os meus heróis. Nos passaram valores que não tem dinheiro no mundo que pague. Por isso, que, no dia da passagem do meu pai, eu jurei no caixão dele que ninguém botava mais um dedo sobre o que era nosso. Ninguém toma mais um grão do que é nosso.

Nós não temos nada a perder. A gente agora só tem a ganhar. Repito, aqui nunca foi por dentro do Estado, muito menos nesta cidade. Não abaixo a minha cabeça para ninguém

que me ataque de alguma forma, porque eu sei de onde vim, conheço a história dos meus. Não vivo de fantasias. Sempre tenho para onde voltar. E este lugar é nossa família, nosso mcambo, nossa aldeia.

O cativoiro institucional existe. A marginalização dos nossos saberes também. Apagamento epistemológico dos povos não brancos. Não há nada mais radical e revolucionário do que bater um tambor.

Graças à herança tecnológica que recebemos dos nossos antepassados, passamos por todas essas proações, mas respondemos no som dos atabaques em nossos terreiros, quilombo de afeto. Quando se adentra um terreiro, pela primeira vez, é necessário prestar atenção no ponto que o guia puxa. Ali talvez esteja a resposta para os seus questionamentos.

É necessário olhar para o chão para não pisar nos caminhos de pólvora. Como sabiamente dizia meu papai: “Do chão ninguém passa”. Aqui nós ganhamos. Nos refazemos das cinzas. A política municipal tentou exterminar a cultura dos boiadeiros nesta região. Nós ribeirinhos potencializamos a cultura dos brincantes de bumba meu boi. Tentaram matar a cultura dos oleiros, nós potencializamos a cerâmica e associações ceramistas. O barro. A terra. De onde tudo brota. O ofício com a cerâmica vem de muito longe, de África, e é um dos mais antigos da humanidade.

Teresina foi construída por negros e indígenas, pela mão, braços e pés dos nossos ancestrais. Meus pais foram um dos fundadores da nossa comunidade no São Joaquim. Em cada traço dessa cidade está a nossa digital. Todos os nossos instrumentos têm ciência. Muitos escrevem sobre nós, mas não sabem o significado e o sentido de cada oferenda, de cada instrumento, de cada guia que nós usamos, nem do cordãozinho que se enrola na cintura. Isto foi meu pai quem me ensinou.

As nossas culturas estão sempre ligadas à terra, à natureza. Por isso, não se pode tocar na guia de um médium. Nem tampouco em sua coroa sem permissão. Já tive muitos problemas nisso com o povo cristão, principalmente com os evangélicos, que, em sua maioria, não respeitam nossa cultura e fé.

Nossa espiritualidade é sincrética, isto é, envolve elementos de outras religiões. Acreditamos em Cristo, até porque Cristo é africano dotado de muita magia africana. O nosso Cristo foi altamente desobediente, desordeiro, um revolucionário. A cosmovisão africana nos ensina que para fazer um feitiço precisamos do axé de vários elementos.

A sabedoria ancestral africana está para além das ideologias coloniais. Quando os Eurocêntricos invadiram o Brasil, uma das primeiras estratégias foram as missões de catequese, para assim nos dominar, denominar e domesticar.

Quando eu falo que o nosso conhecimento vem da terra, é porque eu enxergava isso muito forte no meu pai. Ele era um homem visionário. Foi ele também que me pediu para ter calma com os protestantes que vivem dentro da nossa comunidade. Olha só que homem sabido. Ele se dava com todas as pessoas e dizia: “Minha filha, se você quiser dominar o inimigo maior, você tem que partir do pequeno. É do pequeno que se faz o grande. Essas pessoas estão dentro da comunidade, mesmo elas pensando diferente de você, você tem que ter paciência. Não para dominar a mente delas ou querer impor, mas para mostrar, e o melhor exemplo é a prática”.

Foi essa sabedoria ancestral passada pelo meu pai que aplicamos no momento de maior conflito provocado pelo PLN em nossa comunidade. Precisávamos manter a comunidade unida. Bater de frente naquele momento era entregar o nosso território para os inimigos. Recorri à minha memória e tudo o que aprendi com meu genitor para assim criar a estratégia de defesa do território.

Tudo que aprendi na vida foi decisivo e fundamental na luta por nosso território. Parece-me que meu pai já enxergava esse futuro próximo, e nossa batalha contra o Programa Lagoas do Norte. Lutar pelo direito ao território é uma constante em nossas vidas.

Estar enraizada, entroncada em minha ancestralidade, me faz perceber muita coisa. Qual a diferença da Carta de Pero Vaz de Caminha para as ações atuais do neocolonialismo? Uma das justificativas para a tomada do nosso território pelo capital foi justamente a invalidação racista sobre as nossas culturas. Na época da disputa contra o PLN, eu ouvia pelo rádio que nós éramos pessoas marginais, que precisaríamos desocupar a beira do rio.

Minha amiga Sarah me fala uma coisa que eu sempre recorro nos momentos de incompreensão: que nós mulheres negras temos que lamber as nossas feridas sozinhas, o que também me lembra algo que muitas vezes ouvi do meu pai que dizia: “Você precisa ser forte porque vão querer te colocar à prova, a sua fala, o que você sabe e diz”.

As palavras do meu pai sussurraram nos meus ouvidos como um grande mantra. Muitas vezes, ouvi as pessoas dizerem que eu estava ficando louca. E, por ironia do destino, esses dias conversando com mãe Nenzinha, ela repetiu a mesma coisa. “Minha filha, nós vencemos, mas eu lembro que as pessoas disseram que você era uma louca”. Eu não sei se meu pai já previa aquilo. Acredito que em seu sentido de pai, era seu coração lhe dando avisos, pois ele nos preparou para fazer o enfrentamento. Toda história tem sempre um fio condutor. Um dos fios do capitalismo escravocrata é negar o que nós falamos.

Aqui na comunidade Boa Esperança a contranarrativa foi forte, porque ela veio da intuição, da encanteria do conhecimento ancestral, mas, acima de tudo, da sensibilidade do coração. Um coração ancestral que preservou todos os nossos valores.

Meu pai sempre me alertava: “Minha filha, tudo parte da prática, não adianta ter teoria se não tiver prática. É oralidade e prática”. E assim também aprendi nos terreiros. Eu sou daquelas que costuma adentrar situações para que eu possa vivenciar. É como minha mãe de santo dizia: “Você precisa experimentar, viver para que você possa orientar as pessoas que chegam até você”.

Isso me levou a participar de uma disputa política em Teresina por dentro de um partido de esquerda, em 2024. Tenho muitos anos de militância, mas nunca tinha feito uma empreitada dessas. Precisei me adentrar para entender melhor esse ambiente. A visão comunitária é circular, holística, a visão partidária é quadrada como a academia. Eles até se apropriam de algumas pautas, repetem algumas palavras nossas, como “ancestralidade”, porém, não passa de discurso vazio. Por quê? Para entender os nossos saberes é necessário vivência. É do compartilhamento comunitário que nossos saberes nascem e frutificam.

Sinto na pele a força do racismo. Por mais difícil que seja falar dessas mazelas, a nossa história não é uma história encerrada. Porém, perdi a esperança de ser acolhida por algumas instituições, principalmente partidárias e movimentos de esquerda. Sigo aprendendo, porque sempre tenho para onde voltar.

A vida é feita de escolhas. Numa encruzilhada fazemos escolhas que nos levarão para diversos caminhos. Colocar-me como candidata à vice-prefeita de Teresina fez-me enxergar o cenário político de outra forma. Embora nós não sejamos acolhidas substancialmente dentro desses partidos, nós encontramos outras pessoas que comungam de nossas ideias.

Procurei na internet formação para mulheres negras na política. Encontrei as mulheres do coletivo “Eu Voto em Negra”, que me deram muito apoio. Aquela experiência com

aquelas mulheres, e ainda no estado de onde meu pai veio, serviu para encontrarmos apoio e solidariedade ancestral entre matriarcas que sonham com um mundo melhor. Afinal de contas, não se pode falar em transformação histórica e social sem considerar profundamente a luta das mulheres negras ao longo da história.

Aquele processo eleitoral fez-me questionar várias situações. A ideologia esquerdista, embora seja uma ideologia que fale de socialismo e igualdade, ainda não está preparada para acolher a diversidade de mulheridades que fazem parte da sociedade brasileira, principalmente as mulheres racializadas. Nós somos diversas. Os tais marxistas precisam entender, como meu pai dizia, que “cada cabeça é uma sentença”. Sendo assim, cada pessoa tem uma forma de fazer uma leitura crítica do mundo, a partir da sua realidade.

A humildade para nós, mulheres de terreiro, não é subserviência, é momento de escuta, colocar-se no lugar da outra pessoa. Afinal de contas, dentro dos nossos terreiros, é que chegam as pessoas que mais precisam. Não há tecnologia que substitua o amor, o carinho, o afeto e a oitiva. Colocar-se no lugar do outro é um ato de humildade.

Ser empático nos faz crescer como seres humanos, nos envolve na cosmovisão das forças da natureza universal, e nos faz enxergar para além do que está posto. Lembro que quando terminei o meu cruze de Exu, dentro da obrigação, eu tinha que esmolar. Eu nunca tinha pedido esmola. Para mim foi uma das maiores experiências que eu já tive enquanto ser humano. Quando eu terminei de fazer a obrigação, lembro que eu chorei, fiquei rente com o chão, me sentindo uma pessoa plena.

É assim que a espiritualidade nos trata, com leveza, com amor. Como sabiamente dizia meu pai, quem tudo quer, nada tem. Por isso, a gente precisa ser paciente, focar, respirar, enxergar o outro na gente. Acelerar os processos só cria

conflitos mentais, afinal de contas, há tempo para tudo. Para plantar, para colher, para nascer, para morrer, para existir.

A herança da escravidão é um assunto sensível e muito caro para defender. Os nossos terreiros são pontos de força. As nossas narrativas são sobre o fortalecimento da nossa cultura. Da nossa culinária, das nossas danças, das nossas práticas e ofícios ancestrais. Isso nos dá força para que nós possamos intervir politicamente.

É necessário trazer para o centro do debate a forma como historicamente a escravidão foi e é tratada no estado e na cidade Teresina. Essa falsa narrativa de que aqui ela foi branda, em nossa pele não faz o menor sentido. Basta ver como eles chegam nas nossas comunidades da periferia. Para bom entendedor, meia palavra basta. Porém, a partir da ação deles, a gente faz a contranarrativa.

A tomada do território de um povo causa miséria social, que leva as pessoas à fome, à drogadição, ao crime e ao encarceramento. Precisamos discutir isso, por mais que doa na nossa alma, essas questões, porque nós dançamos, tocamos tambor, mas precisamos bater diretamente na ausência de políticas que valorizam a intelectualidade do nosso povo.

A cortina de fumaça de 20 anos de governo de esquerda no Piauí tem levado a população negra para o esgoto social que são as cadeias. Quando eu faço essa narrativa que nossos terreiros são importantes, é porque dentro dos nossos terreiros é aonde chegam diariamente todas essas questões. E nós, como Mãe de Santos, precisamos discutir não só o encarceramento, mas também os direitos reprodutivos da mulher, direito ao aborto seguro e gratuito que são outros temas caros para a população negra.

Quando eu me coloquei como candidata a co-prefeita, houve vários questionamentos, inclusive porque eu estava do lado de um homem, também da periferia. Colocaram empe-

cilhos por todos os lados, sem entender que na minha coroa quem manda é minha mãe e a Yansã. Eu estou dentro da comunidade, dentro de um terreiro, onde todas as situações são difíceis. Inclusive nós debatemos o aborto sim, o que não quer dizer que nós sejamos a favor do aborto. Ninguém em sã consciência seria a favor do aborto, mas a gente precisa sim discutir porque afinal de contas as mulheres abortam, precisamos enxergar quem tem morrido nesse estado por abortos clandestinos, e são as mulheres negras empobrecidas.

O colonialismo é um grande mal na vida do nosso povo. Assim como o cristianismo patriarcal que quer mandar no corpo das mulheres. Mãe dizia que sofreu muito na mão da madrastra. Essa senhora com quem o meu avô casou-se era muito católica, de dentro da igreja e acusou a minha mãe de não ser mais virgem, levando-a a um desgosto muito grande.

Deixando sua cidade, veio para Teresina. A princípio morou com sua irmã mais velha, só que isso foi outro grande sofrimento para ela. O marido da irmã também não era flor que se cheirasse. Vovó Raimunda foi quem acolheu a minha mãe, e também foi sua parteira. Minha mãe nos ensinou a chamá-la de vó, e nós tínhamos uma consideração muito grande por ela, que nos acolhia como suas netas e netos legítimos.

Juntos, meus pais fizeram uma casinha na região, antigo Caça e Pesca, e ali constituíram família. Acredito que era um amor muito grande porque os dois não se separavam. Meu pai sempre foi um homem muito cuidadoso com as mulheres da comunidade. Às vezes, a mamãe brigava com ele que sempre dizia: “Te aquieta, Davina!”.

O único homem que eu vi que nunca agrediu uma mulher foi meu pai. Em todas as relações que eu já tive na minha vida e em vidas próximas a mim, o único homem que nunca me agrediu, nunca agrediu minhas irmãs, nem minha mãe, foi meu pai. Nem mesmo com palavras. Meu pai nos respeitava e respeitava todas as mulheres em seu caminho.

Me pergunto para que serve o Estado e suas instituições. Para nós, nunca serviram. Em nossa comunidade sempre vivemos apartados das instituições, isso não sou quem diz, mas a história de Teresina.

A partir do meu núcleo familiar, minha raiz, das minhas relações, das minhas observações na comunidade, eu enxergo a grande diferença de como nós, população negra e indígena, somos vistas e tratadas nos lugares ao longo da história e por seus governantes.

Se chegássemos hoje em uma sociedade socialista, o Estado continuaria nos tratando da mesma forma. Socialismo não resolveria nossos problemas e “patologias sociais”. As mentalidades inquisitórias judaico-cristãs maltrataram muito o psicológico da minha mãe. Se chegássemos hoje em uma sociedade marxista, nossas questões continuariam as mesmas. Digo isso a partir das observações e vivências que tenho tido com pessoas adeptas dessas ideologias.

Tais pensamentos não suprem mais as nossas necessidades de relacionamento. Em nossas comunidades, praticamos o comunitarismo, o matriarcalismo, e o respeito com as pessoas mais velhas. Nosso pensamento é múltiplo, holístico, diferente do pensamento quadrangular ocidental.

As ideologias eurocêntricas sempre invalidam as nossas ciências. Porém, a nossa potência criadora é muito viva e vivida em nossas comunidades. Dentro dos terreiros uma das tecnologias, que é cura para as doenças psicológicas da nossa juventude, é o respeito e a escuta, principalmente das pessoas mais velhas.

Não existe teoria sem prática. Quando nós falamos que o Estado não nos serve, é porque na prática temos enfrentado a Prefeitura Municipal ao longo da história. Todas as vezes que ela adentrou a nossa comunidade foi para tentar tomar o que a gente tem.

Foi assim quando o Programa Lagoas do Norte (PLN) invadiu nossas casas, a casa da minha mãe. Também foi assim quando eu, ainda criança, tive que enfrentar os policiais porque eles queriam saber se o papai ainda criava gado. Como era que o meu pai não tinha emprego e sendo vaqueiro, como iria viver se ele não criasse os gados dele? Nós enfrentamos a polícia, braço armado fiel do Estado. A coerção da Prefeitura levou as criações do meu pai e ainda queriam tomar nossa casa.

Doa a quem doer. Precisamos falar. Quando digo que ideologia marxista não contempla as nossas questões é porque a gente vive na pele, nós vivemos e nos relacionamos com pessoas com essas ideologias.

Partidários de direita tentam ludibriar e separar a comunidade, e com a esquerda marxista são os mesmos problemas. Também tive problemas com o feminismo, não vou mentir. O feminismo não respeita as mães de santo, não respeita o matriarcado africano e indígena.

Nossas sacerdotisas têm sim um grande trabalho e missão política. Principalmente porque nós não trabalhamos apenas o espiritual. Nós trabalhamos também com o social. Somos conscientes de que questões socioambientais são atravessadas pelo racismo histórico. Então não há como desligar uma coisa da outra. Uma mãe de santo é um núcleo matriarcal dentro de uma comunidade. Muitos não acreditam, porque a ideologia eurocêntrica não leva em consideração os nossos valores, o que nós sabemos. Porém, uma mãe de santo ao tratar, cuidar de um filho, de um médium, ela faz toda uma leitura da personalidade, porque ela vai trabalhar com a ancestralidade e ela consegue enxergar o que psicólogo não enxerga, o que professor não enxerga.

Sei do que vivo, e dia após dia, a juventude que está indo para as universidades chega destruída dentro dos nossos terreiros, pedindo socorro. A pedagogia colonialista, a lógica qua-

drada desses espaços enlouquece e aprisiona a mente e o espírito da nossa juventude.

Certa vez, um cara chegou para mim e falou que eu tinha assinado um contrato com o Estado. E eu falei para ele: “eu não lembro ter assinado nenhum contrato com Estado nenhum”. E ele me respondeu: “você vive no Estado, você faz parte do Estado, então só por você estar inserida no Estado, você já assinou esse contrato”. E eu me virei para ele e disse o seguinte: “quer dizer que o estado só funciona quando é pra nos punir, quando é pra tirar o que é nosso? Quando é para cumprir a sua função social, o Estado desrespeita os nossos territórios, nossas ciências e querem tomar o que é nosso? Eu não assinei esse contrato. Na minha cabeça, quem ainda manda sou eu. E se eu assinei esse contrato, como você está dizendo, eu desassino agora”.

O mal do esperto é pensar que todo mundo é besta. Aquele cara que me acusou de ter assinado um contrato social com o Estado, me questionava sobre várias coisas. Com muita dificuldade, nós conseguimos marcar uma reunião com a Prefeitura de Teresina e foi nesse dia que ele me falou desse dito contrato.

Nós já sabíamos que a Prefeitura tinha tomado uma decisão sobre nossa permanência na comunidade e não havia nos comunicado. Encontramos tudo no site da Prefeitura, durante esse diálogo. A gente olhava as informações disponíveis no *site* e eles mentiam na nossa cara. Foi quando o Raimundo Filho, meu sobrinho, que é pesquisador orgânico e fruto desta comunidade, se virou e disse: “Uma das piores coisas que vocês fizeram foi ter construído aquela escola lá na comunidade. Porque nela estudei e aprendi a ler, escrever e interpretar”. Certo que a escola foi a Prefeitura que construiu, mas a luta e demanda foi nossa que nos juntamos para que ela existisse.

Nesse mesmo dia o seu Bonfim, diretor do PLN, olhou para minha cara e disse que eu precisava ter parcimônia. Eu

olhei profundamente nos olhos dele e falei: “Parcimônia? Como é que vocês invadem a casa da minha mãe, selam as casas querendo tomar o que é nosso? Você que nunca carregou um tijolo para construir Teresina. Me respeite seu cabra! Quem deve ter parcimônia é você, nós já tivemos até demais”.

O Estado teresinense nasce para garantir a privatização da terra, sempre a favor de seus homens grados, favoritos. Historicamente quem vive sendo expropriado somos nós, povos tradicionais. Temos tantas histórias de migrações forçadas e outras desterritorializações. Então nunca terei intenção de assinar nenhum contrato com o Estado.

Faz 500 anos invadiram a África, sequestraram nosso povo e, durante quase 400 anos, mantiveram os nossos ancestrais escravizados. Hoje os colonialistas entram em nossas comunidades, querem tomar o nosso território, destruir as nossas redes de sobrevivência, de afeto e de solidariedade.

Tudo isso para nos manter cativos e na subserviência. A destruição que o PLN causou na nossa vida é muito grande. Talvez não tenhamos ideia da real dimensão agora, mas daqui a 20 anos nós vamos conseguir ter noção do prejuízo.

Isso quem aponta é o próprio processo histórico, as transformações biológicas, geográficas e ambientais que nossa região já vem passando. Em conversa com uma amiga minha, que é psicóloga do CAPS, ela me disse que o número de suicídio e doenças da mente aumentou muito na nossa região após o PLN. Muitos dos nossos se jogaram no mar, na travessia do Atlântico. Hoje os nossos tiram a vida porque não aguentam viver em uma sociedade adoecida e convulsionada. A quem serve esse Estado, que só chega nas nossas comunidades para nos violentar e tirar os nossos meios de vida?

Há uma cortina de fumaça patrocinada pelos coronéis e acobertada pela grande mídia que não nos permite enxergar nem a um palmo à frente. Depois que a PMT adentrou as nos-

sas comunidades, aumentaram a violência, a fome, o desemprego e a desesperança. Nossa comunidade se tornou quase uma terra arrasada, com danos ainda maiores se não fosse pela nossa luta. Eu tenho dito: “Isso não nos serve. saiam, invasores. Chega!”. Não aguentamos mais ver a nossa juventude encarcerada, decretada, jogada à própria sorte numa corrida altamente desigual por falta de política pública.

A hora é agora e não há por quem esperar. Mesmo que apaguem os nossos rastros, não apagarão as nossas existências. Memórias são armas que ativamos nos momentos de conflito. As rodas de fuxico, de educação popular, são práticas pedagógicas que transmitem as nossas práticas ancestrais. Aprendemos na oralidade, e potencializamos tudo o que nos foi entregue. Este é o propósito da Biblioteca Entre Rios e do Museu da Resistência Boa Esperança, no Memorial Casa Professora Maria Sueli Rodrigues, bairro São Joaquim, Teresina/PI.

2.8 A província dentro do quilombo

A história do território Piauiense não existiria sem o nativo e o povo preto. Teresina não existiria sem nós, sem a energia dessa egrégora, nem mesmo suas grandes construções, sua memória sobre sua própria história, nem pedra sobre pedra restaria.

Quando Saraiva fez a transferência da Capital de Oeiras para Teresina, ele trouxe povos negros e indígenas, como mão de obra, escravizados a serviço do Estado para construir essa cidade. Quando chegaram ao lugar onde cobiçavam edificar a nova cidade, encontraram numerosas comunidades de caboclos afro-indígenas.

A história oficial do Piauí diz que Domingo Jorge Velho dizimou a população indígena da nossa região. Como assim?

Então de onde vem o entroncamento das nossas culturas? De onde vêm os caboclos que bradam e cantam quando descem em nossos terreiros? Temos sempre que nos perguntar. Não devemos aceitar as coisas prontas. Cabe a nós observar e vivenciar este mundo e não acreditar em tudo que nos dizem.

Domingos Afonso Mafrense e outros bandeirantes se dedicaram muito aos ataques e massacres contra os povos originários do Piauí, mas, ao contrário do que sugere a violência de suas ações sobre este território, nos leva a pensar: eles não conseguiram nos dizimar. Nossa raiz indígena e negra é forte e permanece fincada aqui, nossos ancestrais vivem, cantam e dançam entre nós.

Saraiva levou seus grados - indivíduos de confiança da elite - para a chapada do Corisco, onde hoje é a Praça da Bandeira, no centro. Aqui deixa a população negra vinda de Oeiras, como propriedade do Estado (província do Piauí) para a construção de Teresina. O braço, a mão, os pés, toda força e barro vieram dos barreiros e lagoas da nossa região, em torno do Encontro - Confluência - dos Rios Poty-Parnaíba.

A população afro-indígena que aqui se reunia sabia e intuitivamente foi ganhando autonomia e conhecimento sobre este território, para que pudessem resistir às intempéries do colonizador. Nossas mulheres tiveram (e têm) participação fundamental na sobrevivência e subsistência familiar e comunitária.

Essa autonomia causava insatisfação ao Estado, governantes e suas elites, que, como forma de peitar o crescimento dessas comunidades, se valeram de muitas estratégias como a chamada Lei de Terras, que renega o direito à terra para nossa população já empobrecida e mais uma vez golpeada.

Na década de 1970, em uma ação criminoso, relatada no trabalho do professor Alcides Nascimento Ibiapina "Cidade sob o Fogo", atearam fogo nas casas de palha da população pre-

ta que vivia em casas de barro (antiga praça da Agespisa). Mais uma limpeza (étnico-racial) em Teresina, para tentar sucumbir a nossa existência novamente.

O sentimento de pertencimento nos foi enraizado pelos nossos anciãos e anciãs, nossa geração avó, guardiãs da oralidade, griotas das nossas comunidades e vilas. Quando partimos em busca dessas informações, rebuscamos também a uma velha tecnologia ancestral: a memória. Essa tecnologia é ativada, principalmente, quando a gente está em situação de conflito no nosso território, quando nossa memória relampeja, nos dá indícios e acesso a antigos conhecimentos compartilhados entre as gerações.

Muito do que aprendemos com nossos mais velhos, tudo que temos defendido e investigado sobre nosso território se confirma e se materializa através do trabalho de pesquisadores e acadêmicos que chegam em nossa comunidade.

A academia tornou obrigatório o que eles chamam de rigor científico para comprovar se algo é verdade ou se de fato existe. Nesta lógica (que é a mesma lógica de dominação colonial) é necessário que alguém de fora confirme para nós, uma coisa nossa sobre nós, que ainda deve passar por uma institucionalização e uma avaliação desses trabalhos.

Retomamos essa luta ancestral, sobretudo, a partir do ano 2000, quando pela primeira vez ouvimos falar no investimento de um capital internacional, junto ao governo municipal, estadual e federal. Era o programa Lagoas do Norte (PLN).

Entre a esquerda e a direita, nós somos ancestralistas. Somos povos matriarcais da ancestralidade. Aprendemos a viver na ciranda, no ciclo e no fluxo onde todo mundo se encontra, todas as nossas culturas são circulares.

Tanto a esquerda quanto a direita, nos tratam como indigentes, não humanos, como se nós fôssemos mansos ou incapazes de compreender as coisas e o mundo. A Prefeitura,

gestão após gestão, chega com seu conhecimento sintético, pronto, maniado e ultraprocessado e para nós isso não serve.

Somos multiétnicos, ribeirinhos, quilombolas, mateiros e brejeiros, somos contracoloniais. Não existe teoria sem prática. Se acadêmicos vêm nos pesquisar, é porque o conhecimento deles já não é mais suficiente. Na comunidade, falamos do que vivemos, de valores básicos. Na circularidade todas as vidas são importantes, porque nós somos a própria natureza. Só existimos porque ela existe. Sem folha não há Orixá.

Para aprender com a natureza, nos refazemos nas nascentes das águas, observando a gira que corre em nosso meio. Não acreditamos na ordem e progresso do desenvolvimento, nem no produtivismo cartesiano, onde tudo vira produto e consumo.

As mudanças climáticas causadas pelo neocolonialismo das grandes empresas e Estados atingem a todos, porque vivemos todos no mesmo planeta, no mesmo torrão. Obviamente esse impacto nos afeta de forma desigual. Historicamente resistimos nas matas, porque a nossa relação com Mãe Gaia é resiliente, parte da paciência e observação.

Ao costurar tamanha resiliência, tantas ciências e conhecimentos, garantimos a resistência de nossas culturas e sementes. Porque assim foi que aprendemos com os nossos ancestrais. Sobrevivemos ao massacre da invasão africana, sobrevivemos aos navios negreiros, ao trabalho escravo, à insalubridade e a toda forma de tirania. Nossa resistência global mostra para o mundo a força ancestral que nos sustenta e nos dá capacidade de renascimento das cinzas, das sarjetas, onde as nossas vitimadas pelas mazelas coloniais renascem mais fortes em nossas memórias, corpo e alma.

E por mais que a história oficial, cartesiana, eurocêntrica, negue e difame a contribuição política, histórica, do povo preto e indígena, temos muitos exemplos exitosos como o Qui-

lombo dos Palmares, uma comunidade multiétnica, autossuficiente e soberana, que atraía cada dia mais pessoas e a fúria dos contrários.

Nós sabemos muito bem que sem a força intelectual e trabalho braçal do povo preto não existiriam as cidades, suas construções modernas ou antigas, não existiria nada, se realmente tivessem dizimado os indígenas e seus conhecimentos, sua cultura alimentar e medicina, não haveria base de sustentação do capitalismo porque são os trabalhadores a pilastra que sustenta essa sociedade adoecida que explora e condena os nossos corpos.

Somente quem aprendeu entende a dor de perder uma árvore vê-la tombar com sua raiz exposta; a tristeza dos pescadores com sua rede vazia e canoa virada; do silêncio de não ouvir mais o canto das garças e a revolta de ver cágados estourados na avenida, ao fazer a travessia de uma lagoa para a outra no período de desova.

A Prefeitura de Teresina incentiva a contaminação dos rios Poty e Parnaíba e suas lagoas com o despejo de esgotos, com a construção de píer e clubes náuticos privativos para *jet ski* que derramam óleo, espantam os peixes, provocam assoreamento e poluição sonora, perturbam a ordem e paz nas comunidades ribeirinhas, e tantos outros problemas ambientais causados pela especulação financeira. Tudo isso são práticas coloniais destrutivas que pertencem ao mundo dos brancos.

Toda negação ou tentativa de destruir, paralisar, esvaizar e fantasiar as nossas práticas, culturas e tudo que os nossos antepassados construíram nessa cidade, faz parte de um fenômeno antigo que hoje recebe o nome de racismo ambiental.

Esta tipificação de racismo é (e sempre foi) escancarada no Piauí, mas isso é para quem vive e sente, para quem aprendeu e se propõe a aprender pela pedagogia milenar dos povos originários.

Todo este dano e desequilíbrio ambiental é provocado pela política adotada desde a invasão desta cidade, tudo em nome do “desenvolvimento” e “urbanização”. Demoramos para nomear estas violências como racismo ambiental, mas já lutamos contra isso desde o sequestro dos nativos em África.

A luta pelo direito ao território nas nossas vidas vem de muito longe, porque o nosso corpo é um corpo território e em nossa cosmovisão tudo é sagrado, por isso, sofremos junto quando se arranca uma árvore. É como se nosso corpo sangrasse, como se cutucassem todos os nossos poros.

Em 2005, a irmã Verônica, da Pastoral da Mulher, me convidou para um projeto de associação que consistia em auxiliar as mulheres em situação de rua, prostituição e marginalidade. A gente saía ali pela Rua Paissandu, também pela Praça da Bandeira, nos reuníamos no Teatro de Arena para ouvir aquelas mulheres. O objetivo era prestar um apoio por meio da pastoral da mulher e do povo de rua. Me chamava bastante a atenção o quanto aquelas mulheres, em sua maioria negras, precisavam ser ouvidas. Esta associação ainda existe só que ela também foi aparelhada pelo Estado, o que provocou conflitos. Muitas não queriam e nem querem aproximação dessa associação, e apresentam várias queixas.

Uma das estratégias do Estado, em especial a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), é te apartar da tua natureza, do seu próprio corpo e do seu território. Não colocam mais correntes no nosso corpo, mas buscam nos manter aprisionado pela mente, absorvendo o mesmo pensamento do colonizador, nos tornando cegos para os nossos valores ancestrais, incapazes de reconhecer a dor do racismo cotidiano, que tem levado ao último estado da vida terrena que é a morte.

Essa morte material e social não começa de uma hora para outra, está presente em todos os estágios da vida do povo preto. Basta nascer neste território Brasil para começar a mor-

rer. Quando nos dizem: “você é uma mulher preta” significa que você será deixada à própria sorte.

Graças a nossa ancestralidade forte, nossos pais e nossas mães foram capazes de absorver valores coerentes que fortaleceram a nossa consciência para que pudéssemos entender que tudo o que temos passado é fruto de um projeto que começou com o primeiro corpo preto sequestrado da África e para que pudéssemos ir contra toda essa injustiça e violência que esse sistema capitalista e racista pesa sobre os nossos corpos. Pretos em diáspora sabem desde cedo que se não lutarem contra o sistema os empurra para uma situação muito pior.

Graças aos valores que absorvemos fomos capazes de entender e não aceitar que entrem na nossa terra, na nossa casa, no nosso espírito e no nosso território de qualquer jeito. Não aceitamos que desrespeitem os nossos direitos. “Aqui não” – batemos o pé e continuamos batendo.

A violência colonial hoje se manifesta institucionalizada. É dita “velada” ao afirmar que algo que falamos só tem valor se estiver escrito e puder ser comprovada em seus métodos. Nós temos consciência que esse pensamento faz parte de um processo que não começou no presente.

Hoje quando olho para trás e penso em tudo que aprendi com meu pai sinto fortemente em todos os meus sentidos a felicidade. Nós éramos felizes e sabíamos que éramos felizes. Ainda que não tivéssemos posses, tínhamos afeto, carinho e atenção, que traziam acalanto para o nosso coração naqueles momentos difíceis que passamos, mas que conseguimos passar com dignidade. A esperança naqueles momentos de dificuldade era saber que ao correr para os nossos pais eles sempre nos afoavam.

Apesar de toda mazela que o sistema tem imposto ao nosso povo negando a nossa memória e história, eu me sinto curada na prática e em todos os valores que meus pais me ensinaram, por isso, não permito que apaguem a nossa história.

Não podemos falar de cura sem falar de justiça, e por essa razão recorri fortemente à minha espiritualidade e ancestralidade.

Eu não acredito em cura sem luta. “Se Esperança Garcia conseguiu, a gente consegue”, dizia Sueli. Continuamos resistindo diante de uma branquitude racista, colonizadora, coronelista que continua com as mesmas práticas, tentando se utilizar do conhecimento acadêmico-sintético para nos oprimir.

Não vivemos entre a cruz e a espada, vivemos numa encruzilhada. E em uma encruzilhada há várias saídas. As práticas coloniais cotidianas do racismo não vão nos silenciar. Muito pelo contrário, isso redobra nossas forças.

Capítulo 3

Lagoas do Norte pra quem?

Em 2015, funcionários enviados pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), gestão Firmino Filho (PSDB), entraram nas casas sem permissão, selaram as casas e selaram os terreiros para aterrorizar, desmobilizar e desapropriar. O Programa “Lagoas do Norte” (PLN), financiado pelo Banco Mundial, veio pronto e recheado de racismo ambiental, como uma bomba estourou sobre nossas cabeças e quintais.

Éramos 3 mil famílias atingidas. Uma cidade. Eles tentaram desapropriar uma cidade! Mas nós, imbuídos do sentimento de pertencimento, e de tudo que nos ensinou a ancestralidade, aqui nos aquilombamos em resistência, “batemos o pé no chão e dissemos: dessa vez não. Dessa vez nós vamos permanecer”. Daí nasceu o movimento ribeirinho “Lagoas do Norte pra quem?”, que questionava as imposições da PMT e seu programa. A associação de moradores Centro de Defesa Ferreira de Sousa (CDFS) foi e é a organização civil à frente das ações e reflexões do movimento.



Imagem 12: Esperança, Museu da Resistência Boa. Satélite de parte da comunidade Boa Esperança/PI, confluência Poty-Parnaíba.2015. Imagem digital. Acervo Pessoal.

Os processos de desterritorialização se tornaram uma constante em nossa história recente, desde que nos trouxeram sequestrados da África para esse território Brasil, no qual estamos imersos em um conflito vicioso que vai sendo repaginado ao longo do tempo.

O programa, que agora cobiçava a nossa região, era a continuação do que aconteceu na Zona Leste de Teresina, décadas atrás. Na antiga vacaria entre as lagoas, vivia Seu Plínio, onde hoje é um centro comercial, vizinho dos grandes prédios Alphaville, terras tomadas pela PMT e seus homens grados, sempre utilizando a narrativa de levar “urbanização”, progresso e desenvolvimento.

O PLN já era comentado há muitos anos na comunidade. Ainda na primeira gestão, em 2005, e na reeleição de Sílvio Mendes, em 2008, o programa urbanístico já apresentava sua postura obscura e metodologia inquisitiva. A seguinte matéria aborda, dentre outras coisas, a qualidade do serviço de transporte público coletivo que, após o PLN, foi completamente cortado da região e segue assim até os dias atuais, com milhares de habitantes desassistidos.

Bairro São Joaquim não sabe que benefícios terá com o Lagoas do Norte.

(PC, 21/03/2009, às 12:10:20)

Por Pollyanna Carvalho

A Comunidade São Joaquim sediará reunião na tarde de hoje, às 16h, com o prefeito Sívio Mendes para discutir o Projeto Lagoas do Norte. A reunião foi resultado de reivindicação das pessoas da comunidade.

De acordo com Maria Lúcia de Oliveira, Coordenadora do Centro de Defesa Ferreira de Sousa, a comunidade ainda não sabe como será incluída no projeto e a reunião tem como objetivo esclarecer essa questão. "O projeto já está sendo implantado, mas não é como eles estão noticiando. Desde que se começou a falar desse projeto, que procuramos saber do que se trata, mas ainda não fomos esclarecidos", disse.

Além desse ponto, será discutida ainda a questão das paradas de ônibus, que, segundo Maria Lúcia de Oliveira, são irregulares e não agradam os usuários de transporte coletivo. "As paradas não têm nem bancos para as pessoas sentarem. Às vezes o ônibus demora e, principalmente, os idosos sofrem por terem que ficar em pé por muito tempo", relatou.

O terceiro ponto a ser discutido na reunião será o pagamento de impostos, que de acordo com a coordenadora, estão sendo pagos de forma irregular. "Pelo imóvel que possuímos não deveríamos pagar impostos. Tem gente pagando imposto por uma casa que mais parece um abarraca", finalizou.

© 2008 Portal Acessepiui - Rua 24 de Janeiro, 331, 2º andar, sala 201 - Centro/Sul - Teresina-PI

Fale conosco: (86) 3226-2354 • 8802-9508 • 8802-9466 • 88029467 • Comercial: 8802-9511

Imagem 13: Esperança, Museu da Resistência Boa. "Bairro São Joaquim não sabe que benefícios terá com o Lagoas do Norte". 2019. Cópia Digital. Acervo Pessoal.

O Lagoas do Norte foi um megaprojeto financiado por empréstimo do Banco Mundial, banco americano criado no pós-segunda guerra para financiar projetos de "recuperação econômica" de países "subdesenvolvidos".

A Prefeitura Municipal de Teresina, junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPPLAN) e outras secretarias municipais, foi o órgão executor do Programa com aval do Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Programa se concretiza em 2004, quando a população recebe de assistentes sociais a notícia de que teriam que sair das suas casas, pois o programa previa remoções involuntárias, ao longo dos 13 bairros e vilas ribeirinhas da Zona Norte de Teresina.

A partir de 2014, muitas casas foram seladas e demolidas. Algumas famílias foram indenizadas, outras não. As remoções promovidas pela PMT são ações atualmente entendidas como racismo ambiental. Lideranças comunitárias acionaram

a Defensoria Pública do Piauí para que os órgãos intervissem. A própria Defensoria Pública atesta em documentos da época que muitas moradias e famílias poderiam ter ficado no território.

Após adentrar todas as instituições competentes para denunciar estas e outras violações, instituições (como Ministério Público Federal, Defensoria Pública) intervieram para que não houvesse mais remoções involuntárias nas fases seguintes do PLN.

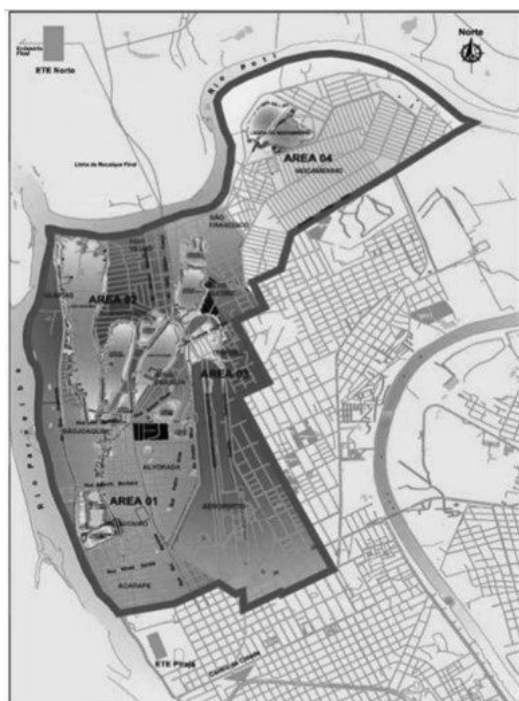


Imagem 14: Teresina, Prefeitura Municipal de. Marco de Reassentamento Involuntário, PLN. 2014. Cópia digital. Acervo Pessoal.

A luta que se iniciou com as moradoras e moradores do São Joaquim (área 01) evitou que outras famílias não fossem

desapropriadas nas fases seguintes do PLN, como na região da lagoa do Mocambinho (área 04). A luta destas comunidades ribeirinhas envolta da avenida e dique Boa Esperança garantiu a permanência de muitas pessoas no território, contrapondo-se à vontade e narrativa da Prefeitura, que as classifica como áreas de alto risco de enchentes. As enchentes fazem parte do ciclo natural das águas. A comunidade local pescadora, oleira, lavradora e vazanteira facilmente derruba essa narrativa falsa, que criminaliza os ciclos, as águas e suas populações. As chuvas são boas. As lagoas são viveiros e braços dos rios.

Os meios de comunicação tradicionais de Teresina também se dedicaram na defesa dessa narrativa política higienista, que criminaliza as pessoas e práticas culturais da comunidade Boa Esperança. Para contrapor os argumentos defendidos pela mídia e PMT, as moradoras e moradores recorrem às universidades, que também recorrem à comunidade. Surgem inúmeras pesquisadoras/as, de diversas áreas e graus de saber, para fazer sua colaboração, na elaboração de materiais, Trabalhos de Conclusão de Curso, estudos e contra estudos antropológicos e socioambientais disponíveis no museu virtual (museudaboaesperanca.org).

Nós povos ribeirinhos somos orientados por nossa espiritualidade, que está sempre ao nosso lado. Lembro-me que no auge do conflito trazido pelo Programa recorri ao meu Preto Velho que me disse: “O que tinha que ser feito, foi feito.”. Eu falei que meu corpo estava cansado. Preto Velho me assegurou: “Não se preocupe que força espiritual e energia pra você lutar não vai faltar”. Assim seguimos cada orientação dada por ele que nos fez chegar até aqui, com uma vitória improvável e inédita contra o capital internacional do Banco Mundial.

O preto velho me orientou que eu procurasse as universidades, o IPHAN, e não demorou muito tempo para que as respostas chegassem. Mesmo com nossa história e existência

negada, para eles (acadêmicos) o que vale não é o que está escrito? Pois conseguimos que vários trabalhos fossem escritos, gravados, fotografados e apresentados.

Conseguimos provar nossas falas com trabalho e mandinga e assim derrubar o capital internacional, tudo graças às orientações do Preto Velho e os guias em nossa ancestralidade. É fundamental que se saiba disso.



Imagem 15: Sousa, Centro de Defesa Ferreira de. Boletim Esperança Nº2 denuncia a ação da PMT contra comunidades ribeirinhas de Teresina. 2019. Folheto digitalizado. Acervo Pessoal.

Só posso falar daquilo que vivo. Tudo que narro aqui faz parte de coisas que vivi. Sou uma mulher da oralidade. Lembro-me muito bem de quando meu pai dizia: “Vou falar várias vezes para que você aprenda”. Ele trazia muito forte em sua vivência tudo que lhe foi passado através da oralidade. Faço dela uma grande aliada para reverberar tudo aquilo em que acredito e para fortalecer a cultura e vida do nosso povo nesse território.

rio que historicamente nega nossa cultura, corrompe a nossa alma, nossa mente e decreta sobre a nossa existência.

Hoje não temos uma corrente em nossos pés, mas tentam aprisionar a nossa cabeça e espírito. Para isso, a primeira coisa que eles atacam é a nossa cultura, mas nós somos um povo de festa que resiste na roda e na gira. Foi na roda de capoeira, na roda de terreiro, na roda de fuxico e na conversa que a gente conseguiu fazer a nossa resistência.

“No lugar de (des)envolver, nos juntemos”. Como bem nos ensina a professora e matriarca Maria Sueli Rodrigues, para nós não é sobre desenvolvimento. É sobre envolvimento. Envolvimento com a terra, com o território, envolvimento com a comunidade, com a nossa cultura e espiritualidade.

É nessa luta de resistência orientada pela espiritualidade que conseguimos e continuaremos resistindo. A nossa comunidade, que eles chamam de favela, não vai se tornar um Alphaville.

Infelizmente, não podemos nunca esperar a “empatia” ou sensibilidade de uma Prefeitura/Estado que nasce racista. O Estado brasileiro nunca vai reconhecer espontaneamente que nós, pessoas comuns, pretas, indígenas e povos empobrecidos, construímos Teresina e outras grandes cidades, porque, ao não reconhecer isso, o Estado sobrepõe a nossa cultura ribeirinha milenar com outras culturas euro-importadas.

Em Teresina, uma gestão após a outra serve fielmente aos interesses de suas elites que, naturalmente, se chocam com os interesses dos povos e culturas tradicionais e originárias da cidade. Em conflito, a memória é tecnologia a ser ativada, um velho baú onde se guarda tudo que a gente viveu.

Revisitar tudo que ajudamos a construir nessa cidade para que a gente possa se manter vivas e vivos neste território custa muito caro, porque o discurso e a ação da PMT tentam constantemente desqualificar o que a gente diz. Desconsidera

nossas autoridades, nossas vivências, conhecimentos e experiências. Nego Bispo, em seu poema “Fogo”, relata a grande labuta do nosso povo ao longo da história, e nos afirma que a morte não resolve:

*Porque mesmo que queimem a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo
Não queimarão a ancestralidade.
(trecho do Poema “Fogo”, de Nêgo Bispo)*

O aquilombamento jamais vai deixar de existir em nossas comunidades, vilas e aldeias. Assim como os nossos modos de fazer e de viver. Afirmo isso sem dúvidas porque as nossas práticas e conhecimentos ancestrais afro-indígenas estão vivos dentro dos nossos terreiros, passados de geração em geração, a cultura do nosso povo possui um ponto de força muito grande e afirmado dentro da vivência de terreiro.

É nessa cumeeira que sobretudo nossas mulheres negras e indígenas, antepassadas e contemporâneas, resistem e potencializam as práticas do dia a dia, nos entregam tudo sobre nós, tudo que o projeto colonial não conseguiu arrancar de nós.

A defesa que fazemos do nosso território nasce do ensinamento através da prática. Nenhuma prática não existe sem território preservado, de onde ela brota e se firma nas vidas e trajetórias que se entrelaçam com a natureza, com os rios, com as matas ciliares, com os animais, encantados e outros seres que habitam nossos territórios e maretórios.



Imagem 16: Pokemón, Maurício. Mãe Lúcia na antiga sede do Museu da Resistência Boa Esperança. 2015. Foto digital. Acervo Pessoal.

O tempo foi passando e fui sentindo e compreendendo como a espiritualidade fazia sentido na minha vida. Senti que, a partir do meu ponto de força, que é da minha ancestralidade incorporada na figura de um preto velho, fortalecia a mim mesma e ao que eu estava fazendo dentro da minha comunidade.

Em 2015, quando fomos surpreendidos com a selagem da casa da minha mãe pela Prefeitura, retomamos a luta para garantir o território. Seguindo as orientações do meu guia espiritual, conseguimos reverter um processo que parecia impossível, que se materializou com a retirada do capital internacional das nossas terras em 2021.

Eu me ajoelhei aos pés do meu preto velho dizendo que estava cansada e que não tinha mais como lutar contra aquele capital. Ele me respondeu: “Fia, se não for você vai ser quem?”. Aquela palavra me despertou no coração uma força, entendi que, ainda que não tivesse ninguém perto de mim, eu não estaria sozinha.

Pelos caminhos que ele me guiou, conseguimos garantir a permanência do nosso povo no nosso território, dos valores, da nossa cultura, dos nossos terreiros ameaçados de remoção, nossas árvores e tudo aquilo que conseguimos manter até hoje.



Imagem 17 e 18: Pokémon, Maurício. Residências desapropriadas pela PMT. 2015. Foto digital. Acervo Pessoal.

Eu não acredito em resgate, não se resgata o que já se tem, aquilo que já está vivo em nossas mãos. O que se pode fazer é potencializar tudo que nossa ancestralidade nos entregou e entrega.

As palavras do Pai Velho fizeram muito sentido naquele momento de desespero. Ele me disse: “Eu vou lhe ajudar, porque eu não quero que se derrame mais nenhuma gota de sangue naquele território, aquele território é de Nanã, é o princípio”.

Pai Velho me disse para ir ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Logo na porta encontrei a pessoa que ele disse que me ajudaria. Era o historiador Ricardo, na verdade, o preto velho não me disse o nome, mas deu todas as características dele.

Contei para o Ricardo a respeito de tudo que o guia me disse, a princípio ele não acreditou, mas, mesmo assim, veio até a comunidade e constatou que o que eu estava falando era verdade. Durante suas pesquisas, ele encontrou um documento que atesta a presença dos indígenas Poty na Zona Norte de Teresina. Quando eu vi aquele documento me emocionei.

Voltei ao terreiro e tentei explicar para minha mãe de santo sobre os indígenas, mas ela não entendia. Pedi que ela incorporasse o Pai Velho para conversar novamente com ele. Antes de ver o documento, eu não sabia de que sangue derramado ele estava falando, naquele momento tudo se esclareceu. “Agora você sabe do que estou falando, minha filha”. Pensei que, se existia uma aldeia indígena, deveria haver alguma peça produzida por eles que estivesse enterrada.

Pedi ao Pai Velho que me ajudasse a encontrar a peça, mas ele disse que o caminho seria outro. Me disse que surgiriam outras pessoas para ajudar, que elas passariam pela minha vida, mas deixariam muita coisa. De fato, apareceram muitas pessoas que foram fundamentais para a nossa luta, para a nossa história.

Mesmo na dor, nossa maior potência é estarmos vivos. É por isso que toda a potência do nosso legado ancestral continua vivo em nossas memórias, nas nossas vivências, nosso enraizamento. É muito fácil falar, é muito fácil escrever, mas falar e fazer são uma tarefa árdua.

Me veio uma lembrança de quando estávamos fazendo a defesa forte do nosso território, uma mulher do Banco Mundial me perguntou se o que eu estava falando estava escrito em algum lugar, então eu mostrei a ela as marcas do nosso corpo, do meu corpo. Das quedas que caí enquanto carregava tijolo, não só eu, mas todo o meu povo caía e se queimava carregando tijolo. Falei sobre muitas mulheres adoeceram do útero porque tiravam os tijolos quentes, muitas já morreram e não tiveram nenhuma assistência. Desenvolvemos problemas na coluna, mas, principalmente, as doenças da alma.

Quando o Estado adentra as nossas comunidades, a primeira coisa que se faz é negar toda a contribuição que o nosso povo deu. Por isso eu digo: nós fizemos e carregamos os tijolos da construção de Teresina e só nós podemos falar da nossa história.

Só nós que passamos as agruras do trabalho na olaria podemos falar dessa dor. Muitos vem pesquisar e escrever, mas falar com propriedade só quem pode somos nós, porque nós passamos por tudo aquilo em um ambiente insalubre.

Eu tenho uma sensação muito forte que o academicismo afasta as pessoas da sua realidade, por mais que as pessoas digam “eu também sou preta”, ou “moro na periferia eu também escrevo sobre isso”, no entanto, uma coisa é escrever, outra é viver e correr para buscar possíveis soluções para os conflitos da comunidade.

O que nós fazemos tentando potencializar a história dos nossos, falando sobre a contribuição que demos para a construção dessa cidade, não é para ganharmos títulos, ser reco-

nhecidos ou ter visibilidade. O que fazemos é para garantir que esse futuro, dito ancestral, tem um presente, e também tem um passado. É necessário garantir caminhos para potencializar a história e ensinamentos dos nossos e das nossas.

Muito se fala em antirracismo, mas sobre isso qualquer pessoa pode falar. O melhor argumento é a prática. Em muitas das nossas convivências inter-raciais, percebemos que há um abismo entre verbalizar que entende nossa dor, e de fato compreender todas as dimensões do que é viver e presenciar diariamente o racismo.

Não falamos da ciência acadêmica, falamos da ciência dos nossos povos. Nossos saberes orgânicos não cabem no quadrado acadêmico do saber sintético, nas palavras germinantes de Nêgo Bispo.

A ciência acadêmica não considera as ciências que recebemos e aprendemos em nossos quilombos, principalmente nos terreiros. O academicismo não considera elementos do nosso legado ancestral como a intuição, as visões, os sonhos, avisos e sinais que recebemos da ancestralidade.

As ciências afro-indígenas são muito distantes daquela do academicismo branco-europeu. Podemos até conhecer, mas não necessitamos reverenciar o conhecimento europeu. Muito menos nos devocionar aos livros à esquerda e à direita que ao final são maquinistas do mesmo trem colonizador.

Nós que bebemos e vivemos da fonte dos ancestrais, conseguimos sabiamente potencializar a ciência que nos foi entregue e os colonialistas tentam de qualquer forma nos tirar. Tudo que chegou até nós resistiu ao tempo, à violência e à perseguição inquisitiva. E chegou através de muita prática, compartilhamento oral e muito sentimento, porque para nós a sensibilidade também é uma tecnologia muito forte. As nossas africanidades estão dentro de nós. Por isso, a gente continua revisitando nosso interior através da nossa memória e da sen-

sibilidade, tudo que vivenciamos e tudo que aprendemos com os nossos e com as nossas dentro da nossa comunidade.

A memória é fundamental para que a gente não normalize as injustiças que são modernizadas e perpetuadas pelos colonizadores. Isso a gente não vai fazer. O que acontece hoje nas nossas comunidades ainda é fruto de um longo histórico de grandes injustiças contra nossos povos.

Nós temos consciência muito forte de que nós somos a cumeeira dessa cidade. Falo a partir do território que vivo, do que vejo e do que sinto. É fato que se não fosse o nosso povo hoje não existiria Teresina, nem seu presente nem seu passado, nem mesmo este estado. Desqualificar ou tentar diminuir nosso legado e práticas também é uma forma de querer nos manter escravizados.

Embora muitas pessoas não possam largar suas obrigações para estar na frente de batalha desta luta, apenas o fato de um vazanteiro continuar plantando, uma horticultura continuar regando, uma dona de casa levantar-se cedo da manhã, para cuidar de seu quintal, varrer a casa, cuidar dos filhos é um ato de resistência.

Sem romantismo europeu. Esses sim são os maiores lutadores e lutadoras. Não estão nos grandes campos de batalha, nas manifestações, dentro de sindicatos ou em outros espaços, mas eles estão ali na sua labuta diária garantindo a comida, a moradia, o direito ao território.

A participação das mulheres foi (e é) fundamento em nossa luta, nesse finca pé de permanecer na comunidade. Mesmo ocupadas 24 horas por dia, que também é uma estratégia do neoliberalismo machista para nos manter ausentes e submissas nos espaços de poder, quando a gente aciona para uma assembleia, reunião ou qualquer atividade, são as mulheres que fazem a maior participação. É uma percepção que fortalece o que eu tenho dito, que, mesmo as mulheres da nossa

comunidade não tendo essa consciência sobre as ciências feministas e outras ciências que falam da luta das mulheres, elas são as grandes protagonistas. Isso comprova a matrigestão em nossas comunidades.

Aqui nós não estamos inventando nada, nós não estamos copiando nada de ninguém, nós estamos vivendo e potencializando dentro das nossas possibilidades tudo que nos foi entregue pela nossa força ancestral.

3.1 Painel de Inspeção do Banco Mundial



Imagem 19: Sousa, Centro de Defesa Ferreira de. Material distribuído na comunidade em ocasião do painel de inspeção do Banco Mundial. 2021. Panfleto digitalizado. Acervo Pessoal.

Quando a comunidade em que cresci e vivo foi atingida, por esse projeto de capital estrangeiro, tivemos que movimentar o que havia sido aprendido lá atrás para aplicar na luta e na defesa do território. A comunidade se organizou e procuramos aliados e pesquisadores que somassem na luta e nos orientassem a fim de provar a legitimidade de nossa fala, nossa oralidade e existência.

Um dos pesquisadores que muito contribuiu nos estudos que orientam nossa luta foi o professor Paulo Machado, que escreveu sobre a transferência da capital de Oeiras para Teresina, e sobre a população indígena que habitava o território, vítimas do genocídio liderado por Domingó Jorge Velho.

Nossa trajetória sempre me traz ao chão da nossa comunidade. Somos diferentes em pensamentos, um tecido social complexo, porém, é na comunidade que encontramos as saídas. Quando falo de comunidade, falo também do meu terreiro, meu quilombo não apenas espiritual, ponto de força e afirmação política da nossa cultura e ciência. Observando a natureza, as nossas mães de santo nos curam, quando fazemos nosso experimento mediúnico aprendemos a nos curar.

Muitos dos males que nos afetam vêm do processo social ligado ao racismo histórico. Escravocrata, um desses males é querer tomar as nossas terras. O capital colonial sempre nos coloca para longe dos nossos lugares de pertencimento, onde crescemos e estão nossas raízes.

A herança maldita da escravidão obrigou a meu pai pagar renda para a família do finado. A Polônia e também para a família dos Freitas Neto. Temos notícias que essa gleba de terra onde nossa casa foi construída era da família dos Gaioso. Quando meu pai e minha mãe chegaram aqui não tinha placa dizendo quem era o dono. Meu pai era muito desobediente, e mesmo assim foi na Capitania dos Portos pedir permissão para aqui morar e plantar. Para nós não é só moradia. A nossa casa,

o nosso quintal, o nosso território é lugar vivo de memórias.

A tomada de consciência que aprendemos com os nossos não nos permite mais aceitar a imposição dos gestores municipais, que querem sempre nos expulsar dos nossos territórios. Aqui batemos o pé e expulsamos o capital internacional do Banco Mundial, o programa “Lagoas do Norte”, denunciando a PMT ao Ministério Público Federal e outras instâncias onde corre um processo por reparação a favor da comunidade.

A história se repete de várias formas, desde que Domingo Jorge Velho invadiu a vila do Poty para destruir a população indígena. Saraiva fez a negociação política para ocupar esse território mesopotâmico ancestral, onde nós damos continuidade a essa luta. Somos a continuação de Dona Joaquina do Pontal (raiz da Umbanda nesta confluência Poty-Parnaíba); dos caboclos que plantavam fumo na beira do rio; daqueles ribeirinhos Poty- Parnahybas e do povo preto que tiveram suas casas queimadas no centro de Teresina no período da ditadura militar.



Imagem 20: Pokémon, Maurício. “Inventário Verde da Boa Esperança”. 2015. Foto digital. T.E.U. Nossa Senhora das Graças. Acervo Pessoal.

Quando vieram os técnicos do Banco Mundial para fazer uma inspeção técnica na comunidade, era um momento muito importante para nós, como um povo da oralidade, fazer reverberar as injustiças e crimes cometidos contra nosso território, contra toda nossa comunidade pelo programa Lagoas do Norte e a Prefeitura Municipal de Teresina.

Eu mesma não perdi a oportunidade de falar, porém, toda hora alguém mandava eu ficar calada. Nesse dia, preparamos um café da manhã caprichado para toda a comunidade, e saíamos mostrando para eles os pontos de riqueza que nos mantêm vivos, como o bumba meu boi, os quintais, as vazantes, os terreiros e outras culturas. E eles sempre perguntando o que aquilo tudo tinha a ver com a visita deles. Era muito evidente a arma do neocolonialismo de sempre querer inferiorizar as nossas culturas.

Foi quando liguei para a mãe Joyce, falei para ela da situação e ela pediu que eu os levasse até o terreiro dela. Chegando lá, a guna (assentamento) da casa puxou imediatamente o indivíduo que vinha de outro país, e nela se sentou, em nossa ciência confirmando o que nós estávamos em defesa.

No final da tarde, fizemos uma reunião. E foi aí que a coisa ficou forte. Toda a comunidade se fez presente ali como em uma grande festa. Do cachorro ao gato, das crianças de colo aos mais idosos, toda a comunidade estava reunida. Em um momento de grande tensão, uma moradora deu um grito e caiu. Outros gritos disseram “mataram mais uma!”. Quem veio na coroa da moça foi Joãozinho do pé do Morro, uma criança encantada e falou para que eles saíssem da nossa comunidade, saíram e nunca mais os vimos novamente. Naquele momento, eu não tive mais nenhuma dúvida porque em nossa espiritualidade umbandista o que criança faz não tem quem desmanche.



Centro de Defesa Ferreira de Sousa

SEMANA DA RESISTÊNCIA: RECONHECIMENTO TERRITORIAL
COMUNIDADE BOA ESPERANÇA

DATA	O QUE?	PRA QUE?	ONDE?
fim de semana anterior?	ASSEMBLÉIA: "O Banco Mundial decide por você? Lagoas do Norte pra quem? - Que território nós queremos?"	Entender visita do Banco Mundial; listar: se tem dinheiro, o que queremos? e organizar espaços e mobilizações para a semana	Comunidade
QUINTA 12.03	Mesa Plenária "Milhões de Marieles pelo Brasil" Maria Lúcia (Piauí); Sara (Pernambuco); Eliete (Bahia); Camila (São Paulo); Sueli (Piauí) 18:30-20:00 - reunião com os representantes dos solicitantes (12 pessoas)	Debater o papel das mulheres na luta por direitos (?) Levar: provas das irregularidades do projeto e de que a área não tem riscos; desejos da comunidade e alternativas possíveis	Comunidade Hotel Blue Tree
SEXTA 13.03	RECONHECENDO O TERRITÓRIO - Passeio pela região com os visitantes de fora" OXUN DO NORTE - Exposição de fotos e performance Luzia Amélia	Conhecer e reconhecer o território - troca de saberes Dar visibilidade a comunidade e aos trabalhos que estão sendo feitos por ela e dentro dela (?)	Comunidade Comunidade
SÁBADO 14.03	9h - 13h - Visita /Banco Mundial - São Joaquim 15h-19h - Audiência Pública (?)	Demonstrar nossa união, força e desejo de ficar e as justificativas para isso	Comunidade
DOMINGO 15.03	9h - 17h - Visita Mafrense 16h - 20h Ação Direta - Feira/Acampamento/Manifestação	Apoiar	Mafrense Av. Boa Esperança
SEGUNDA 16.03	17:00-19:00 - reunião de encerramento com os representantes dos solicitantes	Levar algo que possa ter faltado para comprovar que podemos FICAR e reafirmar esse desejo	
quando?	AValiação	Avaiar como foi a semana e definir próximos passos	

Avenida Boa Esperança nº 4895, São Joaquim, Teresina - Piauí - Brasil.
E-mail: centrodedefesofs@gmail.com
CNPJ: 10949286/0001-00

Imagem 21: Sousa, Centro de Defesa Ferreira de. Cronograma da Semana da Resistência: Reconhecimento Territorial Boa Esperança. 2021. A4 digitalizada. Acervo Pessoal.

Eu acredito na auto-organização do povo, mesmo sabendo que nunca vou estar certa dentro de um Estado alicerçado numa estrutura patriarcal, machista, racista e escravocrata.

Não estou (e nunca estarei) pronta para seguir determinadas regras. Sigo de cabeça erguida. Consciente de quem eu sou e de onde vieram as minhas raízes. Sou uma mulher negra em diáspora. Conheço a história do meu povo, a minha própria história e renego esse Estado colonialista. Vejo em toda parte a contribuição que trazemos para este mundo. Todas as vezes que fui chamada à porta de delegacia, em juizado ou fóruns, seja onde for, eu compareci para responder porque eu estou lutando para garantir a vida do meu povo, entro consciente e falo da minha verdade. Você só valoriza quando você trabalha para ter. E isso me faz enxergar todos os processos de injustiça, venham eles de onde vierem.

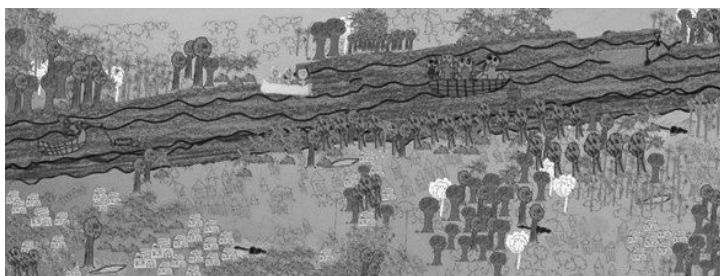


Imagem 22: Sousa, Centro de Defesa Ferreira de. Mapa afetivo feito por crianças da Boa Esperança. 2015. Ilustração digitalizada. Acervo Pessoal.

Conhecemos a nossa história guardada em nossas memórias e corpos. Meu pai quando foi expulso da vacaria dos Afonsinhos nos trouxe para a barraca da roça da nossa vazante aqui na Boa Esperança. Um grande homem, seu Roxo. Habilitado em todas as tecnologias ancestrais, sabia muito bem lidar com a terra e também respeitá-la.

Somos a continuação da luta e história do nosso povo nesta terra em diáspora, um pedacinho da África Pindorâmica na Região Norte de Teresina. Não é espanto que os nossos não conheçam as suas origens. Isso faz parte do programa colonial.

Aqui não existiam aparelhos públicos. Lembro que bebíamos água de cacimba e a luz era de lamparina. Naquele tempo ainda não conhecíamos a ambição estatal de tomar nossas terras. A Boa Esperança era só uma veredinha, como no interior. Caminho de animais, criação e gado, por onde a gente andava para trabalhar nas olarias. Na cheia, brincávamos nas águas das vazantes e das lagoas. A labuta era dolorosa, mas éramos felizes, porque éramos donos deste território.

Sempre foi por fora do Estado, como faziam os nossos ancestrais vivendo da natureza, como é hoje nas nossas comunidades indígenas e negras. A natureza sempre forneceu tudo que precisávamos sem usurpá-la de seus direitos.

Com o avanço do capital e presença estatal, a veredinha se tornou avenida. As lagoas que não foram aterradas se tornaram esgoto. As populações foram desterritorializadas, grupos e movimentos foram cooptados e desmobilizados.

O tecido social foi estraçalhado. A miséria nocauteou novamente o nosso povo. Os ataques colonialistas do capital, historicamente, esfacelam os nossos povos-territórios e não há outra saída que não seja nos juntar. Nos aquilombar nas velhas aldeias. Em diversidade apesar dos limites e diferenças, somos todos e todas afetados/as.

No terreiro aprendemos que espiritualidade é quando nos juntamos para dar resolutividade ao que nos afeta, e foi sobretudo pela espiritualidade que conseguimos espantar o capital internacional do nosso território. Tivemos que nos reorganizar em rodas, muitas e muitas rodas, como historicamente fazem os nossos povos.

Diante da ação tão violenta sobre nossos modos de vida, fortalecer o diálogo interno e potencializar as nossas culturas foram algumas das nossas ações. A nossa cultura está tão entranhada nos nossos sentidos que é natural. Nunca passou em nossas cabeças que a usurpação de nossas culturas pelo capital pudesse nos afetar de forma tão profunda.

Lembro quando minha mãe falava: “Eles vão me tirar daqui, aonde eu vou fazer minha vazante? Não tem como caminhar de longe para plantar aqui”. Ela não entendia que pelo objetivo do programa ela nunca mais voltaria para a beira do rio, onde se enraizou a nossa história, nosso axé e meios de vida.

Princípio, meio e continuidade. Assim aprendemos nos terreiros. Princípio são nossos ancestrais; meio é o que nos foi entregue; continuidade é o que fazemos com isso e deixaremos para as próximas gerações.

Meu pai me ensinou a quebrar unha de gato no joelho. Minha mãe me ensinou a rezar para curar dor de dente e costurar ossos quebrados. Estes saberes, essa ciência, foram fortalecidos quando adentrei para fazer o meu desenvolvimento mediúnico.

Saberes ancestrais não são valorizados no academicismo europeu, porém, foi com a força e ancestralidade, de geração a geração, que conseguimos vencer o capital internacional.

Muitos políticos que atuam em Teresina muito falam em revitalizar, como se aqui não tivesse tantas vidas. Falam em preservar a natureza, sendo que aqui nenhum deles nunca plantou um pé de pau. Quem preserva somos nós ribeirinhos tradicionais, que reflorestam as margens dos rios, que plantamos organicamente quando as águas baixam. Nós que cuidamos da terra que brinda comida para nós e outros seres.

Meu pai sempre me ensinou: “Amarre um pano na barrega e fique com os seus para que os que se acham donos das terras não massacrem o seu povo”. O colonizador nunca vai ser moderado em suas ações nem levar em conta os nossos modos de vida.

Somos uma população tradicional porque praticamos a tradição dos nossos antepassados. Isso Teresina nunca vai entender. Nunca vai reconhecer a importância de um pescador e de se ter um rio limpo para se pescar. O Estado nunca vai

reconhecer a contribuição que o nosso povo deu e dá para esta cidade.

A narrativa que o rio é perigoso não faz sentido para um ribeirinho, para nós. Seu Luiz é a prova viva disso. Quando o rio enche, ele junta os filhos, os animais e sai pescando e vendendo peixe. Seu Sansão também sobrevive e ama sua roça e sua pesca. Quando as águas baixam, ele volta para vazante e assim leva a vida. Neste envolvimento com a natureza e com tudo que ela nos oferece.

Esse papo de “desenvolvimento” e “progresso” não nos convence mais. A invasão de nossas casas, selagem dos nossos terreiros, sem dizer do que se tratava aquele megaempreendimento é uma das heranças da escravidão. As práticas ao longo da história têm sempre um fio condutor. Na história, nada começa de uma hora para outra. Os teóricos marxistas chamam isso de materialismo histórico dialético.

O progresso na Zona Leste impermeabilizou sua terra, com concreto e asfalto, aterrou suas lagoas e verticalizou suas construções, que, ano após ano, alaga no período de chuva, chegando a provocar mortes veiculadas na mídia como fatalidades. Foi ali onde já morreu gente dentro de carro devido a alagamento. Lá aterraram as lagoas para construir seus Alphavilles, condomínios fechados e shoppings.

No final dos anos 80, no governo Alberto Silva, houve a provocação de uma enchente. Logo depois eles adentraram a nossa comunidade com roupas velhas e sapatos velhos para nos oferecer. Fizeram uma lista e gritaram “Maria Divina da Conceição”. Logo, Dona Divina respondeu: “Obrigada, esse sapato não me serve”. Podemos fazer a mesma coisa, não aceitar migalhas, não aceitar enfeitar a prateleira dos brancos, porque eles querem nos silenciar e tirar nossa potência.

Por onde o pensamento e práticas colonialistas passam, o território torna-se terra arrasada. Falo isso partindo da nossa

experiência, micro, mas vejo isso se aplicar ao macro, em África. Estamos em luta envolvidas com a natureza, pois ela também vai nos ajudar a dar as respostas de que não existe essa de revolta da natureza, a natureza responde na medida às agressões causadas pelo desenvolvimentismo.

Precisamos estar atentas e atentos às ações do Estado em nossos territórios. O progresso que o Estado nos impõe não nos serve. Nem mesmo suas instituições, e isso nós temos comprovado. As ações políticas desses aparelhos do Estado repetem a mesma cartilha do período colonial. Quando projetos colonialistas chegam a nossa comunidade, eles chegam para tomar os nossos territórios, nossos direitos e não escutam nossas demandas.

A ideia aqui é pactuarmos as nossas ações, ou seja, aqui-lombar-nos. Um exemplo bastante prático aqui foi o caso do seu Raimundo, vazanteiro em nossa região. Tentaram tomar a sua terra. Um agricultor que plantava há 20 anos em um terreno da União. Andamos em todas as instituições e fomos mal recebidos. Eu precisei apelar e também denunciar as instituições. Denunciar nacionalmente o Estado do Piauí e as suas ações. Em Teresina desde que foi inventado, ele está a serviço da burguesia colonialista e herdeiros dos coronéis.

Paloma da Silva (chamada Paloma Amaral) morreu em 2023 estando sob os cuidados de um abrigo da Prefeitura. Para nós não resta dúvida que o que vai resolver os nossos problemas é a luta. Para isso, devemos sempre revisitar e não relativizar a história. É preciso conhecer o passado para que possamos nos posicionar no presente.

Sofri muito com o machismo inclusive dentro da luta pelo direito ao território, por machos que estavam ao meu lado, por quererem mandar em mim, dominar a minha mente, meu corpo e minhas ações.

Na defesa pela permanência da roça do Sr. Raimundo, fui chamada de “macaca”. Me mandaram “tomar no sedém”,

“bruxa maldita” entre outras coisas. Porém, eu nunca abaixei a minha cabeça e me juntei a outras mulheres de outros territórios. Fui a todas as instituições do Estado e nunca tive resposta favorável. Ironicamente, todas as denúncias que foram feitas contra mim eu tive que responder. Nessa hora, lembrei-me de Carolina Maria de Jesus.

O ano era 2015. Lá estava eu, no juizado de pequenas causas lutando contra escravidão atual. “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual, a fome!” escreveu Carolina Maria de Jesus em “Quarto de Despejo”. O Direito do branco e suas contradições. Meu pai sempre me alertou: “Filha, a cadeia foi criada para nós”.

Quando meu pai me ensinou a fazer uma baladeira, ele conversava comigo, dizia: “Filha, o companheiro de uma mulher é ela ter autonomia”. Eu creio que ele pensava sobre as questões e tabus do amor romântico, nos atravessamentos do machismo e no domínio do sistema sobre nossos corpos. Meu pai era um homem muito avançado, e vivia sua ancestralidade.

Meu pai era dotado de ciências muito fortes. Ele me ensinou que a vergonha social sobre a nudez e o corpo não faz parte da nossa cultura. Na nossa casa a gente banhava à vontade, sem precisar entrar num banheiro. Ele dizia: “Não devemos ter vergonha do nosso corpo”.

No final de 2024, participei de um Encontro com as mulheres indígenas de diversos territórios. Ali senti no meu coração a confluência das vivências daquelas mulheres com o tudo que aprendi com meu pai. As parentas indígenas falam com muita naturalidade sobre os prazeres, sexo e vivência com a natureza. Me chamou a atenção o relato de uma companheira de que, quando os pastores adentraram sua comunidade, queriam proibir os indígenas de praticarem a poligamia e elas tiveram que fazer uma resistência muito forte.

Rebuscar as nossas memórias é lutar contra as forças de processo violento de apagamento da nossa história. Eu sempre

tive muito orgulho do que consegui alcançar através da memória, da história do meu povo.

Em especial das senhorinhas que batiam roupa na beira do rio, que rezavam nas crianças da comunidade, que se uniam numa rede de solidariedade ancestral. Quando eu fecho os meus olhos, sinto o cheiro daquele cachimbo. Lembro que elas se juntavam para lavar roupa no rio e começavam a conversar.

A minha mãe dizia: “Vamos tomar uma truaca. Assim a gente cria coragem pra lavar a roupa”. Truaca é cachaça. Assim elas batiam a roupa, estendiam e depois voltavam. Aí certa vez minha mãe disse: “Comadre Raimunda, eu não vou mais tomar essa cachaça não. Daqui a pouco eu estou é viciada”.

Essas memórias nos fortalecem. Elas são carregadas e conservadas em afeto. Minha vida na comunidade e fora dela faz parte do entroncamento que aprendi com os meus. Legado do nosso povo, este território, a nossa cultura, é o alvo favorito dos colonialistas. A cultura é ponto de força e fortalecimento. Além disso, é onde a gente compartilha relações de afeto. Onde se tem afeto, se produz memória. Onde se produz memória, se produz história.

É muito constrangedor o pensamento colonial quando adentra as nossas comunidades. Fico até com vergonha alheia. E aqui vai uma crítica para a intelectualidade acadêmica que nos pesquisa. Muitas vezes eles chegam cheio de vícios e manias em nossa comunidade. Repetem a mesma prática colonialista. Nos pesquisam para ganhar seus títulos e honorários e ainda acreditam que estão nos fazendo favor.

Certos estão os pretos velhos, os guias que dizem para a gente não anotar nada, para a gente não escrever, quem quiser que preste atenção e aprenda. Porque tem coisa que realmente não tem como a gente revelar, tem que ser mantido em segredo. Segredo esse que salva as nossas vidas, são os nossos feitiços, as nossas mandingas e magias.

Eu escancaro logo. Quem tem que ter vergonha são eles. Nego Bispo sabiamente dizia: “Eu sou adestrador de branco”. Quando o pessoal do Banco Mundial veio para nossa comunidade fazer uma avaliação técnica, eu me lembro das vezes que mandaram eu ficar calada. Eu argumentava como assim, ficar calada? Quem é esse povo para dizer o que eu devo ou não falar? Quem é esse povo para pensar política para nós, sendo que eles nunca plantaram aqui um pé de feijão na beira do rio? E eu argumentava, alegando a violação dos direitos humanos e ambientais, os crimes de racismo ambiental cometidos pelo PLN e o capital internacional.

Em um dos meus embates com o pessoal do Banco Mundial, me lembro da mulher retrucando: “Vocês deveriam se sentir felizes, porque esse projeto foi pensado por um engenheiro de Portugal”, mas nós conhecemos muito bem a política colonial de Portugal. Foi uma das monarquias que mais violentou pessoas negras e indígenas. Rapidamente eu voltei a ela: “Minha senhora, quem é Portugal para criar política para nós? A senhora é formada em quê? Sociologia? A senhora não conhece a história não? Vejo que a senhora é uma mulher negra, deveria saber a história dos seus”.

Ela me olhou e eu repeti: “A senhoria não conhece a sua história? porque nós conhecemos a nossa. As marcas da construção desta cidade estão no nosso corpo e em nossas memórias. Existe muita coisa escrita nas universidades aqui do estado”.

Ela me retrucava como se eu não conhecesse a história do povo dela, dos portugueses. O olhar dela me dava a impressão de que ela não sabia que eu conhecia a teoria racista criada pelo povo branco. Eu falava para ela: “Minha senhora, o conhecimento é universal. Quer dizer que vocês estão acima de tudo? Pois nós somos como as formigas que enxergam e se movimentam por baixo. Vocês não aprenderam com as formi-

gas? Deveriam ter aprendido. Elas é que fertilizam a terra, e também nos dão um sinal quando vai chover. Acima de tudo, são as formigas que vão comer os restos mortais de todos e de todas, meu pai me ensinou que do chão ninguém passa”.

A força da nossa organização fez com que nós avançássemos na conquista de aparelhos públicos para a nossa comunidade. Na década de 1970, final dos anos 80, a escola ficava a 15 quilômetros da nossa moradia no bairro Poty Velho.

Lembro-me que depois de uma manhã cansativa de trabalho nas olarias, a mamãe fazia um feijão misturado com arroz e dava para a gente comer. E o papai ia me deixar até no meio do caminho, porque eu não gostava da escola. Às vezes eu até chorava e nem entrava na escola, ficava do lado de fora, pulando cordão com as minhas amigas.

Não vou mentir, a escola não me atraía. Quando eu me sentava no banco daquela escola, a professora ficava pedindo para que eu lesse textos que não tinham nada a ver com a minha realidade. Eu ficava me perguntando: “Professora, isso não tem nada a ver com a minha vida” e ela retrucava: “Você tem que aprender se não vou abrir a sua cabeça e colocar o conhecimento aí dentro”. De tanto ela repetir, eu decorei um trecho e nunca esqueci o texto, que dizia: “Ontem Antero e Hondina foram a um zoológico (veja bem, o que é que um zoológico tem a ver com a minha realidade?) viram a onça pintada dormindo no fundo da jaula ela estava cansada de visitas” e eu angustiada consegui decorar o texto, mas não aprendi a ler.

Na verdade, eu gostava mesmo era de vender quiabo. A mamãe botava uma bacia de quiabo na minha cabeça e me fazia um vestidinho com bolso para que eu colocasse as moedinhas dentro. Ela contava os quiabos e dizia: “Olha vai dar esse valor se você não trouxer é porque comprou o bombom” e eu sempre dava um jeito de comprar o bombonzinho de rapadura e falava para ela. Nessas vendas eu passava da hora de chegar em casa para não ir para a escola.

Assim fui compreendendo as contradições desse sistema. A minha reflexão é de consciência tranquila, não consegui assimilar o cartesianismo eurocêntrico, mas agradeço àquelas mulheres que adentraram a nossa comunidade e me ensinaram: “Com que você faz um tijolo e não tem uma casa de tijolo?” Isso muito me fortaleceu, o meu sentimento de pertencimento.

Depois de adulta, consegui concluir o Ensino Médio. Fiz um curso de técnica em segurança do trabalho orientada pelo meu preto velho. Quando terminei o curso, foram outros desafios. No primeiro estágio me pediram que eu fizesse um laudo, que não condizia com a situação daqueles trabalhadores/trabalhadoras. Mais uma vez eu me recusei, não fui aceita no mercado de trabalho.

Tentei participar de organizações do movimento social, mas nunca me sentia pertencente, nunca me sentia parte. Primeiro porque eu ouvia falar de classe trabalhadora, eu, sendo uma mulher negra desempregada, não fazia parte dessa classe. Mas sempre estava lutando com os classistas e associações para defender o emprego deles. Me perguntava: “Como assim? Se eu não tenho emprego, ninguém fala nada sobre a minha questão”. Tentei me aproximar do movimento feminista, porém, o cientificismo feminista não me atraiu. Mesmo tendo como referência algumas mulheres que faziam parte dele, como Tânia e professora Sueli, porém, não sentia as minhas questões abraçadas naquele movimento.

Falavam de feminismo e eu me perguntava: “Onde eu, negra racializada, estou nessa situação?” As contradições eram muitas. Algumas daquelas feministas tinham mulheres negras fazendo faxina para elas, lavando roupa, cozinhando e outras coisas mais. Como se pode falar de autonomia de mulheres quando se tem uma mulher negra na sua cozinha? Me afastei. Não consegui ver ali a solidariedade ancestral. Aquela que se vivia dentro da minha comunidade, entre as mulheres que iam

para beira do rio lavar roupa, pescar, fazer rodas de fuxico para costurar as fraldas das crianças.

No movimento negro senti a mesma coisa, era como se aquelas pessoas desejassem sempre alcançar o lugar do branco ou sua estima, e para isso eu observava que elas se violentavam em disputas de ego que, no meu ponto de vista, não tinha como haver um avanço político das nossas demandas essencialmente comunitárias.

3.2 Museu da Resistência e Memorial Maria Sueli Rodrigues

Na minha comunidade, nos mobilizamos para que não perdêssemos nosso território. A criação do Museu Vivo da Resistência Boa Esperança, assim como outras ações políticas na comunidade, foi orientada pelo Pai Velho. Quando ele me plantou a ideia de criar o museu, a primeira coisa que veio à minha mente foi a bicicleta do meu pai. Para minha história, essa bicicleta é a peça mais significativa, porque foi através dela que meu pai trabalhou e sustentou a nossa família.

O Museu comunitário existe desde 2015 como enfrentamento ao PLN e à negação de nossos direitos e memória por parte da Prefeitura municipal. Fomos totalmente guiadas pela espiritualidade. Hoje ele fica localizado no Memorial Casa Maria Sueli, Zona Norte de Teresina, com diversas atividades socioculturais e diariamente chegam mais memórias e peças doadas pela própria comunidade e visitantes. A construção é uma velha creche fechada e abandonada pela PMT e retomada em 2021 pela população.

É um local de vida pulsante, de produção e compartilhamento científico entre diferentes culturas, pautado pela oralidade, pela ancestralidade, fundamentado pela

espiritualidade diversa da Boa Esperança, com peças católicas, evangélicas, de terreiros e um mar de outras concepções. Crianças, pessoas idosas, mulheres, adultos e jovens de diferentes lugares mantêm a vida deste espaço com cultura, educação, saúde e cuidado.

O Memorial Casa Sueli Rodrigues também é sede do Boizinho Mimo da Boa Esperança, feito com as crianças da nossa comunidade, do conjunto musical Brilho das Águas, proposta da juventude territorial, e do Baião Mulheres da Boa Esperança, que potencializam a cultura, a oralidade, o lazer e resistência, além da cozinha “Mulher come todo dia”, nomeada pelas mulheres que frequentam a casa.

É por isso que eu acredito nos guias de luz. Nunca pensei que tudo aquilo que o Pai Velho me dizia iria se transformar, tomar essa dimensão e contar essa história. Nem mesmo imaginava que poderia gerar tantas narrativas, com tantas mãos e vozes para enriquecer de detalhes nossa história. Tantos fatos concretos, tantas pesquisas e defesas de mestrado e doutorado.

Tem horas que a gente custa acreditar que fizemos tudo o que fizemos, porque constantemente nós somos questionadas e colocadas à prova. Pai Velho, muito sábio, trouxe as pesquisas para comprovar. Pessoas das mais diversas áreas. O fio condutor de tudo isso, acredito eu, é porque ele não queria que se arrancassem os nossos terreiros. Eu tenho plena e absoluta certeza hoje que a intenção do Pai Velho é fazer com que a nossa história seja conhecida e permaneça viva por muitos e muitos anos.

Nunca esqueci quando o Pai Velho me relatou que encontrou o meu pai em Aruanda. Pai Velho me disse: “Encontrei seu pai, está tudo bem. Foi ele quem favoreceu o seu encontro com a espiritualidade, para que nós pudéssemos ajudar você e também a sua família”.

Ele dizia: “Seu pai, o seu genitor, encantou-se. Preparou-se para uma nova reencarnação e está bem cuidado. Ele passou por muitas provações no torrão (território) de vocês, mas agora está tranquilo para uma nova reencarnação. Pediu-me que ajudasse a resolver os conflitos familiares. A mediunidade de vocês é muito forte e precisaria de alguém para que pudesse caminhar com a encanteria e ajudar a resolver os problemas familiares. A mediunidade de vocês vem de muito longe. Os antepassados de vocês também passaram por muita aprovação”.

E continuou: “É por isso que tem horas no mucambo de vocês que parece que estão todos perdidos, mas eu vou ajudar. Ele pediu para ajudar a cuidar do seu mano, seu Antônio”. Este é meu irmão, que passou por um processo de drogadição muito sofrido. Ele piorou muito depois que papai fez a passagem, mas com a ajuda do Pai Velho, do meu pai na encanteria de Seu Zé Malandro, meu irmão se limpou.

Às vezes, quando conversava com Pai Velho, eu via também a imagem do meu pai, do meu avô. Acredito que essa forma de enxergar os meus na imagem dos pretos velhos é uma conexão ancestral favorecida pelos nossos antepassados.

Tudo isso carrego em minha mente, com os pés no chão da minha comunidade, entroncada e afirmada na minha espiritualidade. A Umbanda é um grande mistério, ela está profundamente ligada à nossa ancestralidade. Meu pai dizia: “filha, aprenda de tudo e use do que for necessário”.

Capítulo 4

Boa Esperança resiste

Os textos a seguir narram algumas histórias que vivi com pessoas que encontrei nas encruzilhadas do caminho, vidas atravessadas pelo território e pelas ruas da cidade. Nos dois primeiros, preservo a identidade das mulheres, moradoras da Boa Esperança.

4.1 Dona Moça e suas filhas



Imagem 23: Autoria desconhecida. Soares, Wil. “Oxum”, escultura em madeira encontrada na margem do rio Parnaíba. 2025. Foto digital. Acervo MRBE.

Carolina Maria de Jesus escreveu: “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual, a fome!”. Hoje, 67 anos depois, sou eu quem escrevo contra a mesma escravidão atual.

Dona Moça, uma jovem mãe negra da comunidade, viveu violência doméstica e foi abandonada pelo marido com duas filhas. Desamparada pelo Estado, sem emprego, sem casa em alta vulnerabilidade social, ela e suas crianças precisavam de uma rede de apoio segura e ágil.

Sem ter onde morar, ela pediu abrigo na antiga sede da Associação de Oleiros, que foi construída por nós oleiros e oleiras. Dona Moça e as filhas ocuparam um cômodo da antiga associação, um local que estava em condições insalubres.

Demorou pouco apareceu uma Griselda Branca dizendo ser proprietária daquele espaço. Por coincidência ou não, eu estava passando de bicicleta no momento exato daquela desapropriação. Imediatamente fiz a leitura da injustiça que acontecia ali com Dona Moça e suas filhas sendo expulsas com seus poucos pertences daquele humilde quartinho. As crianças estavam desoladas em lágrimas. Os familiares de Dona Moça não sabiam o que fazer.

Comecei a expor aquela injustiça, mas nunca pensei que seria acusada, julgada e condenada por aquela atitude em defesa de uma companheira que sofre. Após muita insistência, conseguimos que Dona Moça ficasse em um outro pedacinho do espaço que foi isolado pela Griselda Branca. Eu imaginava que aqui a situação estaria resolvida. Quando menos espero, chega, na casa da minha mãe, uma intimação da tal Griselda para que eu comparecesse à delegacia da comunidade. O fato relatado no boletim de ocorrência era que eu havia difamado a Branca.

Quando cheguei à delegacia para ser ouvida já estava tudo preparado. Me pediram que eu pedisse desculpa à Griselda. Eu me neguei e por isso fui processada. Quando procurei

a casa dos advogados (OAB-Piauí, Teresina) para pedir ajuda, não esperava que ali também seria massacrada, na mesma casa que naquele momento homenageava Esperança Garcia como a primeira advogada do Piauí e do Brasil.

Houve uma negociação. Griselda já havia encaminhado o processo para juizado. Uma queixa contra a minha pessoa. Tive que comparecer à porta do fórum, mas, quando cheguei lá, Griselda tinha mudado de atitude. Me falou que aquele território era “África” e ela precisava ajudar aquele povo. “Preciso salvar aquele povo. Espero que você entenda”. Porém, não demorou muito para que os fatos fossem revelados na tevê e no jornal com as verdadeiras intenções e práticas de Griselda.

4.2 O caso de Hera



Imagem 24: Autoria desconhecida. Soares, Wil.
“Ritual de passagem”. 2025. Foto reprodução. Acervo MRBE.

Certa vez, logo após a crise mundial da covid-19, tive que amparar Hera, filha de Janaína, uma mulher que chegou violentada até mim. Ela sofreu um processo injusto e doloroso de encarceramento provocado pelo ex-companheiro. Ainda menina, foi violada e mantida em cárcere privado, obrigada a viver com aquele sujeito. Ele ainda forçava Hera a fazer atividades ilícitas.

Após denúncias de vizinhos na comunidade, o braço armado do estado invadiu a casa deles. O indivíduo fugiu deixando Hera para trás, que estava em cárcere naquela casa. Ela foi incriminada, espancada e presa pelos agentes policiais do estado.

A família fez uma força-tarefa para tirá-la da cadeia. No dia que Hera foi solta, o sujeito estava à sua espera na porta do presídio. Fez ameaças e disse a ela que, se não continuasse vivendo com ele, mataria toda a sua família. A mulher com medo voltou a viver com o agressor. Não demorou muito, a mulher começou a sofrer novas agressões.

O tempo passou e o indivíduo teve um infarto e morreu. A mulher foi condenada por toda a vizinhança, inclusive pela mãe do indivíduo, que dizia que ela teria matado o agora ex-companheiro. A mulher ficou muito abalada com crises emocionais com tantas acusações e violências. Mais uma vez, junto à família de Hera, procuramos o Estado para amparar a mulher e não tivemos auxílio. A mulher sofreu muito, e, em alguns momentos, ela surtava.

Confesso que, durante todo este processo de acompanhar essa mulher, tive muito medo, mas nunca perdi a fé na minha espiritualidade. Pedia a toda corrente de Exu que nos protegesse. E assim o tempo passou e a mulher se recuperou, obviamente vive muitas sequelas de todas as violências aqui citadas.

Quando a agente do estado disse à Hera que ela não precisaria mais de proteção porque o indivíduo já havia falecido. Não se propuseram a entender que Hera estava sendo ameaçada pela família do falecido. Foram muitas inseguranças, muitas provocações.

Um artista da cidade entrou em contato comigo, dizendo que queria pintar um retrato meu. Quando me trouxe a pintura fiquei surpresa. Ela pintou toda a cena do funeral daquele homem, todo o processo que acompanhei junto de Hera. Mais uma vez, tive a certeza e afirmação de que a minha espiritualidade é presente na minha vida. E aquele quadro me dizia: “você não está sozinha. A espiritualidade trabalha junto com você”.

Ressalto aqui o caso de Hera, mas poderia relatar uma infinidade de outros casos que acompanhamos em nossa vida de comunidade e de terreiro. Tantas mulheres que sofrem e sofreram violência. Muitas vezes sem coragem de conversar com outras matérias, mas compartilham sua dor com os nossos guias incorporados.

A partir do relato dessas mulheres, as entidades dão toda a orientação. É claro que nós como matérias temos que seguir a orientação do guia na prática. Em nossos quilombos quem faz esse acompanhamento somos nós sacerdotisas de terreiro.

Por isso, comemoramos as pequenas vitórias. Juntas conseguimos salvar a vida de Hera. No entanto, não tivemos a mesma sorte com a Paloma da Silva, que estava abrigada pelo estado e acabou sendo morta em dezembro de 2023.

4.3 Paloma da Silva



Imagem 25: Soares, Wild. Paloma da Silva. 2025. Arte Digital.
Acervo Pessoal.

Quando conheci a Paloma, ela andava perambulando pela rua, por volta do ano 2000. Ela estava na passagem da adolescência para a idade adulta. A alegria dela sempre chamava bastante minha atenção, o que fez com que eu me aproximasse de Paloma nessas vadiagens que ela fazia dentro da comunidade.

Ela se autoafirmava aonde chegava e fazia isso muito bem. Mostrava suas curvas, seu sorriso e sua alegria. Em 2004, ela participou com a gente do congresso da UMP. A Professora Sueli dizia: “ela é muito linda, muito sorridente”. Naquele congresso, nos aproximamos. Às vezes, ela ficava distante, depois voltava. Sempre nessa observação para saber onde ela estava e se estava bem.

Paloma passou por vários processos difíceis. Poucos anos atrás, ela estava num momento muito delicado e recorreu a uma instituição terapêutica em busca de reabilitação, sendo internada para tratar sua drogadição.

Lá dentro sofreu muitas violências. Em um vídeo para familiares e amigos, enviado por um membro da instituição, ele chamava Paloma pelo seu nome morto e proferia algumas besteiras. Quando saiu de lá, Paloma dizia que não era mais Paloma. Aquilo me deixou bastante entristecida. Passou um tempo, eu a reencontrei novamente e dessa vez ela dizia: “não, eu sou Paloma mesmo”. E me contou várias queixas, violências e privações que viveu durante aquela internação.

Os vídeos que mostravam as torturas sofridas por ela tiveram repercussão nacional. Houve uma enorme comoção nacional e local. Mesmo assim, Ela perdeu sua vida. O Estado matou Paloma. Houve uma midiática terrível. Em um dos vídeos, ela aparece imobilizada no porta-malas de um carro. Em outro vídeo, agentes da Guarda Municipal de Teresina assistem a jovem jogada ao chão, com pés e mãos amarradas. Questionada, a organização alegou que não presenciou as agressões e chegou ao local após os fatos.

Paloma venceu, porque não perdeu o seu sorriso. Ela peitou o Estado. Explanou que ele não está preparado para potência do corpo de uma mulher preta. Paloma venceu, porque, mesmo ela sendo renegada, pelo Estado que a matou, ela sorriu para ele.

Ela teve muita coragem de falar, de denunciar, provocar as instituições, ao contrário de muitas, que morrem silenciadas, oprimidas, sem coragem de ir contra esse Estado incontestavelmente racista e sexista. Aqui ganhamos. Laroye Exu! Atotô, meu pai!

4.4 Julio Romão, de rio a rio

Professor Júlio, um senhor que conheci no ano de 2006, e tornei-me devota de sua história e do seu pensamento, principalmente pelo modo como ele me confrontava com alguns fatos. Certa vez em um diálogo, o professor Júlio me trouxe a história de alguns intelectuais negros com os quais ele conviveu no Rio de Janeiro e que, juntos, fizeram a contranarrativa na história intencionalmente mal contada sobre nosso povo nesse território Brasil.

Ele viveu seus últimos anos numa casinha simples na Rua 24 de janeiro, centro de Teresina, onde hoje funciona um bar. No período que trabalhei em sua residência, ele me contava de pensadores que conseguiram fazer uma contranarrativa fundamental para a história da população negra antes, durante e depois da ditadura militar.

Professor Júlio me falava de Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento, Luiz Gama sobre quem ele escreveu bastante. Ele esteve na criação da orquestra Afro-Brasileira e do Teatro Experimental do Negro (TEN) ao lado de Abdias Nascimento, Ruth de Souza, Lea Garcia e toda uma turma da época.

Ele me falava da história da população negra de Teresina. Me contou sobre o seu avô, que trabalhou na construção da Igreja São Benedito, onde faleceu após sofrer “um acidente de trabalho” no canteiro de obras da igreja. Não é de hoje que os trabalhos mais insalubres são quase sempre reservados para o nosso povo.

O seu pai veio a óbito após ser atingido por um raio. Com imensa dor no coração, diante todo trauma vivido em Teresina, ele virou as costas, juntou todas as suas coisinhas, entrou num trem e partiu rumo a São Luís, no Maranhão. De lá embarcou num navio até o Rio de Janeiro, onde se encontrou com diversos artistas e pensadores.

Ele dizia que toda teoria eurocêntrica escravocrata precisa de um picareta intelectual, ou seja, uma ideologia para ser justificada. Falou-me de Nina Rodrigues, um exemplo de picareta teórico que tentou justificar a submissão, subserviência e “inferioridade” do nosso povo.

Para mim, todos os ensinamentos compartilhados foram um entroncamento muito importante. A minha compreensão de mundo caminha muito junto ao pensamento do professor Júlio. A vivência junto aos mais velhos – e aos mais novos – do meu povo tem sido de muitos ensinamentos e experiência para mim.

Nós não podemos transformar o Estado, mas podemos, através das nossas tecnologias, saberes e fazeres, contracolonializar em qualquer espaço que estejamos com o pensamento afirmado. E isso nós temos vivenciado em nossos territórios, provado com a prática e o exemplo.

“Lagoas do Norte pra quem?” Foi o questionamento que gerou uma infinidade de produções artísticas, científicas, documentais em nosso território. A organização e a permanência da comunidade Boa Esperança contra o Programa Lagoas do Norte são nossa maior prova disso tudo que relato. As nossas crianças, os nossos Museus, Memoriais, Terreiros e todas as nossas culturas ribeirinhas permanecem vivas porque nós trabalhamos em comunidade para potencializar toda memória que nos foi confiada.

4.5 Ciência orgânica e Maniado sintético

A vivência e diálogo com setores do academicismo me fazem pensar: será que eles realmente aprendem em suas visitas técnicas aos territórios? Ou para a academia ainda somos apenas objetos de seus estudos, usados de degrau para suas

“pesquisas”, “etnografias” apenas para que sigam ganhando seus títulos, prêmios, espaços e honorários?

Certa vez chegou até mim uma moça para pesquisar. Perguntei: “De onde você vem?” Ela respondeu que morava em um condomínio fechado. Retruquei dizendo: “Para quem vai servir esse nosso diálogo então?” Ela respondeu: “Preciso terminar esse trabalho, tenho pouco tempo” e eu perguntei: “Você conversa com a sua vizinha?” “Não, não tenho tempo”, ela respondeu. “Então volte, dialogue com sua vizinha, traga-me o resultado dessa conversa e aí sim vamos abrir um diálogo”.

Trago estas memórias porque sou o resultado da ação, paciência, cuidado e escuta do que aprendi com o meu povo nas suas práticas e nas suas vivências. Se for difícil para “o outro” entender o valor disso, nós devemos valorizar e jamais entregar tudo que temos de bandeja. Como os nossos guias nos ensinam “é ouro para pegar tem que ter força, atenção e cuidado. Então não posso entregar de bandeja”. Como meu Pai de Santo diz, quando você dá de graça, dificilmente aquilo será valorizado. No mercado de Exu ninguém come, bebe e sai sem pagar.

Para acabar com a falta de entendimento e a falta de interesse em entender quem nós somos e de onde viemos, há todo um processo. Nós que temos uma longa trajetória nas bases, precisamos praticar a resiliência e a paciência com aqueles e aquelas que nos procuram, sobretudo a juventude. Por isso pedi àquela moça que conversasse com a vizinha. Teoria e prática. As barreiras psicológicas pelas quais a nossa população passa, principalmente a juventude, são parte de um processo histórico violento, ancorado no capitalismo escravocrata.

A própria Bíblia era usada para justificar a escravidão e os crimes contra o nosso povo. No Piauí, o neoliberalismo avança sobre os territórios tradicionais dos municípios e reverbera em diversos problemas sociais e centenas de igrejas neopentecostais. Nosso bairro foi tomado por morte,

drogadição, encarceramento, ameaças e perseguições. Os pratos sujos dessa problemática chegam para nós, Mães de Santo. Muitos desses jovens, quando adentram a nosso terreiro, é porque já passaram por todos os espaços e não encontraram uma resolutividade, nem sequer uma escuta, um pouco de afeto, alimento e atenção. Tecnologias muito antigas e sagradas para nós.

Somos atravessadas por diversas questões na nossa comunidade, principalmente vindas da nossa juventude. “Mãe, não sei que caminho seguir”. Nós não temos uma receita pronta. Chamamos para uma conversa, porque acreditamos na força do diálogo. Para isso também, os nossos guias vão trabalhar o eu de cada pessoa, o autoconhecimento, a individualidade, sombras e luzes. E, no andar das coisas, cada um vai encontrando a sua caminhada, seu equilíbrio. Para nós, cada ser é um sol. Às vezes, só precisa ativar o brilho, com palavras de amor e incentivo que fortaleçam a autoestima dessas crianças. Lembro quando minha mãe me falava que precisamos saber ativar o nosso brilho pessoal.

Os nossos guias partem sempre do indivíduo compreendendo o lugar de onde veio para depois unir-se à comunidade. Na comunidade o que afeta a vida de uma pessoa afeta também todas as demais vidas relacionadas. Quando se trabalha o indivíduo buscando as suas raízes, ele entende que não está sozinho, mas que pode contar com uma comunidade.

A escravidão dilacerou muitos laços familiares. Muitos perderam a possibilidade de vida, o contato e a oportunidade de conviver com seus antepassados, seus avós, tias e tios. A falta dessa oralidade ancestral por meio da contação de história prejudica até mesmo a nossa cognição e nossa memória. Felizmente, sou um resultado positivo das histórias que vivi e ouvi em meu mocambo, da minha família, valorizo demais os saberes repassados.

Uma das tarefas fundamentais das ideologias colonialistas ao longo da história é apartar-nos das nossas raízes, das nossas ancestralidades e africanidades, ou seja, despersonalizar-nos. Os nossos guias trabalham o indivíduo, porque a ancestralidade está dentro de nós. Espaços como a academia e determinadas situações nos adoecem, sobretudo, a juventude negra da periferia.

Trabalhei durante muito tempo no ensino privado, me questionava sobre situações que eram impostas à minha pessoa. Naquela escola, sentia o peso do racismo estrutural, da discriminação, da desumanização, não só comigo, mas com outros companheiros e companheiras que trabalhavam nos serviços mais pesados e insalubres, como faxineiras e porteiros. Muitos trabalhavam como máquinas. Uma exploração sem fim. “Olha, você deveria dar graças a Deus porque tem um emprego, muitos por aí não têm”, era o que eu ouvia enquanto vivia imersa num grande sofrimento naquele ambiente. Uma máquina de moer cabeças, rotina estressante. Nós não tínhamos tempo nem para respirar e pensar.

Quando faço crítica ao academicismo cartesiano, faço à instituição, não ao nosso povo empobrecido que adentra esses espaços. A universidade é entranhada de preconceitos, vícios e vaidades. O que se pesquisa sobre nós só tem servido para eles ganharem seus títulos, fama e prestígios. Porém, a prática é nossa e nós damos as cartas.

O que trago nesta escrita pode parecer fatos misturados, porém, tudo carrega um sentido. Nas comunidades, para nosso povo, nada está separado e tudo está conectado. O nosso corpo é alvo preferencial desde que sequestraram o primeiro corpo preto de África. As nossas yabás ensinavam chás para que os filhos, e filhas das nossas antepassadas não nascessem escravizados.

Penso que a esquerda se afastou tanto das comunidades, que já não falam a mesma língua. Está difícil interagir. Como

mãe de santo dentro de uma comunidade, chegam até mim mulheres que fizeram abortos clandestinos ou que estão desesperadas por sofrerem violência de todas as maneiras. Se eu não estiver preparada para pautar o que acontece com meu povo, quem mais pode resolver nosso problema senão nós? A nossa solidariedade feminina, matriarcal africana, é muito anterior ao feminismo.

Não é de hoje que nossas mulheres são solidárias umas com as outras e também com os nossos filhos. Na época de cativo, as nossas botavam bacia de quitutes na cabeça e saíam para vender, e conseguir comprar a abolição do seu povo, irmãos, tios, primos e entes queridos. Até um tempo desses, eu vendia quiabo na cabeça. Além de manga, caju para ajudar a minha família. Então, esta solidariedade ancestral é muito antiga, e nós vivemos isso nas comunidades ribeirinhas e quilombolas.

Negar a força e trajetória das mulheres negras é negar a própria história das sociedades. Nós estamos no chão. Somos a pirâmide social, a cumeeira que sustenta essa dita nação. Em nossos terreiros lidamos com todo tipo de situação, inclusive situações de machismo.

Todo terreiro é matriarcal. Os machos que adentram para fazer desenvolvimento espiritual têm que aprender a respeitar a mãe de santo. Eles vão aprender que não podem agredir sua companheira, porque ele recebe uma pombagira. Então se ele bater ou agredir a companheira a própria pombagira dele irá discipliná-lo. E isso é real, os machos que baixam uma moça no terreiro não se atrevem, porque sabem que vão responder.

Quando eu me ponho a pensar em tudo o que vivi nesses últimos anos, eu chego à conclusão de que eu sempre busquei minha vida partindo do meu chão do meu território. Encontrar o meu preto velho na minha caminhada terrena é de grande valor para a minha compreensão de mundo. Tudo o que ele me orientou eu fiz do jeito que ele me falou.

Hoje compreendo que o que Pai Velho queria me mostrar era justamente a força do materialismo histórico em nossa região. Quando ele me disse para buscar as universidades para fazer as pesquisas para dar respaldo ao que nós falávamos, ainda que eu mesma não enxergasse toda a situação, não temi e fui em busca.

Dentre os pesquisadores apareceu uma moça de nome Sabrina. Sua pesquisa foi sobre a primeira mãe de santo de Teresina, que é dona Joaninha do Pontal. Fiquei maravilhada com a pesquisa dessa moça e entendi perfeitamente de onde vem a nossa raiz matriarcal.

Sabrina Verônica Gonçalves Lima na dissertação “As Facas Da Umbanda No Piauí” (2017), apresentada à Universidade Federal do Piauí, sobre a Umbanda no estado do Piauí (entre 1960 e 1978), aborda aspectos políticos, festivos e de criminalidade relacionados à religião. A dissertação foi orientada pelo professor Solimar Oliveira Lima e teve como objetivo analisar o crescimento da Umbanda no Piauí nesse período. Ela conta que Dona Joaninha do Pontal (Joana Maciel Bezerra) veio fugindo do Ceará na época da ditadura e colocou o terreiro dela no Poty Velho, região do encontro dos rios. Em sua Tenda Santa Bárbara, formou mães e pais de santo, entre eles, Mestre Zé Bruno (que se instalou em Nazaré do Bruno/MA) e o Mestre Zé Padeiro (em Teresina), sendo ela a raiz ancestral das mães de santo que existem na Zona Norte. Daí eu comecei a entender, profundamente, que a nossa comunidade sempre foi matriarcal.

Nossa tronqueira vem de longe. Boa Esperança é uma comunidade matriarcal, mesmo que algumas não tenham compreensão desta palavra. Elas estão no *front* de todo movimento. Desde que me entendo por gente, vejo essas mulheres na labuta, nas hortas, nas olarias etc., cuidando dos filhos umas das outras. É nítida a solidariedade ancestral. Quando se planta com amor, floresce. Dona Joaninha semeou no encontro dos rios e nasceram outros terreiros, outros aquilombamentos.

Não acredito em resgate, mas sim em potência, porque quando adentramos os terreiros, a força matriarcal é enorme e viva. Por todos os lados um entrelaçado geracional de mulheres que receberam esse legado, daquelas que vieram antes de nós. A maior concentração de terreiros desta região está aqui na Zona Norte. Por isso, se faz necessário um olhar atento e cuidadoso ao nosso território.

A inquisição da ideologia eurocêntrica jamais vai conseguir apagar a nossa história. Nos chamaram de povo sem alma, mas a nossa alma é viva em nós e habita nossos territórios. Ela está em nossas práticas holísticas, na força da natureza, no pensamento vivo nas práticas comunitárias, fazendo nossa comunidade mais forte a cada dia.

Nas festas de terreiro, sentimos a força dessa espiritualidade, incorporada numa senhorinha de 80 anos que canta, dança, baia, e puxa os pontos festejando a vida. É fundamental ressaltarmos sempre o desempenho, resiliência e resistência das mulheres negras na nossa região, contra todas as formas de opressões históricas. Partindo do útero matriarcal, não retrocederemos, estamos em luta. O direito ao território é um direito básico, fundamental à vida, memória e continuidade do nosso patrimônio material e imaterial. Os ataques são constantes, porém, não contavam com a nossa força ancestral.

As empreitadas do Estado contra o nosso povo fazem parte de um processo histórico, de um doloroso capítulo na história dos povos em diáspora, que foi a escravidão. Porém aqui, enfrentamos de cabeça erguida, sempre com muita solidariedade e tecnologia ancestral. Agora os papéis se invertem na nossa comunidade, os saberes, os fazeres são a nossa riqueza. Os universitários chegam até nós, destruídos, os relatos são fortes. “Mãe, não aguento mais aquela universidade”; “mãe, não sei se estou no caminho certo, preciso de ajuda espiritual”. Isso prova que o mundo eurocêntrico continua a adoecer a mente do nosso povo até os dias de hoje.

O mundo é povoado de espiritualidade. Não é mentira a nossa prática. Os cargos em nossa casa são orientados a partir do guia-chefe, quando incorpora, vai dando a cada médium as orientações, os cargos. Não existe um terreiro igual, sequer igual a outro, nenhuma gira é igual, como acontece nos ritos das religiões eurocêntricas. Cada terreiro tem uma forma de começar e encerrar uma gira. Assim a espiritualidade trabalha a personalidade de cada médium, no bater dos tambores.

Os assentamentos são troncados pelo guia chefe. A espiritualidade que troncou o terreiro de Dona Joanhinha deu as sementes de todos os terreiros que existem aqui na Zona Norte. Em um terreiro não existe disputa. Os cargos são passados de mãe para filhos e filhas. Sempre os mais velhos e as mais velhas. E todos recebem função. Isso não quer dizer que não exista conflito. Existe. Porém, a espiritualidade vai trabalhando as questões individuais de cada médium.

Nos nossos terreiros, a oralidade é uma tecnologia poderosa para preservar a história, os nossos ensinamentos, fundamentos e fortalecer as nossas memórias, mantendo viva a nossa ancestralidade comunitária.

Nossos pontos de força foram enterrados no chão das Américas. Não nos permitiremos mais algumas atitudes. Uma delas é o uso de imagens caucasianas ou embranquecidas. Isso ficou no passado, porque precisávamos manter nossos cultos e nos conectar com a nossa ancestralidade, sem que os brancos percebessem. Porém, hoje não há mais tempo para isso. Nossos deuses e deusas são negros. Nossos orixás são a própria natureza em seus elementos.

Imagine que no sequestro do nosso povo africano foram trazidas várias etnias diferentes. Muitos se jogaram ao mar para não serem escravizados. Hoje essa sinfonia de falangeiros vem em nossos terreiros para nos orientar e dizer que é preciso olhar para o passado, para o chão da história.

No terreiro aprendi que nem tudo que reluz é ouro. É necessário olhar para o miolo da História, nos posicionar, não nos deixarmos seduzir pelas falsas narrativas dos colonizadores. O autoconhecimento nos faz interagir e fazer a contranarrativa. Entendemos as feridas que nos atravessam até hoje.

A espiritualidade nos mostra, nos entrega. Precisamos conectar os fatos. Na época do cativo, quem não aceitasse ser batizado era marcado com a estrela vermelha nos ombros. Fizeram a mesma coisa quando selaram os nossos terreiros sem nos comunicar, como se dissessem que nós não somos dignos, merecedores de viver nesta terra ancestral, rica, banhada por lagoas e rios, povoadas de ancestralidade.

Nossos terreiros são ponto de força, lâminas d'água, que nos fazem enxergar para além do que está posto. Baier e ir para macumba, fortalecer as nossas pautas, se fazem urgente e necessário no cotidiano dessa cidade marcada historicamente por injustiças sociais e desigualdades.

A Umbanda nos ensina a encontrar as pontas cortadas pelos colonizadores. O toque do tambor reverbera nosso coração, agita a mata, mira a flecha. Não à toa sempre querem macular a nossa espiritualidade. Eles sabem a força que nós temos. As ações implementadas contra nós ao longo da história pelo Estado, eurocêntrico e cristão, pela academia cartesiana, que querem arrancar a nossa alma e vivacidade. Por isso, o cuidado dos nossos guias para que não se exponha ou se escreva sem a permissão dos orientadores. A união e o aquilombamento são necessários para a resistência das comunidades tradicionais, como aconteceu em Palmares, a mais imponente e autossuficiente comunidade em terras brasileiras.

O Estado saqueou os nossos bens, o nosso povo. Criou falsas ilusões para nos ludibriar. Na prática, as instituições não funcionam para nosso bem estar. São vazias, ocas. Nós mulheres negras dentro do terreiro vivemos as mazelas deste aban-

dono, somos nós que chegamos primeiro aonde o poder público não chega. Quando recorremos às secretarias para proteger o nosso povo, recebemos ainda mais violência.

Capítulo 5

Fundamento

Encerro essa escrevivência guiada pelos meus ancestrais incorporados, os pretos velhos, que me orientam para uma caminhada de equilíbrio nesse plano terreno. Agradeço ao meu pai, minha mãe, meus irmãos, meu filho, minhas netas, que sempre me apoiaram e me ajudaram nas decisões que tomei.

Quem parte, reparte e nunca falta, assim dizia meu pai, quando plantava manga, caju, cana-de-açúcar, quiabo etc. Alimentou não só a nossa família, mas todos que se achegam na comunidade. Um homem, além do seu tempo, a quem devo a honra de ser o que sou.

Princípio, meio e continuidade era tudo o que ele me falava e entendi isso no terreiro. Seus passos são de longe. Sua tronqueira e cumeeira foram fincadas nessa terra. “Quando alicerçar uma casa, finque cumeeira sólida para que a casa não caia na sua cabeça”. Essas eram palavras que eu ouvia de meu pai, meu mestre e herói.

Nego Bispo dizia que tanto a esquerda quanto a direita são colonialistas, só muda o maquinista do trem. E isso é verdade. Eles inventaram um negócio de representatividade. Eu venho do chão das olarias, passei pelo serviço doméstico em casa de família da elite teresinense, trabalhei em empresa privada, na Ceasa e em ambiente escolar. Sei o que sofri e nosso povo sofre.

Em 2023, fui eleita para o Conselho de Direitos Humanos. Lembro que a Paloma estava presente nesta eleição. Foi a primeira vez na minha vida que fiz parte de uma organização ligada ao governo e isso me trouxe à seguinte observação: a representatividade é um perigo para nossa comunidade, porque quem está em espaços como aquele precisa agir como capitão do mato. Ali chegavam diversas denúncias de violação, encarceramento, invasão de domicílios da população periférica e preta, e isso era silenciado dentro daquele conselho.

Essa experiência se repete com algumas pessoas da comunidade negra, que são usadas como vitrines dessa representatividade no estado, mas para suas comunidades elas são verdadeiras entreguistas. Como mulher moradora de comunidade, recebia várias denúncias diretamente sem poder agir naquele espaço. Foi aí que eu abandonei este conselho e vi que, se a gente quiser alcançar esses direitos humanos que eles tanto falam, a gente tem que se juntar com os nossos. A começar pelas crianças, que são a nossa esperança.

A esquerda brasileira não é diferente da direita, porque também traz tudo pronto quando adentram nossas comunidades. É muito difícil para quem aprendeu a questionar “como que você faz o tijolo e não tem uma casa?” aceitar as coisas prontas, sejam elas vindas da academia, sejam vindas dos partidos políticos.

Passada a gestão desastrosa da PMT durante o Lagoas do Norte, em outubro de 2025, a comunidade recebe outra investida pelos agentes da Prefeitura - muitos servidores da mesma época do PLN - e a Agenda Teresina 2030 (órgão da PMT que controla a agenda político-ambiental no município), agora através da “urbanização”, via programa Periferia Viva PPV, do Ministério das Cidades. O “novo” programa chegou na comunidade com a mesma metodologia impositiva e ludibriante adotada pelo Lagoas do Norte. Os projetos, forçadamente en-

gavetados, foram resgatados pela gestão municipal agora com a maquiagem de “Periferia Viva”. E, assim, o desenvolvimento se apresenta com outros nomes para um programa político já muito conhecido pela comunidade Boa Esperança.

Existe uma lei que determina o ensino das religiões afro-indígenas nas escolas. Efetivamente, quem faz e tem feito esse debate somos nós sacerdotes e sacerdotisas. Em nossos terreiros, as crianças convivem e aprendem todas juntas. Faz 20 anos que essa lei foi implementada e até hoje lutamos para que ela seja verdadeiramente aplicada. Nos terreiros a educação, ela perpassa todos os nossos sentidos.

Ninguém convida os outros para participar desse modelo de organização e educação. Na espiritualidade de Umbanda, ninguém chama ninguém para terreiro. As pessoas é que vêm. Em nossa experiência, não existe uma forma, um legado mais assertivo do que as práticas ancestrais. Porque se nós incorporamos um preto velho, uma preta velha guerreira estrategista que lutou por seu quilombo, a gente também vai fazer a defesa a favor do território, guiado pela energia que recebemos e acreditamos.

Entendi que sempre foi nós por nós e toda vez que o Estado ou Prefeitura entram em nossas comunidades é para nos saquear. Não há mais nada para se aprender com o pensamento colonialista dos brancos. Hoje me dedico a dar continuidade a tudo que me foi confiado e entregue. Estou onde os meus estão, no chão da minha comunidade.

O ponto a seguir me veio inspirado pelos guias e encantados da nossa linda Umbanda, espiritualidade sagrada e matriarcal deste território. Agradeço profundamente a toda minha corrente espiritual que trabalhou e trabalha por nós.

**TAMBOR QUE TOCA NO NORTE
É O TAMBOR QUE TOCA NO SUL**

Mãe Lúcia de Iansã

O sol se levanta,
aurora entre os rios.
Vejo pescadores,
afluentes nos rios.

Trabalhadores oleiros,
ceramistas, vaqueiros,
boiadeiros, horticultores,
rezadeiras.

É a resistência,
o padê vai ser arriado.
O tambor que toca no norte
é o tambor que toca no sul.

É a fonte da resistência,
o padê vai ser arriado.
Ô menina, varre o terreiro,
afirma os pontos cambone.

Eparrey bela Oyá.
Epa Babá, meu pai, Oxalá.
Kaô Kaô Kabecilê, Xangô
Ora yeyê Ô, Mamãe Oxum.
Ogunhê, meu Pai Ogum.
Xetro, Xetro Marrumbá Xetro.
Okê Arô, Oxóssi.
Meu coração não foi colonizado.



09/11/2019

CENTRO DE DEFESA FERREIRA DE SOUSA
Avenida Boa Esperança - Teresina - Piauí - Brasil

**PETIÇÃO COM DENÚNCIA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS
OCORRIDA EM DECORRÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA LAGOAS
DO NORTE**

1- RELATÓRIO DO CASO

Em 2014, por volta do dia 15 de setembro, a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) fez as primeiras investidas contra casas de moradores da Zona Norte de Teresina, com o objetivo de implantar a segunda fase do Projeto Lagoas do Norte (PLN). Servidores da Prefeitura, sob o pretexto de fazerem “visitas técnicas”, marcavam casas com um selo e informavam oralmente que os moradores não poderiam construir nem fazer melhorias a partir de então, pois as casas seriam demolidas e os melhoramentos não seriam ressarcidos.

A PMT afirma que o Projeto Lagoas do Norte é um projeto de urbanização e melhoramento da cidade que visa “modernizar a gestão do município, requalificar o espaço urbano e ambiental além de desenvolver a região de forma socioeconômica”. No entanto, o que se observa é um projeto de gentrificação baseado no reassentamento involuntário de várias famílias já estabelecidas na região, com o desfacelamento da comunidade e seu modo de vida.

A comunidade não foi ouvida pela gestão pública durante a elaboração do projeto e continua alijada do processo de execução das obras. É comum a entrada não permitida de servidores da Prefeitura nas casas dos moradores para fazer “visita técnica”, desconsiderando totalmente a dignidade dos moradores. Algumas moradias inclusive já foram abandonadas por moradores que temiam a remoção, e derrubadas pela PMT.

A região sempre teve problemas com saneamento básico, drenagem de águas, de modo que buscar soluções de modo cooperativo com a Administração Pública continua sendo o objetivo da comunidade, no entanto a Prefeitura de Teresina não tem agido nesse sentido, pelo contrário, tem descumprido acordos com o Ministério Público e Defensoria Pública, agindo sem a supervisão destes.

Avenida Boa Esperança nº 4895, São Joaquim, Teresina - Piauí - Brasil
E-mail: centrodefesafs@gmail.com
CNPJ: 10.949.286/0001-00

Imagem 26: Petição com denúncias da população da região afetada pelo PLN. 2019.



Relatório e recomendação do Painel de Inspeção - Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida e Governança Municipal de Teresina

1 message

Tamara Milestajn <tmilestajn@worldbank.org> Wed, Dec 18, 2019 at 22:54
To: lucia.teresina@yahoo.com.br <lucia.teresina@yahoo.com.br>, thaysbeatryce@gmail.com
<thaysbeatryce@gmail.com>, Francisco Morais <franciscomotofaxi1307@gmail.com>, Centro de Defesa
<centrodedefesa@gmail.com>
Cc: Ramanie Kunanayagam <rkunanayagam@worldbank.org>, Dilek Barlas <dbarlas@worldbank.org>, Serge Selwan
<ssewhan@worldbank.org>, Birgit Kuba <bkuba@worldbank.org>

Prezados Lúcia, Thays, Francisco e Dilma,

Gostaria de informá-los que no dia 13 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração do Banco Mundial aprovou o Relatório e Recomendação do Painel de Inspeção sobre o Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida e Governança Municipal de Teresina, Financiamento Adicional, no qual o Painel recomendou uma investigação sobre esse projeto. Segue o relatório em anexo, o qual também está disponível nesse link. O relatório se encontra em inglês, mas assim que tivermos a tradução ao português compartilharemos com vocês. Pedimos que informem aos outros solicitantes e membros da comunidade sobre o relatório do Painel.

O Painel, em seu relatório, determinou que sua reclamação atendia aos critérios de elegibilidade técnica necessários. O Painel observou que as alegações de dano apresentadas são de natureza grave e estão plausivelmente vinculadas ao não cumprimento do Banco com suas políticas e procedimentos operacionais.

No relatório, o Painel observou o forte apoio ao projeto de todos os atores envolvidos, incluindo os Solicitantes, e a visão unânime acerca dos benefícios do projeto para a comunidade em geral. O Painel observou ainda que há várias famílias que desejam ser reassentadas devido ao risco de inundação. Ao mesmo tempo, o Painel observou que os membros da comunidade têm dúvidas sobre se o projeto buscou evitar o reassentamento de acordo com a política do Banco. O Painel observou ainda que as pessoas afetadas pelo projeto consideram não terem sido consultadas de forma apropriada e participado no planejamento do reassentamento. Além disso, o Painel observou a existência de grupos socioeconômicos heterogêneos entre a população afetada pelo projeto e expressou preocupação com o caráter incompleto dos estudos socioeconômicos usados na preparação do Plano de Reassentamento Involuntário (PAR). O Painel expressou ainda que não está claro se as opções de compensação levam em consideração a heterogeneidade das famílias a serem reassentadas e se as atividades de emprego e geração de renda são adequadas para restaurar os meios de subsistência da população afetada.

O Painel também reconheceu as ações positivas propostas pela Gerência do Banco para atender às preocupações dos Solicitantes e aos requisitos da política do Banco. No entanto, o Painel observou que ainda não está claro se as ações da Gerência são adequadas para responder às preocupações dos Solicitantes, especialmente no que se refere ao processo de consultas públicas, estudo de linha de base socioeconômica usada para a preparação dos PARs e restauração dos meios de subsistência da população afetada. Além disso, o Painel observou que o prazo para a conclusão das ações da Gerência é dezembro de 2019. Dada a complexidade exigida na implementação das ações, incluindo a atualização dos cinco PARs e a realização de consultas sobre os PARs, o Painel demonstrou preocupação se esses compromissos poderiam ser implementados dentro do prazo sugerido. O Painel concluiu que neste momento não está satisfeito que os compromissos da Gerência sejam adequados para atender às preocupações levantadas pelos Solicitantes, de acordo com as políticas e procedimentos do Banco.

Imagem 27: CDFS. Relatório do Banco Mundial sobre a petição entregue ao Painel de Inspeção. 2019. Cópia de email institucional. Acervo Pessoal.

Referências

BISPO DOS SANTOS, Antônio; RODRIGUES, Maria Sueli; RUFINO, Luiz; MUMBUCA, Ana. *Quatro cantos*. [S.l.]: [s.n.], 2022. 92 p.

LIMA, Sabrina Verônica Gonçalves. *As faces da Umbanda no Piauí: política, festa e criminalidade (1960–1978)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

TERESINA. Prefeitura Municipal de Teresina. *Programa Lagoas do Norte: Plano de Reassentamento Involuntário*. Teresina: PMT, 2014.



Imagem 28: Soares, Wil. Pilão baseado em pinturas rupestres, 2024. Ilustração digital. Acervo Pessoal.

DECLARAÇÃO EDITORIAL

A presente obra foi publicada no âmbito do Edital nº 01/2025, destinado à seleção de originais para publicação pela Editora da UFPI – EDUFPI.

O manuscrito foi submetido a processo de avaliação por pareceristas ad hoc, conforme os procedimentos editoriais estabelecidos no referido edital, com vistas à apreciação acadêmica e editorial da obra.

As opiniões, conceitos, interpretações, análises e conclusões expressos neste livro são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a), não refletindo necessariamente o posicionamento institucional da Universidade Federal do Piauí, da EDUFPI ou da instituição responsável pela produção gráfica.

A Universidade Federal do Piauí, a EDUFPI e a instituição gráfica responsável pela editoração e impressão da obra não se responsabilizam pelo conteúdo, pelas interpretações ou pelas posições teóricas apresentadas neste trabalho.



Maria Lúcia Oliveira Sousa é mulher ribeirinha, negra e quilombola do território Entre Rios Parnaíba–Poty, em Teresina/PI. Neta e avó, zeladora de santo na Umbanda, escreve com o campo sagrado da memória, da oralidade e da vida comunitária. Defensora do território da comunidade Boa Esperança, cultiva o cuidado, a cultura ancestral e o envolvimento ribeirinho, compartilhando vivências, espiritualidades, ciências afro-indígenas, resistência, e justiça social.



Capa:
Ilustração "Ancestrais da Esperança".
Artista: Luciana de Lima Lopes Leite.



UFPI 55
Anos



FUNDAÇÃO AMARAL DO PRADO
DO ESTADO DO PIAUÍ

SCS
SUPERINTENDÊNCIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL

Tipologias
Jost e Loretta

Da Favela ao Alphaville, de Mãe Maria Lúcia de Iansã,
é inspiração, do princípio ao começo.

Sim, ao começo.

Como nosso agora ancestral Nêgo Bispo, acredito na nossa
história construída por nós, com começo, meio e começo.
Estamos fadados nas diásporas a permanentes movimentos
de (re)construções.

O texto inspira-se pela sua força criadora originária
que transcende limites, tempos e espaços, e
ilumina corpos e caminhos.

Cada palavra é um conselho, uma ideia,
uma prática de aceitação e de transformação.
O texto é luz. Ainda que alguns olhos escolham
permanecer vendados.

- Do prefácio de SOLIMAR OLIVEIRA LIMA -



UFPI 55 ANOS

edufpi



SCS
SUPERINTENDÊNCIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL
Impresso na Gráfica da UFPI

